



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DANIELLE DA SILVA RAMOS**

**“O MUNDO AQUI É LARGO DEMAIS”**

**Produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia**  
**(1890-1920)**

Salvador

2016

DANIELLE DA SILVA RAMOS

**“O MUNDO AQUI É LARGO DEMAIS”**

**Produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia  
(1890-1920)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Sociedade, relações de poder e região.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Rapassi Mascarenhas.

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Novaes Pires.

Salvador

2016

---

R175 Ramos, Danielle da Silva  
"O Mundo aqui é largo demais" produção e comércio no termo de Monte Alto –  
alto sertão da Bahia (1890-1920). / Danielle da Silva Ramos. – Salvador, 2016.  
158 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Rapassi Mascarenhas  
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas. Salvador, 2016.

1. Economia – Aspectos sociais – Monte Alto, Serra de (BA). 2. Comércio –  
Aspectos sociais – Monte Alto, Serra de (BA). 3. Bahia – História – República  
Velha, 1889-1930. I. Mascarenhas, Maria José Rapassi. II. Pires, Maria de Fátima  
Novaes. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. IV. Título.

CDD – 330.98142

---

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELLE DA SILVA RAMOS

“ O MUNDO AQUI É LARGO DEMAIS: ”

Produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia

(1890-1920)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Maria José Rapassi Mascarenhas – Orientadora  
Universidade Federal da Bahia.

---

Professora Doutora Maria de Fátima Novaes Pires – Co-orientadora  
Universidade Federal da Bahia.

---

Professor Doutor Paulo Henrique Duque Santos  
Universidade do Estado da Bahia.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Danielle da Silva Ramos	214121669	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
"O MUNDO AQUI É LARGO DEMAIS": Produção e comércio no termo de Monte Alto - alto sertão da Bahia (1890-1920)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria José Rapassi Mascarenhas (UFBA - orientadora)		004900759-68
Maria de Fátima Novaes Pira (UFBA)		341872325-87
Paulo Henrique Duque Santos (UNEB)		328296425-72

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de 2016, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Danielle da Silva Ramos, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria José Rapassi, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho de Danielle da Silva Ramos apresenta um objeto de estudo e uma pesquisa relevantes para a historiografia baiana e brasileira e atende muito bem os requisitos necessários para a elaboração de uma dissertação de Mestrado.

A banca sugere a publicação da dissertação.

SSA, 29/07/2016: Assinatura da aluna:

SSA, 29/07/2016: Assinatura da orientadora:

Aos meus pais, Eudália e Dorivaldo.

## AGRADECIMENTOS

Após uma caminhada permeada por um misto de emoções, desde a alegria da aprovação para ingresso no mestrado às angustias durante a escrita, é chegada a hora de tentar registrar em palavras a minha gratidão àqueles (as) que ajudaram a concretizar este estudo. Corro o risco de não conseguir transmitir a real importância de cada um, pois, no decorrer desses anos, cada palavra, afeto, silêncio, preocupação, foram essenciais para seguir a diante.

Em São Lázaro, o acolhimento de professores e colegas tornaram o primeiro ano do mestrado menos angustiante. À professora Maria José Rapassi Mascarenhas, sou grata pela confiança depositada quando se dispôs a me orientar. Com seu jeito doce e paciente de ser, contribuiu com valiosos ensinamentos, tanto acadêmicos como pessoais, compartilhados durante as demoradas e minuciosas correções e amadurecimento do projeto e dos capítulos. À professora Maria de Fátima Novaes, sou igualmente grata, embora sobrecarregada de trabalhos, aceitou prontamente ao pedido de coorientar este estudo. Com sua competência, preocupação, leveza e cuidado, forneceu inestimáveis contribuições desde os primeiros passos no mestrado. Lembrando “que escrita não tem tom, ” quando realizado “os puxões de orelha”, sempre atendia as minhas insistentes agonias. Graças a sua ajuda e atenção pude avançar com mais segurança ao longo da pesquisa.

Aos colegas, agradeço a todos (as) pelas aprendizagens possibilitadas com a troca de experiência ao longo das disciplinas cursadas e nas poucas confraternizações da turma. Pela amizade, agradeço a Luana, companheira de eventos, trabalhos e fofocas e a Alexandre, Aline, Alan, Alfredo, Elizeu e Moisés, amigos generosos e preocupados com um bom andamento da minha pesquisa. De Caetité para Salvador, a parceria e amizade construída com Rosângela foi um verdadeiro presente, nesses anos tornou-se uma pessoa muito especial para mim. Acompanhada por sua humildade, generosidade, bom-humor e gentileza, garimpamos fontes no APEB, IGHB e bibliotecas; partilhamos fontes, leituras dos textos produzidos, angustias, conselhos, preocupações, descobertas e também boas risadas em meio aos afazeres da pesquisa. Agradeço por todos esses momentos de partilha, companheirismo e aprendizagem.

As amigas construídas em tempos de Uneb e convivência em República na cidade de Caetité, apesar de geograficamente distantes, estiveram presentes em todo o processo através da torcida, apoio e mensagens saudosas, sou grata a todos (as): Paty, Lucinha, Mônica, Monique, Laís, Carla, Simony, Miléia, Carli, André, Daniel, Ricardo, Sandino e Ailton, também a Almeida e Hermínia, amigas do ensino médio. A Laiane e Adriana (Lai e Dri), além do importante e indispensável apoio dado através das palavras de incentivo, agradeço pela ajuda

com a transcrição de fontes, nos constantes envios de livros da Uneb de Caetité solicitados por mim e nas visitas para saber como estava e colocar o “papo” em dia, encontros viabilizados por mais um amigo, Keu. Todos (as) são muito especiais em minha vida.

À CAPES, agradeço pelo auxílio financeiro prestado que viabilizou a permanência em Salvador e permitiu percorrer arquivos, bibliotecas e fóruns. Nessas consultas, apesar de me deparar com situações desagradáveis, agradeço aos funcionários que se preocupavam e prestavam solícitas informações. Ainda, aos juízes dos fóruns de Guanambi e Palmas de Monte Alto que autorizaram a consulta na documentação.

Ao professor Paulo Henrique Duque Santos, sou grata pela presença e sugestões valorosas dadas na qualificação. Com muita perspicácia suscitou questões que permitiram uma melhor estruturação do texto e análise das fontes consultadas. Volto a agradecer a professora Maria de Fátima Novaes Pires, que esteve presente nesse momento. Suas palavras de incentivo e atentas observações enriqueceram este trabalho.

Aos professores da graduação também agradeço pelos estímulos para seguir adiante com a pesquisa, em especial a Marcos Profeta. À Lielva Aguiar, agradeço pela condução cuidadosa durante o desenvolvimento do artigo de conclusão de curso e pelo apoio no decorrer do mestrado.

Pela leitura partilhada dos capítulos e correções ortográficas agradeço a Gildava Araújo, a Belma Gumes e a Eliana Carvalho, que mesmo atarefadas dispuseram um pouco do tempo para fazer as devidas correções.

Importante em todos os momentos da minha vida nos últimos 04 anos, não tenho palavras para agradecer o apoio e companheirismo de Pedro. Engenheiro que virou historiador, esteve comigo nas andanças pelos arquivos fotografando fontes e até se arriscando na transcrição, não preciso dizer que se saiu melhor na tarefa de fotógrafo e na confecção de tabelas no Excel. Sempre disposto a me ajudar, ofereceu carinho, aguentou os meus stress, me escutou e me aconselhou quando necessário e tornou a minha vida em Salvador mais agradável. Nessa mudança temporária do interior para a capital sou grata à família Carvalho como um todo.

Às minhas irmãs, Barbara Lariza e Anna Flávia, poderia simplesmente agradecer por fazer parte da minha vida, mas quero registrar o quão importante foram durante os períodos em que estive ausente, pois sabia que estavam torcendo por mim. Pude contar também com a eficiente ajuda de Flávia com gráficos, tabelas, pesquisa e transcrição de fontes, mais uma engenharia que virou historiada. A minha sobrinha, Manu, sou grata pelas distrações em meio às aflições da escrita e às incansáveis esperas para brincadeiras, pois “tia está estudando.”



Aos meus pais, Dorivaldo e Eudália, base da minha vida, sou eternamente grata por tudo que fizeram e fazem por mim. Nesse último ano, em especial, agradeço pelas constantes preocupações: “vc vai endoidar nesse computador”, “não vai terminar isso mais não”, e a compreensão por meu isolamento no quarto em frente aos livros e ao computador.

Aos avós, tios, tias, primos, primas e cunhados, e tantos outros amigos e colegas que direta ou indiretamente me ajudaram nessa importante etapa da minha vida, registro os meus sinceros agradecimentos.

Por fim, agradeço a Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui!

## RESUMO

Este estudo analisa a atividade agrária e as práticas comerciais realizadas no termo de Monte Alto, localizado no alto sertão da Bahia. Busca-se compreender as relações sociais ali desenvolvidas e a inserção do alto sertão baiano nas conjunturas econômicas internas e externas, no período compreendido entre os anos de 1890-1920, momento em que as políticas adotadas pelo regime republicano assinalaram uma penetração mais intensa do capitalismo industrial e financeiro no país. Nos anos finais do Império e na emergência da República, foram geridos investimentos que visavam desenvolver as atividades econômicas do Brasil, nas áreas da agricultura e da indústria. Os negócios desenvolvidos no termo de Monte Alto permitem compreender como se processou a gerência de recursos e investimentos em uma economia que buscou acompanhar as transformações em curso. Este estudo contesta e se distancia de análises que legaram um caráter subsidiário a economias menos centrais e contribui para a historiografia que ainda carece de estudos sobre aspectos socioeconômicos de regiões interioranas. A análise de inventários *post mortem* foi basilar, pois documentam ricas informações sobre as práticas socioeconômicas regionais. O cruzamento dessa fonte com correspondências pessoais, trocadas entre instâncias do poder público; livros de registros de escrituras públicas e relatórios de instituições governamentais, amplia a percepção das atividades e das experiências ali construídas. Dessa forma, em diálogo com a bibliografia analisada, essas fontes indicaram que a economia e o comércio desenvolvidos no termo de Monte Alto estiveram longe de representar um caráter subsidiário. A produção agropastoril desenvolvida dos modestos aos grandes proprietários se integrou às rotas do mercado interno e externo.

Palavras-chave: Termo de Monte Alto. Economia. Primeira República.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the agrarian activity and business practices held in Monte Alto term, located high backlands of Bahia. Seeks to understand the social relationships developed there and the insertion of high Bahian backlands internal and external economic situations, in the period between the years 1890-1920, time when the policies adopted by the republican regime indicate a more intense penetration of industrial and financial capitalism in the country. In the final years of the Empire and the emergence of the Republic, investments were managed aimed to develop economic activities in Brazil, in agriculture and industry. The business developed in Monte Alto term allow understand how sued the management of resources and investments in an economy that sought to monitor ongoing changes. This study contests and distance from analysis bequeathed a subsidiary character for less center economies and contributes to the historiography that further studies on socioeconomic aspects of hinterlands. The post-mortem inventories analysis was fundamental because documenting rich information on regional socio-economic practices. The crossing of this source with personal correspondence exchanged between instances of the government; books of public deeds records and reports of government institutions, enhances perception of activities and experiences there built. Thus, in dialogue with the analyzed bibliography, these sources indicated that the economy and trade developed in Monte Alto term were far from representing a subsidiary character. The agropastoral production developed from modest to large landowners joined the routes of internal and external market.

**Keywords:** Monte Alto Term, Economy, First Republic

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa I: Localização e limites atuais de Palmas de Monte Alto.....	29
Figura I: Cobrança de imposto - Fabricação de rapadura - 1904 .....	52
Figura II: Nota de remessas de algodão do alto sertão baiano para a Fábrica de Fiação de Tecidos Santa Bárbara, Minas Gerais - 1909.....	79
Figura III: Anúncio da loja de Octacílio Alves Brandão em Monte Alto - 1921 .....	81
Figura IV: Nota da casa comercial Plínio Moscozo & C. ....	84
Mapa II: Mapa Contendo o trecho entre Carinhanha e Monte Alto, desenhado por Theodoro Sampaio em 1879 .....	88
Mapa III: Trajeto entre Monte Alto e Caetité, desenhado por Theodoro Sampaio em 1879 ...	97
Figura V: Nota de produtos e empréstimos tomados por Cyro Francisco de Moraes em mãos do comerciante Sebastião Cardozo de Souza - 1916.....	103
Figura VI: Demarcação da Fazenda Várzea Grande - 1914.....	116
Figura VII: Nota passada em razão do pedido de empréstimo - 1892 .....	146

## LISTA DE TABELAS

Tabela I: Ordem das espécies cultivadas no Brasil, segundo o valor das colheitas realizadas em 1919/1920.....	32
Tabela II: Venda de cargas de rapaduras em favor do orphão Ivo Pereira – 1910/1920.....	51
Tabela III: Presença de escravos arrolados nos inventários entre os anos de 1880 e 1888.....	58
Tabela IV: Importância dos bens inventariados por período – 1880/1920.....	65
Tabela V: Número de cabeças de gado bovino por inventário – 1880/1920.....	68
Tabela VI: Número dos valores dos monte-mores de 1880/1920 .....	108
Tabela VII: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 06 – acima de Rs. 50:001\$000 .....	119
Tabela VIII: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 05 – entre Rs. 20:001\$000 e Rs. 50:000\$0000 .....	123
Tabela IX: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 04 – de Rs. 10:001\$000 a Rs. 20:000\$000 .....	127
Tabela X: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 03 – de Rs. 5:001\$000 a Rs. 10:000\$000 .....	130
Tabela XI: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 02 – de Rs. 1:001\$000 a Rs. 5:000\$000 .....	133
Tabela XII: Distribuição dos bens inventariados por faixa e década, 1890/1920: Grupo 01 - até Rs. 1:000\$000.....	140
Tabela XIII: Dívidas ativas e passivas inventariadas por faixa de riqueza – 1890/1920 .....	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro I: Utensílios utilizados no fabrico da farinha – 1890/1920 .....	46
Quadro II: Gêneros adquiridos em estabelecimentos comerciais do termo de Monte Alto - 1900 .....	49
Quadro III: Firmas constantes nas transações comerciais do termo de Monte Alto – 1890/1920 .....	73
Quadro IV: Balanço de mercadorias de Domingos Nunes Dourado - 1891 .....	75
Quadro V: Saldos das transações efetivadas entre Gustavo Bezerra de Araújo e a Firma Hirsch Hess & Co - 1912 .....	85
Quadro VI: Venda de gado realizado por Francisco Teixeira Araújo, termo de Monte Alto - 1907 .....	90
Quadro VII: Gastos realizados no funeral de D. Constança Nunes de Jesus - 1918 .....	107
Quadro VIII: Valores atribuídos a gado cavalares - 1894 .....	136
Quadro IX: Dívidas e juros - 1891 .....	153

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I- Valores dos bens arrolados entre 1880-1889 .....	60
Gráfico II- Variação da riqueza por faixa e período.....	111

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DO CENÁRIO BRASILEIRO AO SERTANEJO: A ECONOMIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA .....</b>	<b>27</b>
1.0 Monte Alto: aspectos geográficos e históricos .....	27
1.1 Economia brasileira em tempo republicano.....	31
1.2 A Economia Baiana no cenário nacional .....	36
1.3. Nas rotas do mercado interno e do externo: a produção agrícola do Termo de Monte Alto .....	45
1.4 A caminho da Abolição: o escravo na formação das fortunas.....	57
1.5 Criação de gado vacum: de grande a pequeno porte.....	66
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>ATIVIDADES COMERCIAIS DESENVOLVIDAS NO TERMO DE MONTE ALTO 71</b>	
2.0 “Hontem recebido e o segundo recebido hoje”: negócios e casas comerciais.....	71
2.1 O ir e vir de gente, animais e cargas .....	85
2.2 É dia de feira!.....	100
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PERFIL DA SOCIEDADE MONTEALTENTESE.....</b>	<b>107</b>
3.0 A distribuição da riqueza .....	107
3.1 Grandes proprietários e negociantes: os mais aquinhoados do termo de Monte Alto ..	115
3.2 Entre os mais afortunados e os de vida mais modesta: médios proprietários e negociantes.....	124
3.3 Modestos lavradores na labuta cotidiana. ....	132
3.2 “Continuo a pedi-vo e se tiver arranjado”: relações de crédito no termo de Monte Alto .....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>155</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>158</b>



## INTRODUÇÃO

Eu Francisco Pereira de Barros, que entre os mais bens que possuo bem assim sou possuidor de huma fazenda de gado vacum e cavalariça no Rio de Sam Francisco onde chamão o Riacho da Boa Vista, o qual Riacho corre do nascente para o poente ou tem principio na Serra da Boa Vista e fim nos lagadiços do Rio de Sam Francisco entre as duas fazendas huma a Canabrava a que he do Reverendo [sic] o Doutor João Calmon outra a Boa Vista, que he de Dona Joana Pimentel Guedes de Britto Costa, lado do Norte se confronta com o Rio das Ranz e as fazendas de Antonio Lobato citas no mesmo Rio das Ranz, e pelo lado do sul se confronta com o Rio Verde pequeno e fazendas que estão nelle, e são do Coronel Manoel de Figueredo Mascarenhas, he este Riacho assim confrotado terra própria pela eu haver comprado a Dona Isabel Maria Guedes de Britto [...]das quaes terras faço doação a Virgem Maria Mae de Deos para de seu rendimento dellas se pagar cada um anno seis mil duzentos e cincoenta reis, para a conservação de huma Capella, que entento edificar e com efeito a edificio de licença de sua Reverendissima com a Invocação da Virgem Mae de Deos e Homem.<sup>1</sup>

A doação de terras para construção de uma capela feita por “Pereirinha”, o português Francisco Pereira de Barros, tornou-se marco na história do município de Palmas de Monte Alto. Fé e devoção teriam sido os impulsionadores para tamanha caridade. Perpetuando-se ao longo dos tempos e passando de geração em geração, a religiosidade daquele fazendeiro mantém-se viva entre seus habitantes. Movido exclusivamente ou não pela fé, já que, naquele tempo, terrenos para fins como esse não podiam ser hipotecados,<sup>2</sup> o erguimento da capela, “a qual será fabricada de pedra e cal, ou dos melhores materiais, que a terra permitir [...], haverá todos os ornamentos das cores que reza Igreja, a saber, branca, vermelha, verde e rouxo. [...]”<sup>3</sup>, no ano de 1742, tornou-se um dos principais elementos da origem do município.

Com os ouvidos um pouco cansados de ouvir apenas esse trecho do passado do município do qual sou natural, em especial no mês de maio, quando se comemora o aniversário da cidade, procuro preencher um pouco mais das páginas em branco que existem sobre a escrita da história de Monte Alto. Ainda deixando muitas para trás, busco analisar a economia e as práticas comerciais realizadas nesse termo para compreender as relações sociais ali desenvolvidas e as articulações do alto sertão baiano com as conjunturas econômicas internas e externas, no período compreendido entre os anos de 1890 -1920, momento em que políticas adotadas pelo regime republicano assinalam uma penetração mais intensa do capitalismo

<sup>1</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Autos de encapelado, volume I, 1843.

<sup>2</sup> Conforme ressaltou Jonas Cardoso Araújo a partir das considerações trazidas por Kátia M. de Queirós Mattoso (1992, p.137). ARAÚJO, Jonas Cardoso. Algumas considerações acerca do município de Palmas de Monte Alto. In: SILVA, Joaquim Perfeito (org.). Territórios e Ambientes da Serra de Monte Alto. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2012, p.167 – 176.

<sup>3</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Autos de encapelado, volume I, 1843.

industrial e financeiro no país. Nessa lógica, dos anos finais do Império à passagem para a República, foram geridos investimentos a fim de melhor desenvolver as atividades econômicas do Brasil, seja na agricultura, seja na indústria. Por isso, adentrar nos negócios desenvolvidos no termo de Monte Alto naquele momento é compreender como se processou a gerência de recursos e investimentos em uma economia que buscou acompanhar as transformações em curso. Ainda, tendo em vista a importância da mão de obra escrava nas atividades socioeconômicas desenvolvidas ao longo dos séculos no país, recuamos nos últimos anos do período escravista a fim de melhor compreender como se comportou a economia de Monte Alto após a saída do escravo como um *bem* de riqueza.

Com pouco mais de 16.100 habitantes no início da década de 1890<sup>4</sup>, espalhados pela sede da vila, distrito de Bella Flor e Boqueirão do Parreira, fazendas e sítios, estiveram cotidianamente envolvidos em atividades que pudessem fornecer o sustento a suas famílias, amealhar recursos para tocar os negócios adiante e aumentar o cabedal. No ano de 1900, houve um considerável aumento da população, sendo em 1890, 16.137 e, em 1900, 18.330; já no ano de 1920, ocorre um declínio de mais de 5.000 habitantes, o que se associa ao desmembramento de Bella Flor desse território, em meados do ano de 1919, sendo que em 1920 foram registrados para esse lugar 8.304 habitantes.<sup>5</sup> Além do declínio populacional, esse desmembramento pode ser considerado como um episódio que altera a economia do termo de Monte Alto, pois ali se desenrolavam importantes produções, por isso foi tomado como o limite cronológico final desta dissertação.

Os terrenos férteis e paisagem que se apresentavam deslumbrantes aos olhos de viajantes, compunham o cenário dos moradores desse termo que, por vezes, se esvaia diante da paisagem acinzentada pintada pela seca, permanecendo apenas a exuberância da serra e montes:

O serrote granítico é uma verdadeira maravilha, tão pittorescos, tão estranhas são as formas assumidas pelo montão de pedras que aqui simula um monumento cyclopico sobre um embasamento formidável.

Tres grandes blocos de graniyo, piriformes, altos de 30 metros mais ou menos, assentados sobre duas dobras superpostas, espessas e arqueadas da mesma rocha, tão distintos, lisos, e symetricamente dipostos que dous outros mais baixos passam despercebidos e não se fala senão dos tres, que são como *tres irmãos*, erguem-se sobre a planície, dominando-a de uma altura de 60 metros e se constituem o signal mais característico de toda esta redondeza, a balisa natural por onde todos se orientam.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Conforme apresentado na obra: SINOPSE DO RECENSEAMENTO: 31 DE DEZEMBRO DE 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

<sup>5</sup> Atualmente o município de Palmas de Monte Alto conta com pouco mais de 22.000 habitantes. E os antigos termos de Bela Flor, hoje município de Guanambi, com mais de 82.000 e Boqueirão do Parreira, atual Sebastião Laranjeiras, em média 11.435 habitantes.

<sup>6</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.102.

Theodoro Sampaio observou ainda que a composição geográfica contornada por rochas, além de embelezar a paisagem sertaneja, fornecia elementos que eram pelos moradores aproveitados:

A rocha dominante na serra de *Monte Alto* é um grês avermelhado que dá a pedra de amolar e um quartzito empregnado de pequenos *crystaes* limpidos. O ferro, informaram-nos, é encontrado em abundancia nas suas encostas excavadas e no alto, cerca duas leguas e meia da villa para o sudeste, encontra-se uma consideravel massa de ferro quasi puro, que sendo forjado sem nenhum preparo de fundição prévia, apresenta-se quebradiço e fende-se todo. Supponho que se trata de algum meteorito como o famoso *Bendegó*. Nas encostas da serra que são alcantiladas, e estendidas em paredão, ha muitas lapas e cavernas, algumas bastante profundas e com abundancia de salitre no seu interior. As diversas qualidades de argilla corada são tambem frequentes nas quebradas da serra, empregando-as os habitantes para a pintura de suas casas.<sup>7</sup>

Não foi possível afirmar se a exploração e utilização desses recursos naturais ficaram restritas ao emprego em necessidades básicas de seus moradores. Talvez da argila, por exemplo, fizessem utensílios domésticos para comercialização local. O salitre, componente utilizado para fabricação da pólvora, sabemos que foi um importante minério explorado e exportado para Portugal em meados do século XVIII, havendo a abertura de estradas para seu escoamento, com uma intensificação “da circulação de produtos e de pessoas entre os sertões e diversas regiões, principalmente o norte de Minas; Nazareth, Valença e Aldeia, no norte da Bahia; Canavieiras, Camamu e Ilhéus, no sul baiano”.<sup>8</sup> Ainda, em outra passagem, Theodoro Sampaio também destaca o “schisto calcário com o aspecto de ardósia” que era empregado pela população como ladrilho.

Mas, em grande medida, era da lida com a terra que os sertanejos se ocupavam e produziam os recursos necessários à sobrevivência e à comercialização com mercados regionais, nacionais e internacionais. No inventário do Tenente Coronel Joaquim da Silva Neves, que teve o processo iniciado aos 03 de outubro de 1894, são fornecidos elementos que permitem apontar algumas dinâmicas estabelecidas a partir do termo de Monte Alto. Casado com D. Anna Victoria Pereira de Castro, tiveram três filhos: D. Rita da Silva Castro, viúva do Capitão Ivo Pereira de Sousa Catão; José Avelino da Silva Neves, 38 anos, solteiro e Antonio da Silva Neves, 36 anos, solteiro. Joaquim da Silva Neves manteve ativas transações a partir

<sup>7</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.99.

<sup>8</sup> IVO, Isnara Pereira. Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: edições UESB, 2012, p.96.

das atividades agropastoris; a riqueza amealhada ao longo da vida alcançou o valor de Rs. 20:000\$013, quantia singular para a realidade do alto sertão baiano.<sup>9</sup>

Desse montante, o gado *vacum* representou mais da metade do valor total da sua fortuna. Com quatro “bois de carro”, trinta “bois de três anos e meio” e quatrocentas cabeças de “gado *vacum* de toda sorte”, a família esteve envolvida com o comércio pecuarista. Além de vendas realizadas no mercado local e regional, como “ ao Doutor Braulio Xavier da Silva Pereira [de] trinta Novilhas de dois annos e quatro e anno, para entregar-lhe por todo mez de janeiro de mil oitocentos e noventa e cinco, ” negociou com mercados do litoral e Recôncavo Baiano. Anos antes do falecimento do Tenente Coronel Joaquim da Silva Neves, a seca preocupava o desempenho dessa atividade, sendo que em muitas fazendas de gado, “principalmente na comarca de Monte Alto, não existe mais água, [...], impedindo neste ano, a ida de uma única boiada sequer aos mercados de Brejo Grande, Maracás, Vitória e Feira de Santana como de costume”.<sup>10</sup> Tal situação gerou pedidos de intervenção junto ao governo:

A comissão tem, finalmente, a honra de informar a V. Ex<sup>a</sup> que a comarca visinha, a de monte Alto, está igualmente flagelada pela secca e sendo essencialmente creadora de gado, com que suppre os municípios visinhos, torna-se ahi urgente a construção de alguns açudes, que serão de inestimavel e imediata vantagem [...]<sup>11</sup>.

Além de iniciativas tomadas pelo poder público que podiam amenizar os prejuízos diante dos períodos de seca, a posse de várias propriedades, sobretudo aquelas com disposição de aguadas e pastos, possibilitava abalos menores em tempos difíceis, pois seus proprietários distribuíam ou retiravam o gado para outros locais. A família de Joaquim da Silva Neves pôde utilizar-se de tal estratégia. Foram arroladas em seu inventário várias partes de terras, tais como na Fazenda Caissara, na Veredinha, no Cubículo, Poço Comprido, na Lagoa de Cima, Vereda e Lajedão.

Não se dedicando exclusivamente à criação extensiva de gado bovino, nesses terrenos também se desenvolveu o cultivo agrícola. A produção algodoeira era mais uma rendosa atividade de Joaquim da Silva Neves. Constituindo-se como produto de grande interesse no mercado nacional, diante da demanda do setor têxtil, e também do mercado internacional, a cotonicultura sertaneja ocupou muitos lavradores e proprietários que negociavam a produção

---

<sup>9</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Joaquim da Silva Neves. Mç:41, 1894.

<sup>10</sup> APEB. Jornal de Notícias, 27 de fevereiro de 1889, p. 1. *Apud* GONÇALVES, Graciela Rodrigues. As secas da Bahia no século XIX: sociedade e política. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000, p.125.

<sup>11</sup> Correspondência remetida da Comarca de Caetité ao Presidente da Província em 16 de março de 1889. APB. Fundo: Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Presidência da Província – Governo, Seca. Maço: 1608. Data limite: 1861-1889.

com firmas comissárias, especialmente aquelas localizadas na Capital do estado, que a remetiam para distintas partes do mundo, e também com indústrias localizadas no Centro-Sul do país.

Mas, apesar do vigor produtivo desenvolvido em terras sertanejas, foi frequente, no olhar de viajantes e estudiosos, o destaque às dificuldades de sobrevivência, ao escasso povoamento e pouco desenvolvimento econômico:

Um ou outro sitio distante, meio oculto na folhagem marginal revela-nos que se a população não é consideravel, a lavoura não jaz esquecida nessas paragens onde me dizem que o algodão produz tanto que é mister amparar os galhos da planta, vergados ao peso da carga exaggerada. Cultiva-se aqui a cana d'assucar em mais larga escala, e os cereaes dão em tão larga copia que esta faz esquecer as dificuldades de sua exportação. Não obstante a lavoura deperecia a olhos vistos. O braço servil continuava a ser exportado em grande numero para saldar os debitos que a produção insufficiente accumulava e agravava cada anno.<sup>12</sup>

Em outras passagens, embora Theodoro Sampaio tenha destacado características positivas da geografia e do clima em Monte Alto, no que se refere às atividades econômicas, o caráter modesto ou insignificante foi a percepção que teve o viajante ao chegar na região. Observação que não foi incomum a outros relatos. Mesmo se notando uma produtividade diversa e, inclusive, de singular quantidade, sobressaem os infortúnios da lida com a lavoura, geralmente associados à produção arruinada a crises devido às recorrentes estiagens, ou quando da sua abundância, às dificuldades de escoamento das mercadorias, tanto advindas da lavoura como da pecuária. Porém, há de se notar que, apesar das circunstâncias desfavoráveis ao crescimento de uma prática comercial e da própria produção, essa dinâmica não esteve alheia no cotidiano daqueles que viviam afastados dos grandes centros produtores.

Mesmo tendo a exportação uma importância singular na circulação e concentração de riquezas entre negociantes e produtores locais, ela não fez do alto sertão da Bahia um centro exportador, tal como se deu em outras regiões do país, o que ganhou a atenção das análises historiográficas acerca da realidade socioeconômica brasileira. O caráter monocultor, escravista e latifundiário perdurou por muito tempo na historiografia; a produção em menor escala e com outros destinos que não fossem atender, em grande medida, às demandas do mercado externo, “era desconsiderada, por não alimentar supostamente qualquer circuito econômico, enquanto que a produção social estava inteiramente voltada para o comércio exterior.”<sup>13</sup>

<sup>12</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.61.

<sup>13</sup> LAPA, José Roberto Amaral. O Antigo Sistema Colonial. Brasiliense, 1982, p.47.

Com esse tipo de produção concentrada no Sul do país, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, essa região ganhou notoriedade em detrimento de outros lugares. O destaque na movimentação da balança comercial brasileira e no crescimento do capitalismo industrial e financeiro, nas relações econômicas em fluxo, legou à produção destinada para o mercado interno um papel subsidiário. Para o economista Celso Furtado,<sup>14</sup> o crescimento econômico que se verificou no final do século XIX e início do XX, a partir da exportação de gêneros como o açúcar, algodão no Norte brasileiro, o cacau e o fumo na Bahia e a borracha na Amazônia, foi paralelo ao crescimento da economia de subsistência, nessa lógica, às sombras do mercado externo.

Ao avaliar o período colonial como formador da base socioeconômica que se firma no país, Caio Prado Júnior também estabeleceu distinções entre as produções de larga escala e as de menor porte. Em sua visão, a organização da economia estaria voltada a produzir para exportação, sendo que aquelas que não correspondessem a esse fim teriam caráter subsidiário e destinado a viabilizar o desenvolvimento da lavoura cultivada para exportação, ou seja, “destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia”.<sup>15</sup> Com base nesses aspectos, distingue então dois setores de produção na economia brasileira:

O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco [...]; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência. A distinção é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ela serve para conclusões de grande relevo na vida e na evolução econômica da colônia. [...] o caráter geral da colonização brasileira, já se verificou que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constituiu. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial.<sup>16</sup>

Apesar de destacar o caráter subsidiário, Caio Prado Júnior considera que os produtos fornecidos por ambas as atividades poderiam tanto se destinar ao consumo interno como ao mercado externo, embora as de subsistência se realizassem com certas limitações, sendo que a grande propriedade estava reservada à produção de extensivas culturas tropicais, e a pequena

<sup>14</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Ed. 29ª, 1999.

<sup>15</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p.151.

<sup>16</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. Ed. 38ª, 1990, p.41.

“tomou a seu cargo a mais substancial parte do abastecimento alimentar da população brasileira”.<sup>17</sup>

A fragilidade do mercado interno contraposta por uma economia capaz de movimentar a balança comercial brasileira e acumular riquezas a partir (apenas) dos circuitos internacionais, abordada em estudos historiográficos como esses, legou assim às regiões interioranas do país, como bem destacou Paulo Henrique Duque Santos, uma “condição periférica, tanto geográfica quanto socioeconômica, de baixa rentabilidade, portanto subordinada à agroexportação”.<sup>18</sup> No entanto, não devemos esquecer que tais estudos foram de singular importância para o desenvolvimento de novas percepções e abordagens acerca da história social e econômica do Brasil. A esse respeito, João Manuel de Cardoso Melo<sup>19</sup> e João Luiz Fragoso<sup>20</sup> foram além de uma economia assentada na exportação e dependente das vicissitudes externas. Fragoso, por exemplo, aponta que, no decorrer da segunda metade do século XIX, a supremacia do Sudeste, com o café, não era advinda apenas da exportação desse produto, mas da dinâmica estabelecida também na economia interna, havendo o envolvimento dos fazendeiros em distintas funções: dirigiam importantes sociedades bancárias, ferrovias e casas comissárias de café.

Em semelhante análise, Amaral Lapa<sup>21</sup> observa que, além de se considerarem as variações relacionadas ao mercado externo, devem-se perceber aquelas de caráter interno, bem como as peculiaridades regionais. Chama a atenção para a historiografia que sequer olhava para o mercado interno no período colonial como objeto de estudo, “enquanto que a produção chamada *nobre*, inteiramente voltada para o exterior, recebia e recebe todas as atenções e estímulos institucionais, científicos e econômico-sociais”.<sup>22</sup> Esse quadro começa a ser mudado apenas a partir do último quartel do século XX. No estudo sobre a história do abastecimento no Brasil, Maria Yedda Linhares também sublinhava a dificuldade em realizar tal análise, sendo “uma história escondida por trás dos polos dominantes da produção e da sociedade”.<sup>23</sup>

Sobre o caráter de subsistência, ao se debruçar sobre a análise da economia de Minas Gerais, Alcir Lenharo não a limita a uma noção de produção modesta, destaca: “Nem toda a

<sup>17</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. Ed. 38ª, 1990, p.251.

<sup>18</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.20.

<sup>19</sup> MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo tardio. São Paulo: editora brasiliense, 3ªed. 1984.

<sup>20</sup>FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Editora Campus. Ed. 9ª, 2009.

<sup>21</sup> LAPA, José Roberto Amaral. O Antigo Sistema Colonial. Brasiliense, 1982, p.45.

<sup>22</sup> Ibidem, p.39.

<sup>23</sup> LINHARES, Maria Yedda. História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-918). Brasília: BINAGRI, 1979, p.24.

economia mineira refluíu para a subsistência [...] e nem a economia de subsistência [...] estava fechada sobre si mesma, operando com baixo teor de produtividade, uma vez que era de natureza mercantil e voltada para mercados”.<sup>24</sup>

Ao analisar a economia do termo de Monte Alto, no alto sertão baiano, questionando então o espaço atribuído a economias menos centrais, é possível observar que, para além do abastecimento do mercado interno e das supostas modestas transações, regiões como essa estiveram atuantes no comércio realizado com mercados externos, em especial, através da produção agropastoril. A partir dessa abordagem, pretendemos contribuir para a historiografia que ainda carece de estudos sobre aspectos socioeconômicos de regiões interioranas e nos distanciamos da percepção de Erivaldo Fagundes Neves, que atribui à produção do alto sertão uma noção equivocada de “autoabastecimento”: “Desde o século XVIII, consolidou-se a auto-suficiência da policultura sertaneja. Os excedentes dinamizaram o segmento mercantil interno da economia colonial”.<sup>25</sup> Acrescenta ainda que as dificuldades do abastecimento sertanejo e a impossibilidade de se transportar vultosas safras da eventual monocultura foram razões para que seus habitantes diversificassem a produção agropecuária.

Em seu recente estudo, Paulo Henrique Duque Santos, também questionou tal análise, enfatizando que a economia do alto sertão não se limitou a comercializar o excedente da lavoura, e que a sua localização não impediu que suas atividades econômicas se mantivessem vinculadas às do mercado mundial:

O setor de subsistência da economia do alto sertão, destinado a abastecer o mercado interno de bens de consumo, integrou ao setor de exportação, em atividades da agricultura, pecuária e mineração. Propriedades de dimensões distintas mantiveram uma produção diversificada destinada ao mercado mundial e a mercados nacionais (local, regional e interestadual). Dessa forma, fazendeiros, lavradores (médios e pequenos) e negociante de algodão a exemplo, transitaram entre atividades econômicas ligadas à exportação quanto ao mercado de abastecimento interno.<sup>26</sup>

Cruzando as estradas do sertão, embruacando “as bestas com mercadorias importadas e gêneros da terra para abastecer pequenas vendinhas e armazéns dos povoados e arraiais; realizar entregas de encomendas aguardadas há meses,”<sup>27</sup> efetivar transações de mercadorias e produtos de importação e exportação com o Recôncavo Baiano, capital do estado e estados do Centro-

<sup>24</sup> LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 75.

<sup>25</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Feira de Santana: UEFS, 2008, p.185.

<sup>26</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.26.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.52.



Sul, a economia do alto sertão baiano e, em especial, do termo de Monte Alto, se mostrou diversa e inserida nos circuitos comerciais locais, nacionais e internacionais, longe de representar assim um caráter meramente subsidiário.

Vale notar que o diálogo mantido com a análise realizada por Paulo Henrique Duque Santos, em sua tese “Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930”, tornou-se importante ao longo deste estudo, pois também se debruçou sobre a economia do alto sertão, especificamente o município de Caetité. Ao enfatizar as atividades econômicas de exportação e de abastecimento de mercados internos, articuladas com as das demais regiões do país e mercado internacional, Santos questionou abordagens historiográficas que reservaram uma condição periférica a regiões como o alto sertão da Bahia.

Outros estudos sobre o alto sertão baiano e demais regiões da Bahia foram imprescindíveis para a confecção desta dissertação, são eles: Lycurgo Santos Filho, em “Uma comunidade Rural do Brasil Antigo”, Erivaldo Fagundes Neves, principalmente “Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”, e Maria de Fátima Novaes Pires, em “Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos *Sertoins de Sima* – BA (1860-1920)”. Esses historiadores trouxeram contribuições significativas sobre a estrutura fundiária, a dinâmica mercantil, hábitos culturais, costumes, formas de trabalho, escravidão e comércio realizados nos sertões da Bahia. Novas problematizações e reflexões têm sido formuladas, a partir também dos apontamentos contidos nesses trabalhos, que, em geral, compreendem o período colonial e o imperial brasileiro, oferecendo importantes informações sobre a configuração socioeconômica do alto sertão ao longo dos anos.

No que diz respeito ao termo de Monte Alto, algumas sinalizações foram apontadas nesses estudos, permitindo presumir o quão esse lugar esteve articulado com outros mercados. Neves<sup>28</sup> mostrou a elevada produtividade algodoeira no Sertão da Serra Geral, em fins do XVIII e algumas décadas no decorrer do século XIX; ao se reportar a Caio Prado Júnior, pontuou que Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista formaram uma região de relevante importância nessa produção. Pires,<sup>29</sup> ao demonstrar as despesas da família Teixeira com os funcionários, especialmente com vaqueiros, em fazendas localizadas no termo de Monte Alto, denota a força da pecuária nos anos iniciais do século XX.

---

<sup>28</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Feira de Santana: UEFS, 2008, p.191-193.

<sup>29</sup> PIRES, Maria de Fátima. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p.176/177.

Ao se lançar sobre a história agrária do Recôncavo Baiano, a abordagem realizada por B.J Barickman, em “ Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860”, apresenta-se de grande valia para as questões suscitadas neste estudo. Além de refutar a visão plantacionista que teria moldado a vida social e econômica do Brasil, em uma região de “plantation”, apresenta a diversidade na agricultura escravista de exportação e as relações entre a agricultura de exportação, a escravidão e a economia interna. Ainda, a análise de Mônica Duarte Dantas feita em “ Fronteiras movediças: a comarca do Itapicuru e a formação do arraial de Canudos” traz, a partir de uma metodologia que se aproxima daquela aqui abordada, uma valiosa contribuição na percepção das relações e realidades socioeconômicas construídas cotidianamente pela população.

Esses estudos inserem-se ainda como fundamentais na historiografia sobre a vida social e econômica da Bahia, pois, ao apresentarem especificidades regionais, demonstram o quão complexa e diversa ela se configurou no decorrer dos séculos. Entretanto, sobre o período republicano poucas foram as investidas de historiadores no estudo sobre a economia baiana, permanecendo análises que privilegiaram as baixas sofridas pelo estado, em contraposição com a pujança política, social e econômica do Sudeste e do período colonial. De maneira incipiente, em oposição a tais abordagens, buscamos, em diálogo com a análise de Cláudia Viscarde, na obra “ O teatro das oligarquias: uma revisão da ‘política do café com leite’”, apontar as medidas desempenhadas a fim de alavancar a economia baiana, como a criação de projetos para o desenvolvimento do transporte fluvial, ampliação de ferrovias e técnicas de melhoramento para a produção agrícola, demonstrando que a Bahia se manteve articulada com órgãos locais, federais e estrangeiros, a fim de incrementar a produção do Estado, que partia de diversos locais, como os sertões.

É preciso enfatizar que regiões sertanejas tiveram uma definição construída a partir da ambivalência com o litoral; adjetivos como distantes, secos, despovoados e improdutivos, os caracterizaram ao longo do tempo. Ao se referir ao Recôncavo Baiano, Kátia Mattoso destaca: “o clima e, por conseguinte, a vegetação dão unidade ao Recôncavo, tão próximo do oceano. Longe da influência deste, o Sertão, imenso e severo, é árido ou semi-árido”.<sup>30</sup> Aspectos geoclimáticos, como observado por Mattoso, e também os econômicos estiveram na baila do que definiria o Sertão. Janaína Amado, ao tratar dos usos e sentidos ao longo do tempo atribuídos ao “sertão”, identificou suas raízes no processo de colonização. Referindo-se a

---

<sup>30</sup> MATTOSO, Kátia. M de Queirós. Bahia Século XIX: Uma Província no Império. Editora: Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992, p.51.

espaços desconhecidos, longínquos e poucos habitados, pondera a utilização pelos portugueses nesse momento se adequava à “situação de conquista e consolidação da colônia brasileira”. No entanto, “sertão” adquiriu também sentidos variados, conforme “a posição espacial e social do enunciante, ‘sertão’ pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos”.<sup>31</sup>

Na heterogeneidade dos sertões, a região interiorana da Bahia, localizada no Sudoeste do estado, foi denominada alto sertão baiano. A expressão é encontrada em documentos históricos, em especial das épocas colonial e imperial, e utilizada pela historiografia a partir da definição cunhada por Erivaldo Fagundes Neves; o território que abarcaria tal denominação, não se caracteriza por seus aspectos apenas geográficos, sem possuir contornos precisos, se refere a uma conceituação associada “a uma identidade socioambiental, à convicção de pertencimento espacial e ao sentimento de integração social”.<sup>32</sup> Apesar dos limites indefinidos de uma vasta área do interior do Brasil, que para Elly Estrela “revela claramente a existência de uma região imaginária na geografia do extremo sudoeste da Bahia”<sup>33</sup>, o alto sertão se apresenta extenso e diverso, nele estaria, por exemplo, o sertão da Serra Geral e do médio São Francisco e territórios da Chapada Diamantina. Com essa imensidão, até que ponto chegou e chega esse sentimento de integração e pertencimento espacial, não podemos avaliar.

Aí localizado, e no que compreende de maneira mais específica o sertão da Serra Geral, o termo de Monte Alto apresenta-se como uma das mais antigas povoações da região. Na produção em extensas propriedades ou pequenos pedaços de terra, de grandes a pequenos proprietários e comerciantes, a percepção do trânsito de suas atividades e investimentos tornou-se possível graças à pesquisa nos inventários *post mortem*, uma vez que estes registraram movimentações econômicas e sociais, práticas agrícolas, além de uma gama variada de informações, que dizem respeito “[...] à origem social da pessoa (naturalidade, filiação, profissão), à família à organização do capital (formas de investimento, renda total, circulação dos negócios), à vida material (móveis, jóias, livros), à vida imobiliária [...]”.<sup>34</sup>

Os inventários *post mortem* deste estudo estão localizados nos Fóruns de Palmas de Monte Alto e Guanambi, totalizando o número 137, dos quais apenas 73 se referiam aos anos de 1890 a 1920, os demais aos anos de 1880-1889. Entretanto, posteriormente, localizamos uma média de 200 inventários, referentes apenas ao período aqui analisado, depositados em caixas,

<sup>31</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 8, n. 15, 1995, p. 149.

<sup>32</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS, 2012, p.17.

<sup>33</sup> ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Fapesp: Educ, 2003, p.37.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização*. São Paulo, 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2005, p.25

dispostas em ordem alfabética, numa sala que serve para armazenar materiais diversos no Fórum de Palmas de Monte Alto. Como a pesquisa já estava em andamento, e considerando o fator tempo, desses 200 selecionamos 75 inventários, tendo como critério de seleção os valores dos montes-mores: 25 mais altos, 25 intermediários e 25 mais baixos. Assim, um total de 211 inventários *post mortem* foram analisados ao longo deste estudo.<sup>35</sup>

Adotando o critério de divisão por faixas de riqueza, similar ao desenvolvido por Maria José Rapassi Mascarenhas (1998), no estudo sobre a riqueza e a elite na Bahia do período colonial, também por Mônica Duarte Dantas (2007), que se deteve no cotidiano no Norte da Bahia, e por Maria de Fátima Novaes Pires (2009) e Paulo Henrique Duque Santos (2014), que trataram de elementos da vida social e econômica do alto sertão baiano, foi possível melhor compreender aspectos como esses vivenciados em Monte Alto. Não podemos esquecer que fontes como as correspondências pessoais trocadas entre moradores de Monte Alto e do termo de Caetité foram singulares na percepção das transações comerciais e das relações que se fortificavam e perpetuavam em meio aos negócios, além daquelas remetidas por membros do poder público à capital da província e dos livros de registros de escrituras públicas. Obras de viajantes, em especial de Theodoro Sampaio, também enriqueceram a análise deste estudo.

Desse modo, a consulta a documentos de ordem diversa e o cruzamento realizado entre as fontes permitiram uma melhor compreensão das atividades e experiências construídas pelos sujeitos no termo de Monte Alto. No primeiro capítulo, as páginas são preenchidas por especificidades da conjuntura econômica vivenciada na Bahia, no Brasil e em Monte Alto. As transformações processadas na economia com ascensão do capitalismo industrial e financeiro tornam-se o pano de fundo para a análise empreendida. Produtos-chaves no mercado interno e no externo, investimentos nos setores agrícolas e industriais ganham notoriedade. A utilização de Relatórios de secretarias vinculadas ao governo estadual e a análise de inventários *post mortem* foram essenciais na construção deste capítulo. Além disso, sobre a economia de Monte Alto fez-se necessário observar como se comportou com a saída do escravo como bem de riqueza, para um entendimento das transformações e flutuações sofridas na entrada da década de 1890 até a de 1920.

Após tratar de aspectos da conjuntura econômica, no segundo capítulo adentramos as práticas comerciais que possibilitaram a inserção do alto sertão na dinâmica da economia estadual, nacional e internacional. Com o envolvimento de alguns sujeitos em distintos negócios e etapas da prática comercial, notou-se que buscaram aproveitar as possibilidades de

---

<sup>35</sup> A soma dos inventários encontrados totalizou 215, entretanto, quatro destes encontravam-se sem descrição dos bens, ou então continham apenas uma carta precatória, sendo, desse modo, descartados da análise.

aumento da riqueza. Produtos de destaque no mercado internacional ganharam atenção dos lavradores e donos de casas de negócios, que, além de remeter produtos, adquiriam mercadorias em mãos de importantes comerciantes da capital do estado. Rotas de comércio com outros lugares da região e de estados, como Mina Gerais, além do comércio realizado localmente, em especial nas feiras livres, foram também abordados. Além da consulta aos inventários *post mortem*, às correspondências forneceram informações fundamentais para que se percebessem os trânsitos de mercadorias e de gente construídos entre o sertão e outras partes do estado, do país e do exterior.

Para o terceiro e último capítulo as páginas foram direcionadas para tratar do perfil e atuação daqueles que mantiveram o sertão articulado com outros lugares, seja na região, seja além dos limites do estado ou país. Sujeitos de vida mais modesta, que comercializavam seus produtos nas vilas e cidades vizinhas, também ocupam as páginas finais deste estudo. E para uma melhor compreensão dos aspectos da vida socioeconômica e cotidiana desses indivíduos, faixas de riquezas foram estabelecidas a partir das informações documentadas nos inventários *post mortem*. As relações de crédito, permeadas não apenas pela lógica de mercado, também nos ajudaram a compor esse cenário.

Esperamos, assim, que as análises que perpassam por cada capítulo deste estudo possibilitem não apenas um entendimento da vida socioeconômica que se desenrolou no termo de Monte Alto entre os anos de 1890-1920, mas também que o olhar lançado sobre o alto sertão baiano e demais sertões da Bahia seja redimensionado, vislumbrando novos focos e perspectivas de análise.

## CAPÍTULO I

### DO CENÁRIO BRASILEIRO AO SERTANEJO: A ECONOMIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

#### 1.0 Monte Alto: aspectos geográficos e históricos

A vila é antiga e pequena, mas regularmente edificada n'uma situação excelente na base da serra do mesmo nome e em altitude de cerca de 580 metros, com um clima dos mais afamados do sertão. Apesar de estar quase abandonada pelos seus habitantes que no geral se refugiaram, receiosos de um assalto de *jagunços* a villa appareceu-me interessante no seu aspecto de tranquilidade e de repouso.<sup>36</sup>

A vila é situada ao pé da serra de onde desce um abundante ribeirão que a banha com suas cristalinas águas, das quais serve-se para beber e para regar os quintais; dividindo-as em córregos por diversas direções dentro do povoado.<sup>37</sup>

O município de Palmas de Monte Alto, localizado na região Sudoeste da Bahia, tem por limite ao norte os atuais municípios de Riacho de Santana e Matina, ao sul Sebastião Laranjeiras, ao leste Guanambi e ao oeste Iuiú e Malhada, tem como uma das referências mais marcantes de sua geografia e localização a serra de Monte Alto. Viajantes que passaram pelo termo<sup>38</sup> se impressionaram com a exuberância, a forma e a beleza da serra, e com o clima, a flora e a fauna do local. Theodoro Sampaio, ao relatar a chegada na vila, notou que sua localização na base da serra e “ em altitude de cerca de 580 metros” tornava o clima “ um dos mais afamados do sertão”. Por sua vez, Durval Vieira de Aguiar deu atenção especial às nascentes d'água que desciam da serra e ganhavam direções diversas.

Com uma vegetação de Caatinga, apresentando área de transição com o Cerrado, não só o termo de Monte Alto tinha a serra como uma das principais características geográficas, como também os atuais municípios de Sebastião Laranjeiras, Guanambi, Candiba, Urandi e Pindaí. Situada entre as coordenadas 14º 16' e 14º 36' de latitude Sul e 43º 10' e 43º 50' de longitude Oeste, sua extensão chega a 60 quilômetros com, aproximadamente, 20 quilômetros de largura e uma altitude máxima de 1330m.<sup>39</sup> Tamanha extensão explica a diversidade da fauna e também

<sup>36</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.99

<sup>37</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. Província da Bahia. Rio de Janeiro: Editora Cátedra – MEC, 1979, p.179.

<sup>38</sup> Optamos pela utilização da nomenclatura “termo” em vez de “município” devido ao seu registro nas fontes ao longo analisadas.

<sup>39</sup> SILVA, Joaquim Perfeito (org.). Territórios e ambientes da Serra de Monte Alto: Região Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012

a diversidade de nascentes de rios, como percebido por Durval Vieira de Aguiar. Num recente estudo sobre a serra de Monte Alto, organizado pelo arqueólogo Joaquim Perfeito da Silva, tal diversidade pôde ser melhor verificada:

A serra comporá vários riachos perenes, 148 nascentes e diversas quedas d'água, sendo as mais expressivas, as cachoeiras do Brucunum e da Mandiroba, que vão formar as bacias do Rio Verde Pequeno, a Sudoeste, e do Rio Casa Velha ou Curralinho, à Oeste, e a Leste, o Rio Miradouro e o Rio São Domingos, formadores do Rio São Francisco.<sup>40</sup>

Além das nascentes, as águas provenientes da chuva abasteceram a população de Monte Alto. Com um período chuvoso que vai de novembro a janeiro, e clima do tipo quente e seco com uma temperatura média anual de 22° C, com riscos de secas, armazená-las em caldeirões naturais de um ano para outro, conforme observou Theodoro Sampaio, foi recorrente entre os moradores locais.

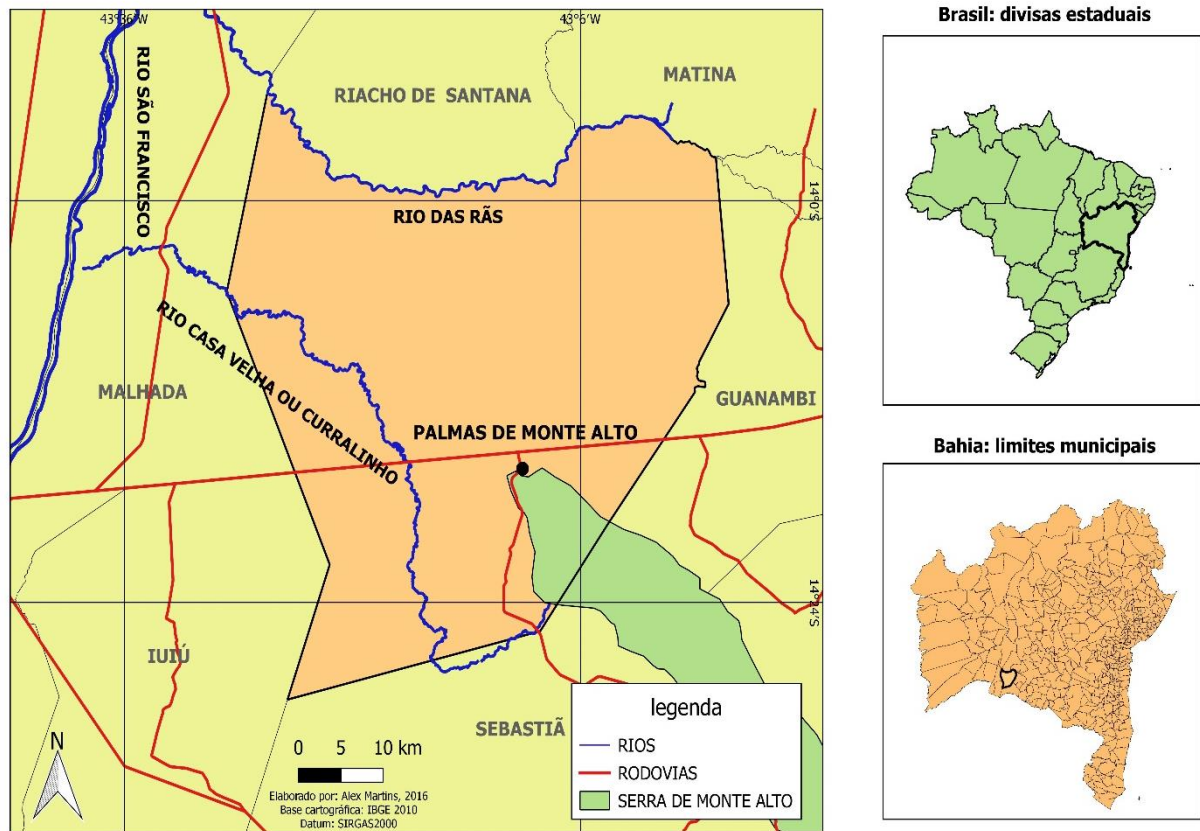
No entanto, o conjunto dessas características associado à qualidade do solo e à extensão do território – atualmente 2.818 km<sup>2</sup> - favoreceu o cultivo da terra e o desenvolvimento da pecuária, que até os dias atuais permanece como importância basilar na economia do município de Palmas de Monte Alto.<sup>41</sup> No mapa abaixo, verificamos os contornos do município e alguns rios presentes em seu território.

---

<sup>40</sup> SILVA, Joaquim Perfeito (org.). Territórios e ambientes da Serra de Monte Alto: Região Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012, p.10.

<sup>41</sup> Somente em 1943, pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31-12-1943, o topônimo de Monte Alto foi alterado para Palmas de Monte Alto.

MAPA I:  
LOCALIZAÇÃO E LIMITES ATUAIS DE PALMAS DE MONTE ALTO



Fonte: Mapa elaborado em parceria com Alex Martins e Junívio Pimentel, 2016.

Até adquirir essa divisão administrativa, Palmas de Monte Alto sofreu, ao longo dos séculos, significativas transformações. Com origem que remonta ao século XVIII, quando o português Francisco Pereira de Barros, “Pereirinha”, adquiriu de Isabel Guedes de Brito a fazenda Riacho da Boa Vista, o território de Monte Alto adentrou o século XIX, passando por sucessivas mudanças.

Em fins do século XVIII, tem-se, com a construção da capela na Praia de Monte Alto das Palmas, um dos principais elementos da origem do município. A doação do terreno para sua construção, feita por Pereirinha, se perpetuou entre os moradores como símbolo de religiosidade. Edificada na Fazenda Riacho da Boa Vista, ao “pé da serra”, então distrito da Freguesia de Santo Antônio do Urubu do Rio de Contas, o povoamento foi aos poucos se ampliando, até que em 1840 elevou-se à categoria de vila, sob a denominação de Vila de Monte Alto. É importante destacar que esse processo fez parte da autonomia das províncias em subdividirem seus territórios, permitida pela Constituição outorgada em 1824. Na província da



Bahia foram criadas 63 vilas, “entre 1827 e 1889, número superior ao somatório daquelas criadas nos séculos XVI, XVII e XVIII, [...]”.<sup>42</sup>

Na segunda metade do XIX, em 1880, Monte Alto desincorporou-se da comarca de Caetité, formando uma nova comarca, englobando também o termo de Riacho de Sant’Anna.<sup>43</sup> Traçados os limites, o termo compusera-se de dois distritos, Bela Flor e Boqueirão do Parreira, além de várias povoações espalhadas pelo território, como podemos perceber na citação a seguir:

A villa de Monte Alto, sede da Comarca, é sita na base e ponta occidental da serra do mesmo nome, que, portanto desta villa, se dirige, na direção de leste sudeste, até a distancia de 52 kilometros, e d’ahi corre para o sul, em uma distancia de 26 kilometros, onde morre, dividindo o termo em duas grandes zonas, uma septentrional, que fica ao lado esquerdo da serra, para quem se considera no tópo d’ella, olhando para o nascente, e a outra meridional, ao lado direito do mesmo observador. A primeira comprehende uma vasta planicie, que se estende – para o nascente a confinar com o termo de Caetité; para o norte e noroeste com o do Riacho de Sant’Anna, e para o poente com o Carinhanha. Contem, ao longo da serra, alguns povoados, como o Inchú, Tanque do Joazeiro, Beija Flor, Mocambo, e muitas fazendas de criação e cultura. Parece que o povo attrahido pela frescura da montanha, procurara abrigar-se em sua base, contra o intenso calôr desta região. Para o norte e para o poente, em um terreno desabrigado, existem as sedes das fazendas e, aqui e ali, algumas cazas reunidas em torno de uma lagôa ou de um tanque. A zona meridional, composta de um terreno mais fresco, confina ao nascente com o termo de Caetite, ao sul com a Provincia de Minas Geraes, e ao poente com Carinhanha.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: Um Breve Histórico. Salvador: SEI, 2001, p.23

<sup>43</sup> Com essa divisão, foram estabelecidos os limites para os termos de Monte Alto e Riacho de Sant’Anna: Art. 2º. O termo de Monte- Alto terá os seguintes limites: pelo lado poente, do Curalinho do Leão inclusive, e abrangendo a Fazenda dos Golphos em rumo direito ao rio das Rãs, no ponto em que a fazenda d’este nome se limita com a das Urtigas; d’este ponto, rio das Rãs, acima e extremado com os actuais limites do termo, e freguesia do termo de Riacho de Sant’Anna, até encontrar os limites de do termo de Caetité; d’ahi seguindo os limites traçados pela lei de 19 de maio de 1840, até o arraial do Gentio, inclusive, no lugar da Cachoeira, morada de Sabino Britto Teixeira; d’ahi seguindo pela estrada que parte do Gentio ao Tanque da Boa-Vista, morada do tenente Joaquim Ferreira dos Santos, inclusive esta: d’este ponto em linha recta ao Caldeirão, morada de D. Francisca Moreira Cardoso, inclusive; d’ahi em rumo direito à Lagoa Funda, morada de Antonio Gomes Cardoso, inclusive: d’este ponto, procurando a Serra-Geral, e seguindo os limites marcados pela referida lei de 1840 até o lugar denominado Bôcca do Impossivel, na margem do rio Verde-Pequeno, e seguindo d’ahi os limites actuaes do termo até encontrar o primeiro ponto dado. Art. 3º O termo de Riacho de Sant’Anna terá por limites: pelo lado da nascente, a Serra Geral nas cabeceiras do riacho Tres Passagens; d’ahi para o lado norte, respeitando os limites do districto do arraial do Bonito, do termo de Caetité, á Fazenda dos Geraes, pertencente ao commendador Francisco Manoel da Silva Ribeiro, inclusive esta; d’esta à Serra Geral, e por ella addiante até o lugar do Garapa, onde fizer limite com o termo do Urubú, d’ahi, para o lado do poente, limitando sempre como o mesmo termo do urubu até a fazenda Massarongo, inclusive; d’esta à Fazenda Riacho de Baixo, inclusive; d’ahi em rumo direito ao lugar denominado Pao-Preto, fazenda das Urtigas, na margem do rio das Rãs; e por este acima limitando-se com o termo de Monte Alto até á Serra Geral, e por ella adiante até o primeiro ponto de partida no riacho Tres Passagens.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Annaes da Assembleia Provincial da Bahia – 1837/1887. 38ª Sessão Ordinária, 16 de junho de 1880, p.67.

<sup>44</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Administração. Correspondência recebida da Câmara de Monte Alto, março: 1361, 14 de novembro de 1883.

Dadas essas características, os moradores do termo de Monte Alto construíram sua vida e sobrevivência no trânsito entre o campo e a vida urbana. Das “muitas fazendas de criação e cultura” que se espalhavam pelo termo, se escoava a produção para centros urbanos locais, e para além deles, fosse daquela produção advinda da pecuária ou da agricultura. As extensões e quantidades dessas fazendas e de propriedades menores que abrigavam casas de construção mais simples, não sabemos ao certo. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, a terra distribuída no alto sertão foi adquirindo seus contornos no decorrer dos séculos, isto é, de uma extensa propriedade conquistada e doada pelo governo metropolitano ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito, houve um paulatino fracionamento com partilha entre membros de sua família, com arrendamentos e ocupações de posseiros, em geral imigrantes de decadentes zonas auríferas, que se instalaram na região, propiciando uma constituição fundiária caracterizada por pequenas e médias propriedades, contornadas por “latifúndios descontínuos.”<sup>45</sup>,

Nessas terras, visando ao mercado interno e ao externo, prosperaram a pecuária e a agricultura, base da economia brasileira em fins do século XIX e início do século XX.

### **1.1 Economia brasileira em tempo republicano**

Com a balança comercial movimentada a partir da produção e exportação de produtos tropicais, a economia do Brasil adentrou nas primeiras décadas republicanas sob um contexto de forte concorrência e de práticas monopolistas no mercado mundial diante da ascensão do capitalismo financeiro. “Ao lado da tradicional exportação de manufaturados pelas economias industriais, cresce o número de investimentos (em ferrovias, serviços públicos, empresas produtivas ou na forma de empréstimos) nas colônias, possessões e países denominados ‘periféricos’.”<sup>46</sup>

No cenário nacional, verifica-se o crescimento de atividades vinculadas ao meio urbano, e mudanças no setor financeiro a fim de melhor desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, como a reforma bancária, “que facultava a certos bancos o direito de emissão do meio circulante, frente a falta de liquidez e de crédito agravada pela emergência do trabalho livre”, acordo entre o Tesouro Nacional e casas bancárias para alargar os créditos à lavoura.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

<sup>46</sup> FRAGOSO, João Luís. *O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Ed. 9ª. Editora Campus, 2009, p.178

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.179.

Ainda, como observado por Caio Prado Júnior, buscou-se a diversificação e incremento da agricultura, com aperfeiçoamento de técnicas para sua produção e a criação e multiplicação de campos de experimentação, fomentos às atividades manufatureiras e industriais e investimentos na melhoria da infraestrutura do país.<sup>48</sup>

Nesse quadro, alguns gêneros se destacaram quanto ao incremento da produção, dada a valorização no mercado nacional e internacional, e quanto às lucrativas quantias que forneciam à economia brasileira, entre eles: café, cacau, açúcar, algodão e borracha. Na tabela abaixo, conforme dados registrados pelo censo de 1919/1920, é possível observar, de acordo com o valor da produção, os que ocuparam nesse ano as primeiras posições.

TABELA I:

ORDEM DAS ESPÉCIES CULTIVADAS NO BRASIL, SEGUNDO O VALOR DAS COLHEITAS REALIZADAS EM 1919-1920

Espécies cultivadas	Valor da Produção	
	Total	%
Café	1.025.034:530\$000	24,9
Milho	999.939:540\$000	24,3
Algodão	664.676:400\$000	16,1
Arroz	415.747:550\$000	10,1
Cana-de -Açúcar	349.649:987\$000	8,5
Feijão	253.774:290\$000	6,2
Fumo	110.470:800\$000	2,7
Mandioca	86.957:112\$000	2,1
Cacau	80.259:200\$000	1,9
Batata Inglesa	43.795:590\$000	1,1
Trigo	43.590:350\$000	1,1
Coco da Bahia	30.854:940\$000	0,7
Mamona	12.887:340\$000	0,3
Maniçoba	2.262:530\$000	–
Total	4.119:900:159\$000	100,000

Fonte: IBGE. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1920. Agricultura v. III (2ª parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.

Notamos que os cinco produtos de valores mais altos corresponderam a 83,9% da colheita realizada no ano agrícola de 1919 /1920. O café, que foi o produto mais cultivado, como se sabe, rendeu altas cifras na balança comercial brasileira, com o peso das lavouras paulistas, mineiras e fluminenses, essas, respectivamente, ocuparam as primeiras posições na produção. A importância dessa produção e, em especial, no estado de São Paulo, antecede às décadas iniciais do século XX. Celso Furtado destaca alguns elementos que propiciaram sua expansão no último decênio do XIX:

<sup>48</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Ed. 37ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

Por um lado, a oferta não-brasileira atravessou uma etapa de dificuldades, sendo a produção asiática grandemente prejudicada por enfermidades, que praticamente destruíram os cafezais da ilha de Ceilão. Por outro lado, com a descentralização republicana o problema da imigração passou às mãos dos Estados, sendo abordado de forma muito mais ampla no Estado de São Paulo [...]. Finalmente, o efeito estimulante da grande inflação de crédito desse período beneficiou duplamente a classe de cafeicultores: proporcionou o crédito necessário para financiar a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial. A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões.<sup>49</sup>

Com incentivos e medidas do governo no intuito de equilibrar o preço no mercado cafeicultor, entre altas e baixas, a exportação desse produto, realizada pelos cafeicultores paulistas, rendeu investimentos que legaram resultados positivos na economia nacional. Essa região atraiu a atenção não só de investidores, mas também de uma população mais remediada que buscava melhores oportunidades de vida e de sobrevivência. Na primeira fase republicana, ocorreu um elevado crescimento na densidade demográfica, “em 1872 estava a 1, 34 a frente do Nordeste, estando em 1920 a mais de dois milhões”.<sup>50</sup> É certo que a chegada de imigrantes estrangeiros no país, entre os anos de 1884-1920, contribuiu significativamente para esse aumento populacional, a maioria foi direcionada para as lavouras cafeeiras paulistas: “Em 1940, da população estrangeira residente no Brasil, o Sudeste concentrava 80,9% e o Sul, 14,5%, ficando as demais regiões com modestos 4, 6%”.<sup>51</sup>

A emigração para o Norte do país também foi recorrente em fins do século XIX, em especial daqueles oriundos do Nordeste. Levas de emigrantes partiram para a Amazônia, local que poderia fornecer trabalho a partir do surto da extração da borracha, que absorvia grande quantidade de mão de obra. Calcula-se que, entre 1890 e 1900, a região recebeu mais de 110 mil pessoas.<sup>52</sup> A demanda do mercado industrial internacional cresceu a partir de 1890 com a introdução do pneumático e a difusão do automóvel:

Em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910 o Brasil era responsável por 50% do consumo internacional. O crescimento dessa economia pode ser indicado pela ampliação de suas exportações: entre 1852 e 1900 a exportação passa de 1.632t para 24.301.452t, ou seja, há um crescimento de 1.488.960%. Na década de 1850 a borracha significava 2, 3% das exportações brasileiras, mas

<sup>49</sup> FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Ed. 19ª. São Paulo: Editora Nacional, 1984, p.177.

<sup>50</sup> FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Ed. 9ª. Editora Campus, 2009, p.307.

<sup>51</sup> Ibidem, p.307.

<sup>52</sup> Ibidem, p.308.

no decênio de 1901 a 1910 ela atingia cifra de 28,2% das exportações, sendo o segundo produto das vendas globais do Brasil.<sup>53</sup>

Apesar de não aparecer entre as principais colheitas realizadas no ano agrícola de 1919/1920, outro produto que teve, no período da primeira República, uma significativa participação nos saldos da exportação brasileira, foi o cacau:

[Desde o início da colonização], cultivou-se mesmo, embora em escala pequena, e do Amazonas se difundiu para outras regiões do Brasil. Em meados do séc. XVIII começa a ser plantado no sul da Bahia onde encontrará excelentes condições naturais favoráveis. A exportação do cacau representa durante o período colonial, a maior fonte de riqueza do vale amazônico. Em termos absolutos, contudo, a importância comercial do produto foi então sempre pequena. É no século XIX, com o progresso da indústria e consumo do chocolate na Europa e nos Estados Unidos, que o cacau se torna gênero de grande expressão econômica.<sup>54</sup>

Embora a produção brasileira não estivesse sozinha no mercado mundial, a exportação do cacau apresentou-se em ritmo crescente a partir de fins do século XIX. De 1.668 toneladas exportadas em 1880, atingiu 13.131 no ano de 1900. Entretanto, nas décadas iniciais do XX a produção da Costa do Ouro, colônia inglesa, superou a produção do Brasil e de outros concorrentes.<sup>55</sup>

Ao contrário dos produtos acima, o açúcar não teve seu melhor momento nas décadas iniciais da República, entretanto ainda possuía certo peso na economia do país; conforme a Tabela I, foi a quarta maior colheita realizada em 1919/1920. O crescimento dessa produção, na Europa e nos Estados Unidos, agravava a colocação da produção açucareira do Brasil no mercado internacional:

Avanços tecnológicos na indústria açucareira durante a segunda metade do século XIX levaram à queda de seu custo e, apesar da grande expansão do consumo, do seu preço. A produção do açúcar passou a requerer volumes crescentes de capital, o que veio favorecer o açúcar de beterraba, produzido em países industrializados, e a dominação pelo capital dos países industrializados da indústria canavieira em países de economia colonial.<sup>56</sup>

Diante desse contexto, as cifras alcançadas pela exportação do açúcar foram prejudicadas. “A Espanha tinha suas colônias, que também (Cuba e Filipinas) recomeçavam a fornecer aos Estados Unidos [...]. A Inglaterra tinha as Índias Ocidentais e a própria Índia. A

---

<sup>53</sup> FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Ed. 9ª. Editora Campus, 2009, p.176/177.

<sup>54</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Ed. 37ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, p.241.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 241/242.

<sup>56</sup> SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In. Fausto, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985, p.356.

França tinha suas Antilhas. A Holanda acaba de desenvolver o parque açucareiro de suas Índias Orientais”.<sup>57</sup> Porém, mesmo com as flutuações internacionais desfavoráveis à exportação brasileira, Fragozo destaca que a produção se apresentou crescente em regiões como Pernambuco, havendo ainda, entre os anos de 1850 e 1910, um crescimento anual de 0,27% nas exportações realizadas.<sup>58</sup> Assim, a queda no preço do açúcar, a competitividade no mercado internacional, os altos gastos realizados com sua produção, incluindo a mão de obra – diante da abolição do tráfico internacional e do crescimento do tráfico interprovincial para a cafeicultura paulista -, incidiram sobre a perda da posição do Brasil no mercado externo, mas não no declínio de sua produção, que ainda continuava com vigor.

O algodão, terceiro colocado na Tabela I, com 16,1% do valor da colheita em 1919/1920, desde fins do XVIII demonstrava-se uma atividade rentável. Com a guerra de independência americana e a “revolução industrial”, deu-se em 1767 a primeira remessa do Brasil para o exterior, “e já a começar de 1786 as exportações variam de 150 a 200 mil libras por ano. Passou a ser o algodão um fator de equilíbrio comercial da colônia”.<sup>59</sup> Até o ano de 1820, o Brasil manteve sua importância como fornecedor para as fábricas têxteis inglesas, entretanto, com a concorrência da produção algodoeira dos Estados Unidos, Egito e Índia, ocorre uma queda na exportação, que só na década de 1860 “ganha forte impulso com procura do algodão em rama durante a escassez do produto na Europa”.<sup>60</sup>

Após esse período a produção brasileira perdeu mercados importadores com a disseminação da cotonicultura na Europa e da consequente competitividade de outros países. Conforme Singer, a Alemanha realizou plantios em suas colônias do Camerume do Togo, a Inglaterra, com a conquista do Egito e Sudão, buscava desenvolver a cultura algodoeira, e em 1902 tem-se a fundação da Cotton Growing Association, em Manchester, que iniciou pesquisas em todo o mundo por novas terras para desenvolver tal cultivo:

Deste modo a Grã-Bretanha (e em menor grau a Alemanha e a França) conseguiram se livrar da dependência do algodão americano, promovendo seu plantio dentro do Império. Nosso algodão foi derrotado, portanto, não apenas pelo produto americano, mas também pelos esforços da Cotton Growing Association britânica, do Comitê Colonial Econômico alemão (fundado em 1896 com apoio de Bismarck) e da Association Cottoniere Coloniale Française. Sem acesso ao mercado externo, nossa cotonicultura passou a ser

<sup>57</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Revista do Desenvolvimento Econômico (RDE). Salvador, Ano XI, n.19, jan.2009, p.96.

<sup>58</sup> FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Ed. 9ª. Editora Campus, 2009, p.167.

<sup>59</sup> ALMEIDA, op. cit., p.90.

<sup>60</sup> STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1979, p.57.

estimulada pela expansão de nossa própria indústria de fiação e tecelagem, que dá de modo firme a partir da Abolição até o fim da Primeira Guerra Mundial.<sup>61</sup>

Inicialmente, as principais indústrias estavam localizadas na Bahia. Na segunda metade do século XIX sua expansão alcançou o Sudeste do país; os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tornaram-se centros da indústria têxtil brasileira, e ela, por sua vez, tornou-se a principal atividade industrial do Brasil:

O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 ½% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia.<sup>62</sup>

Vale notar que o investimento na infraestrutura do país, em especial nas vias de transportes, foi importante fator para o desenvolvimento econômico na primeira República, já que se faziam indispensáveis para agilizar o escoamento da produção. Primeiramente a expansão da malha ferroviária se vinculou à agilização da exportação do café, “realizada através de fortes investimentos estrangeiros, como nos portos de Manaus, Belém do Pará e Rio de Janeiro, controlados pelo imperialismo britânico”<sup>63</sup>, fazendo com que o Sudeste abarcasse a maior extensão ferroviária do país. Investimentos do capital internacional também foram aplicados no fornecimento de energia e serviços urbanos.

Marcada, assim, por reformas financeiras, penetração de bancos, firmas e capital estrangeiro, crescimento industrial e econômico, contornada por momentos de crise, a economia agroexportadora brasileira passou a conviver com elementos novos na primeira fase republicana, propiciando uma maior dinâmica nas atividades desenvolvidas, em especial, no mercado interno.

## 1.2 A Economia Baiana no cenário nacional

Nos tempos coloniais, a presença da Bahia tinha a hegemonia do comércio brasileiro, cuja actividade estava intensamente ligada a uma expansão econômica.

<sup>61</sup>SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In. Fausto, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985, p.360.

<sup>62</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Ed. 37ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, p.259.

<sup>63</sup> FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Ed. 9ª. Editora Campus, 2009, p.308.

Estado “essencialmente agrícola” o seu commercio se opulentava, como ainda hoje, com os varios productos de sua agricultura, base de todas as felicidades e bem estar para a maioria de seus habitantes.<sup>64</sup>

Por muito tempo a Bahia manteve o centro do poder e das atividades comerciais de grande rentabilidade à metrópole portuguesa, aos demais mercados europeus e aos seus produtores. Com base na comercialização do açúcar, fumo, algodão e couro, a pujança econômica da Bahia desse tempo colonial, enaltecida pelos seus contemporâneos e referenciada em momentos vindouros com tom de orgulho, embalou projetos, descrições e preencheu páginas da historiografia brasileira. No Relatório acima, sobre os estudos da expansão econômica da Bahia, realizado na década de 1920, ainda que ressaltada a continuidade da diversidade na produção agrícola, em que “o commercio se opulentava”, um tom saudoso acompanha a lembrança dos “tempos coloniais”.

No Império e na primeira República, a economia baiana é abordada na nossa historiografia à sombra da região Sudeste do Brasil, bem longe do conhecido auge alcançado na colônia. Especialmente a partir do alvorecer da República, muito se desconhece de sua dinâmica socioeconômica, afora os clássicos estudos sobre a economia do Brasil, desenvolvidos por estudiosos como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e João Manuel Cardoso Mello.<sup>65</sup>

Para a Bahia, destacam-se alguns estudos como os de Luís Henrique Dias Tavares,<sup>66</sup> com importantes informações sobre conjunturas políticas e econômicas. Estudos dessa natureza, entretanto, não fugiam à regra dos escritos produzidos à época: a ênfase recaía sobre a elevação e decadência da produção açucareira, gênero da agricultura destinado ao mercado internacional. De lá para cá, exceto publicações mais voltadas aos conflitos políticos, houve pouca investida em estudos da economia baiana nesse período. Persistiram visões da dinâmica econômica estabelecida a partir do Sul do país, mas:

Comparar a economia baiana à dos estados do sul pode ser inadequado quando São Paulo, Minas e Rio de Janeiro são tomados uniformemente, pois não possuíam economias homogêneas, em termos de robustez e lucratividade. No Rio, por exemplo, a lavoura do café do vale do Paraíba não se equiparava em dinamismo às fazendas do Oeste paulista. [...] Por fim, a visão estrutural de um sul em ascensão, em bloco, e de um nordeste em decadência (igualmente em bloco), ainda que não seja uma falácia, encobre o conflito de interesses gerado pelas diferenças existentes entre os estados, que nem sempre se alinhavam nos blocos nortista e sulista.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> Relatório sobre o estudo da expansão econômica da Bahia. APEB. Seção Republicano. Secretaria do Interior e Justiça. Grupo: Gabinete. Série: Estudos sobre expansão econômica. Cx: 3450; mç. 92, 1924.

<sup>65</sup> Respectivamente, ver obras: (1999); (1961, 1998) e (1984).

<sup>66</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. São Paulo: Ática. Ed. 7ª, 1981.

<sup>67</sup> NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. Belo Horizonte: Varia História, vol.29, nº 51, p.863-887, set/dez, 2013, p.868/869.



Açúcar da região Norte e café na região Sul, decadência e ascensão, muitos autores analisaram o Brasil do fim do século XIX em torno dessa visão. Mas, com o debruçar sobre novas fontes e com novas problematizações, a complexidade que envolve esse período começou a aparecer. Uma importante referência nesse sentido é a pesquisa desenvolvida por Cláudia Viscardi; ao contestar a existência da aliança café com leite como eixo de sustentação da República Velha, ela traz à tona aspectos que vão muito além de uma dominação do Sudeste sustentada no potencial econômico e na união interna das elites em seus partidos monolíticos na parceria de São Paulo com o estado de Minas Gerais<sup>68</sup>. Em sua análise, ganham notoriedade os interesses divergentes, a autonomia relativa do Estado Nacional e o “resgate da importância de outras oligarquias, até então, tidas como minoritárias e desimportantes na definição do jogo político”.<sup>69</sup>

Ao trazer essa abordagem, mesmo com ênfase nos estados do Sudeste, a Bahia se faz contemplada, notadamente ao se lançar sobre as hierarquias políticas no quadro republicano, em que é possível perceber a influência de suas elites e, conseqüentemente, aspectos de sua vida socioeconômica. Considerando, então, a desigualdade na distribuição do poder entre os Estados da Federação, segundo Viscardi a diferenciação residia no tamanho das bancadas e no grau de autonomia econômica em relação aos cofres da União:

Assim, os grandes estados eram os que possuíam associadamente bancadas numerosas e economias relativamente autossuficientes; os médios, os que possuíam um dos dois elementos; e os pequenos os que não possuíam nenhum deles. O grau de participação de cada estado nos processos de decisão era proporcional ao seu tamanho.<sup>70</sup>

Nessa hierarquização, a Bahia incorporava-se aos estados que compunham o setor médio, ao lado do Rio de Janeiro e Pernambuco. No grande, estavam São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Porém, esta posição, ao ser contrastada com a superioridade apresentada no Segundo Reinado, foi vista de maneira equivocada sobre o que realmente significava ser secundário na República. “[...]Ser um estado secundário na federação brasileira era integrar um grupo de atores cujas opiniões e negócios eram levados em conta nas barganhas e alianças, graças à sua importância econômica ou política”.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> VISCARDI, Cláudia. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.41.

<sup>69</sup> Ibidem, p.50.

<sup>70</sup> Ibidem, p.52.

<sup>71</sup> NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. Belo Horizonte: Vária História, vol.29, nº 51, p.863-887, set/dez, 2013, p.871.

Em fins do XIX é inegável que a economia baiana e o papel político de suas elites sofreram retrações, no entanto não podemos dizer que ela não manteve um desempenho, uma influência e certa notoriedade, mesmo que tenha sido em menor proporção do que experimentado em tempos anteriores, ou alcançado pelos estados do Sudeste. Dentre os principais produtos colhidos no final da segunda década do século XX (conforme abordado na Tabela I) que movimentaram a economia do Brasil, a Bahia contribuiu de maneira singular nos resultados alcançados. Na produção do café, mesmo que distante dos índices obtidos pelos três maiores produtores, ocupou a quinta maior produção, com destaque para os municípios de Areia e Amargosa. Posições similares foram identificadas em relação ao cultivo do milho, que teve o segundo maior valor da colheita no país. Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul estiveram com os maiores índices; a Bahia, com uma produção no valor de Rs. 28:903\$540, ocupou a sexta posição, partindo especialmente de Feira de Santana, Paramirim e Areia. Já o cultivo do algodão na região Norte, conforme citado no recenseamento, entre os anos de 1917 e 1918, representava o sêxtuplo dos rendimentos dos demais estados produtores, porém, entre 1918 e 1919, houve um aumento na produção paulista, legando a este estado a maior produção nesse período, sendo seguido pela Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Apenas em relação ao cultivo do arroz é que os baianos ficaram com uma tímida participação. No que diz respeito a outras culturas, a produção baiana foi bem diversificada e significativa, chegando a alcançar, com a produção do cacau, fumo, mandioca e coco da Bahia, os maiores índices no valor das colheitas realizadas em 1919/1920.<sup>72</sup>

Nesse cenário produtivo, as políticas de fomento ao desenvolvimento econômico, em especial aos produtores e regiões, como a Bahia, que estiveram longe dos circuitos cafeeiros merecem destaque. Conforme Sônia Regina Mendonça, a criação de instituições junto ao governo foi basilar na efetivação de medidas voltadas a esse desenvolvimento, compondo um “movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil - tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política – [...]”<sup>73</sup>, denominada a reação ruralista, alicerçava-se na diversificação da produção agrícola nacional.

Assim, a partir da criação da Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897, é que esses grupos agrários organizaram suas demandas, buscando primeiramente multiplicar novas entidades de classe por todo o país e aparelhar-se junto ao Estado, o que se deu em 1909

---

<sup>72</sup> IBGE. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1920. Agricultura v. III (2ª parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924

<sup>73</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p.10.

com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Basicamente formada por representantes do Sul e Nordeste, a SNA, articulada com esse ministério, buscou, além da diversificação da agricultura, a sua modernização através da difusão do ensino técnico e da mecanização, o incentivo à pequena propriedade e produção como instrumento de fixação da mão de obra no campo, serviços de fomento agrícola e de informação e propaganda, empenhados na distribuição de mudas e sementes selecionadas, implementos, utensílios, bem como folhetos e livros encarregados da difusão da agricultura científica junto aos produtores, ainda veículos de propaganda, como relatórios, boletins e anuários, e também a criação de pequenos centros de difusão tecnológica e assistência ao agricultor: campos de demonstração/cooperação, postos zootécnicos, fazendas-modelo; estações de monta e inspetorias agrícolas.<sup>74</sup>

No Relatório dos serviços da agricultura, indústria, comércio e obras públicas do ano de 1920, assinado por J. J Seabra, então governador do Estado, ainda que houvesse uma tendência em exaltar os feitos do governo, já que ele mesmo o representava, é possível observar a atuação das sociedades e medidas legais que foram tomadas a fim de melhorar os níveis econômicos do estado, “[...] os governantes sucessivamente prometiam retomar o lugar que pertencia à Bahia ‘por direito’, dentre os grandes estados da Federação brasileira [...]”.<sup>75</sup> Das ações adotadas pelo governo para o “progresso das lavouras” baianas, a concessão de prêmios estabelecida por lei, como a de nº 1.464 de 14 de Setembro de 1920, ganhou destaque:

Art. nº 12 – Ficou o Governo auctorizado a instituir premios de cinco, dez e vinte contos, até a quantia de duzentos contos de reis annuaes, para serem distribuídos aos industriaes ou agricultores que estabelecerem usinas e estufas para o beneficiamento do café, cacau, fumo, borracha e algodão e bem assim premios de cem e duzentos mil reis aos plantadores de algodão, conforme a area plantada.

Art. nº 13 - Fica tambem auctorizado a instituir premios de dez a quarenta contos de reis para os industriaes que estabelecerem fabricas para o aproveitamento de matérias primas, de qualquer natureza, ainda não utilizadas em usinas do Estado<sup>76</sup>.

Observa-se que, dentre os produtos cultivados na Bahia, aqueles que movimentaram a balança comercial do estado através do comércio realizado com o mercado externo e também aqueles de grande demanda no mercado nacional, foram alvos dos estímulos no desenvolvimento agrícola. O algodão, que legou à Bahia o primeiro centro das indústrias

<sup>74</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e política agrícola no Brasil (1909-1930). 1998, p.94/98.

<sup>75</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. A raposa e a água: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009, p.39.

<sup>76</sup> Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mc: 178. Doc: 746, 1920.

têxteis, embora tenha perdido essa centralidade para os estados do Sudeste, continuou com uma produção vigorosa em fins do século XIX. Prêmios, no valor de Rs. 3:000\$000, foram concedidos a diversos produtores que instalaram máquinas para o beneficiamento: Jean Meyer em Xique- Xique; N. Grassi & Cia em Morro do Chapéu; Vianna Braga & Cia em Jequié; Jeronimo Tranzillo & Cia em Maracás.<sup>77</sup> Ainda, foram instaladas, através do Serviço do Algodão,<sup>78</sup> Estações Experimentais que possibilitassem o desenvolvimento da lavoura no município de Jequié ou Morro do Chapéu, conforme pedido dos senhores Grassi & Cia, que declararam possuir dez oficinas para beneficiamento da lavoura, além de outras menores, e do oferecimento gratuito dos terrenos para instalação das referidas Estações<sup>79</sup>

O fumo, por sua vez, constituía, nos últimos anos do século XIX, o principal artigo de exportação da Bahia, e no alvorecer do século XX, juntamente com a produção de charutos, contribuiu com as rendas auferidas pela exportação, tendo como principal destino as cidades de Bremen e Hamburgo, na Alemanha:

A Alemanha representava o mais importante mercado de fumo de charutos de toda a América. Bremen, chegou ao fim do século XIX com o primeiro lugar na importação mundial de fumo em folha e, no início do século XX o fumo da Bahia - como é chamado o fumo do Recôncavo -, ocupou lugar de destaque no comércio de Bremen, antes dividido somente com os Estados Unidos.<sup>80</sup>

Dada a importância dessa produção para a economia da Bahia e para muitas famílias que dela dependiam, os prejuízos ocasionados pela seca, em fins do XIX, levaram produtores e negociantes da Freguesia de São Félix a encaminharem um abaixo-assinado ao vice-presidente da Província, solicitando urgentes medidas, pois:

O commercio completamente paralisado tem diante de si um futuro mais desanimador, pelo estado a que estão redusidas as plantações de nossos principaes ramos de lavoura, o fumo e o café.  
A pequena lavoura, particularmente aquella que com os seus productos abastece o nosso mercado, alem de toda perdida, estão os pobres roceiros

<sup>77</sup> Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>78</sup> O Serviço do Algodão esteve vinculado ao Ministério da Agricultura, que buscou um amparo técnico-científico no desenvolvimento agrícola dos estados voltado aos complexos açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero, em especial aos situados no Nordeste, Rio de Janeiro e estados do sul, mediante a criação de repartições próprias destinadas ao fortalecimento dos grupos que promoveram a implementação do ministério, onde o serviço do algodão, fundado em 1915 e transformado, posteriormente, em superintendência, foi um dos melhores exemplos dessa posição, lembrando que suas primeiras sedes localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, multiplicando-se por todo o Nordeste em fins do período, visando prestar assistência aos cotonicultores dos complexos nordestinos, prejudicados pelas pesquisas encetadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que desenvolvia uma nova espécie de fibra, alternativa em relação àquelas oriundas do Nordeste. (MENDONÇA, 1998, p.96/97).

<sup>79</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Série: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>80</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues. Fazer charutos: uma atividade feminina. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001, p.30

faltos de sementes com que possam ir aproveitando algum terreno preparado.  
 [...] Nossas fabricas de charutos e armazéns de escolha do fumo, que sustentavão milhares de homens, mulheres e crianças, virão se forçados a reduzir o número de operários [...].<sup>81</sup>

Em maior ou menor proporção, a seca, nas décadas finais do século XIX, atingia a todos os envolvidos com a produção, inclusive famílias que partiam de outras regiões, como Umburanas, Santo Estevão e lugares vizinhos<sup>82</sup>. Fugindo das dificuldades ocasionadas pela falta das chuvas, levas de famílias migraram para outras localidades em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência. A exemplo do Recôncavo Baiano, o Sul do estado esteve também entre os destinos procurados por famílias nessa situação. O crescimento da produção e exportação do cacau no Sul da Bahia, no final do XIX e anos iniciais do XX, que contribuiu para o despontar do Brasil como segundo maior produtor do mundo, atraiu sertanejos, como Georgina Silva, no ano de 1916. A situação por ela vivenciada e documentada pelo historiador Paulo Henrique Duque Santos,<sup>83</sup> revela que “pretendia se retirar de Caetité para a região Sul do estado da Bahia antes que as despesas para manter-se na cidade consumissem o que ainda restava do pequeno patrimônio”.

A produção cacauzeira, além de atrair imigrantes de outras regiões do país, levou o governo e as elites econômicas a estimularem a migração, que, de acordo com Marcelo Lins, visava “atender aos interesses dos grandes proprietários rurais já existentes, que tinham dificuldades com a falta de braços para trabalhar na expansão da lavoura”,<sup>84</sup> que se mostrava altamente lucrativa. Na economia baiana, conforme esse autor, chegou a ultrapassar, em 1904, o valor das exportações do fumo, tornando-se o principal produto na pauta de exportação. Ainda, “mais de 20% das rendas públicas do Estado provinham, em princípios do século atual [XX], de um imposto sobre a exportação do produto. Direta ou indiretamente, quase toda a riqueza baiana e a vida dos habitantes repousará nos cacauais”.<sup>85</sup>

O açúcar, como sabemos, foi produto destacado na economia do período colonial. A Bahia representava uma das principais províncias produtoras desse gênero até o século XVIII.

<sup>81</sup>Correspondência encaminhada por negociantes e demais sujeitos da Freguesia de São Félix ao presidente da Província. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Fundo: Presidência da Província. Série: Governo – Seca. Mç:1608, 1861-1889, 04 de maio de 1889.

<sup>82</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Fundo: Presidência da Província. Série: Governo – Seca. Mç:1608, 1861-1889.

<sup>83</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas Tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.265.

<sup>84</sup> LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia, 1935-1936*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2007, p.37.

<sup>85</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. 37ª. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, p.242.

Entretanto, no século seguinte, sua importância no cenário estadual e nacional sofre uma significativa queda que, como visto, esteve relacionada a condições desfavoráveis no mercado externo diante da concorrência de outros países e também dificuldades internas, em especial com a mão de obra. “Entre 1873 e 1890, a crise no Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, se tornou aguda. Ela inspirou em 1888 a isenção total de impostos para o açúcar. Em meio da crise, 1879, o Presidente da Província contratou 6 ‘centrais’”. Mas, apesar das crises, a produção açucareira continuou com certo vigor, sendo produto de interesse de muitos proprietários, houve:

[...] empreendimentos, sobretudo de 1892 em diante, com a relativa reanimação nos preços internacionais, e quiça também a expansão monetária interna, com o seu efeito de capitalização forçada. Assistimos nesse período a um esforço maior de reequipamento, com a instalação de várias "centrais".<sup>86</sup>

Além da produção agrícola e do seu beneficiamento, a pecuária também movimentou o mercado baiano. Conforme dados do censo agrícola de 1920, a criação do gado bovino na Bahia representou 7,9% da criação nacional, à frente estavam apenas os estados do Mato Grosso (8,2%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (21,4%) e Rio Grande do Sul (24,7%)<sup>87</sup>. Almejando alcançar resultados similares aos verificados em estados do Sul do país, “onde existem fazendas de criação verdadeiramente modelares”<sup>88</sup>, foi instituído pela Lei número 1.461, de 3 de setembro de 1920, dentre outras medidas, o estabelecimento de duas fazendas de criação de raça das espécies mais adaptáveis às condições mesológicas do Estado, especialmente na cidade do Bonfim e na zona central, nas proximidades da cidade do Mundo Novo. Em cada fazenda devia haver uma estação de monta, e ainda a criação de dois postos zootécnicos – responsáveis por realização de exposições, recebimento de gado reprodutor importado etc. -, um na fazenda situada na zona central, e outro na capital do Estado<sup>89</sup>.

Vale notar que, assim como o melhoramento nas técnicas de produção e na modernização agrícola, o aumento da produção dependia também da permanência e atração da mão de obra para as lavouras. Na Bahia houve incentivos da Sociedade Baiana de Agricultura,<sup>90</sup>

<sup>86</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Revista do Desenvolvimento Econômico (RDE). Salvador, Ano XI, n.19, jan.2009, p.96.

<sup>87</sup> Fonte: IBGE. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria de Estatística. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Agricultura. v.III(1ª parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.

<sup>88</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Série: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920

<sup>89</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Série: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>90</sup> Agremiação de lavradores, industriais rurais criadores, mas também de pessoas dedicadas à causa da agricultura e filiada à Sociedade Nacional de Agricultura, foi fundada em 1902 a partir de resolução do Congresso Nacional de Agricultura (ocorrida no Rio de Janeiro em Setembro de 1901), que pretendia “a fundação de uma sociedade

instituição que se aproximava do movimento da SNA, especialmente no associativismo, “diversificação produtiva, de espaços para atender suas demandas no interior do aparelho do Estado, da modernização agrícola pela difusão do ensino e das ciências agrícolas”.<sup>91</sup>

Quantas oportunidades perdidas nas epochas de preços altos! Quanta terra há que poderíamos aproveitar e do seu amanhã auferir grandes lucros, se tivéssemos mais alguns trabalhadores! De facto que valem a terra, o capital, o dinheiro, o capital intelligencia e energia, se falta o braço forte do trabalhador de enxada, do rude homem do campo, desbravar mattas, cuidar da sementeira e das capinas, fazer a colheita, preparar o producto para o mercado, leval-o até o ponto de embarque na estrada de ferro.<sup>92</sup>

Com o intuito de sensibilizar os lavradores da importância do “braço forte do trabalhador” para a prosperidade do estado, legando-lhes esse papel, o próprio título do texto, “Appêlo aos Fazendeiros Bahianos”, evidencia o clamor por ações que propiciassem a manutenção desses trabalhadores na lavoura baiana, condição para viabilizar alguma produtividade em momento de crise e de estiagens. Ao criar condições para que os trabalhadores não “debandassem”, nas palavras engenhosamente escritas pelos representantes daquela sociedade, colocava-se a necessidade de assegurar a produtividade agrícola aos fazendeiros.

Não podemos afirmar se medidas como essas surtiram os efeitos esperados, ou se foram implementadas, até porque as razões para migração foram diversas, ainda mais se considerarmos as especificidades de cada região da Bahia. No sertão, por exemplo, muitos foram os trabalhadores que partiram para outros lugares devido à dificuldade de sobrevivência acentuada pelas secas, mas também para afastarem-se das experiências escravistas, ou ainda por acreditarem que centros urbanos, como São Paulo, pudessem oferecer maiores e melhores oportunidades. “No entanto, é importante assinalar que as migrações nem sempre resultaram em grandes deslocamentos. A adoção de lugares mais próximos aos de origem foi buscada por muitas pessoas do sertão, inclusive por ex-escravos”.<sup>93</sup>

Os esforços empreendidos em torno dos pilares econômicos do Brasil, no período republicano, trouxeram um significativo aumento nos índices de investimentos nas atividades agrícolas e na infraestrutura dos estados. Mesmo que possa haver disparidades entre os resultados e recursos investidos em distintas regiões do país, na Bahia houve muitos recursos e

---

em prol do incremento da agricultura que tivesse por objeto a defesa dos direitos e interesses da agricultura baiana” (BAHIA, 1923:552 *apud* Araújo, 2010, p.253/254).

<sup>91</sup> ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010, p.262.

<sup>92</sup> APEB. Seção Republicano. *Sociedades*. Cx: 1821. Doc:1935, 1923-1924.

<sup>93</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p.282.

iniciativas para que se desenvolvesse a agricultura, a indústria e o comércio, partindo do governo, de sociedades a ele vinculadas, como a Sociedade Baiana de Agricultura; ou de caráter mais particular houve o aperfeiçoamento nas técnicas para produção agrícola com a criação e multiplicação de campos de experimentação, aquisição de maquinário, distribuição de sementes e a participação em exposições também agrícolas; a concessão de prêmios aos produtores que estabelecessem usinas e estufas para o beneficiamento do café, cacau, fumo, borracha e algodão e bem assim aos plantadores de algodão, conforme a área plantada.

Os investimentos geridos com essas ações demonstram que a Bahia se manteve em plena e intensa atividade junto a órgãos locais e federais, a fim de incrementar a produção, que, apesar do destaque na balança comercial baiana de produtos como o cacau, o fumo e o algodão, a economia era alimentada também pelo açúcar, arroz, aguardente, borracha de maniçoba, café, cereais, produtos manufaturados, entre outros, muitos dos quais oriundos dos sertões da Bahia.

### **1.3. Nas rotas do mercado interno e do externo: a produção agrícola do Termo de Monte Alto**

Relegada a um papel secundário na história econômica do Brasil, aos poucos a historiografia tem contemplado a complexidade da produção e das transações comerciais das regiões interioranas. Na Bahia, estudos como o de Barickman e Paulo Henrique Duque Santos têm demonstrado a importância dessas regiões e das ditas lavouras de “subsistência” na economia estadual ou nacional.

Barickman, debruçando-se sobre a história agrária do Recôncavo Baiano, mostrou a estreita relação entre a produção agrícola para o abastecimento local (farinha de mandioca) e a economia de exportação (fumo e açúcar), demonstrando a força do mercado interno e a importante participação desse tipo de produção na dinâmica econômica do estado, assim:

Não se pode, portanto, classificar a agricultura, e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessório da economia de exportação [...]. Eram atividades indispensáveis ao crescimento e à expansão de uma economia regional mais ampla, dominada pela agricultura escravista de exportação.<sup>94</sup>

Em semelhante direção, mas com lentes dirigidas à economia no alto sertão baiano durante a primeira República, o historiador Paulo Henrique Duque Santos refuta a condição de economia periférica atribuída ao interior do país, considerando que “propriedades de dimensões distintas, que se formaram com o regime secular de distribuição de terras da região, não se

---

<sup>94</sup> BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.30.



limitaram a comercializar o excedente da lavoura, mas produziram para a exportação e para o abastecimento de mercados internos”.<sup>95</sup>

Com uma produção diversificada, a agricultura no termo de Monte Alto seguiu por esses caminhos, atendendo à subsistência familiar, ao mercado interno e ao externo, com a produção de gêneros como a mandioca, o milho, o arroz, a cana-de-açúcar e o algodão.

## **Mandioca**

Nativa do Brasil e adaptável a diferentes tipos de solo, o cultivo da mandioca se desenvolveu em diferentes regiões do país, não “demandando grandes cuidados, era de fácil trato a todo e qualquer lavrador que encontrasse um quinhão de terra para com ela trabalhar”.<sup>96</sup> Na Bahia, esteve presente em distintas partes do estado, constituindo-se em importante produto na economia e na dieta dos baianos, já que dela provinha a farinha, principal item em sua alimentação durante os séculos XVIII e XIX:

O arroz, o milho e o feijão eram, sem dúvida, mais amplamente consumidos, mas seu papel na alimentação cotidiana era secundário. Não há melhor prova disso que os registros do Celeiro Público de Salvador. Entre 1785 e 1851, o arroz, o milho e o feijão corresponderam a só 12% de todos os gêneros que entraram no Celeiro. A farinha sozinha representou os outros 88%.<sup>97</sup>

Num pequeno pedaço de terra ao redor da casa de morada ou em proporções maiores, o cultivo da mandioca e a produção da farinha, no termo de Monte Alto, também serviram à alimentação de muitas famílias e ofereceram possibilidades de amealhar renda nas décadas finais do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Nos inventários *post mortem*, a presença de utensílios utilizados para o fabrico da farinha foi constante. Abaixo verificam-se os mais recorrentes:

### QUADRO I:

#### UTENSÍLIOS UTILIZADOS NO FABRICO DA FARINHA – 1890/1920

<b>Utensílios</b>	<b>Valor</b>
Roda de ralar mandioca	20\$000
Oficina velha, de fabricar farinha, com pedra, roda puxada a mão, com todos os seus pertences	45\$000

<sup>95</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.24

<sup>96</sup> LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.54, 2007, p.263

<sup>97</sup> BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.91.

Oficina tocada por animais para fazer farinha	Não especificado
Casa de farinha com bolandeira para ralar mandioca, prensa com parafusos, fornos e mais acessórios	Não especificado
Uma roda de mandioca puxada a cavalo	Não especificado
Prensa de parafuso para imprensar massa	5\$000
Taxo de cobre de fazer farinha	60\$000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira - Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 31-46 e Cx: A -Z. Polo Regional Acadêmico de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

As oficinas ou casas de farinha, situadas próximas ou em um cômodo anexo à casa de morada, de modestas a mais equipadas, abrigavam o processo de produção desse importante gênero alimentício a partir das raízes da mandioca: “depois de lavadas da terra e descascadas, eram raladas para a obtenção da ‘massa’. Esta passava por uma espremedura no ‘tipiti’ e, bem enxuta, sofria, em seguida, a ação do calor do fogo para transformação em farinha”.<sup>98</sup> Esse processo, descrito por Licurgo Santos Filho, no início do século XIX, vigorava no início do século XX, apresentando, porém, algumas mudanças e avanços em relação aos utensílios. O “tipiti”, por exemplo, feito de palha trançada, cederia lugar às prensas de madeira e parafusos.

Após o preparo, muitas famílias guardavam em “caixão grande para depósito de farinha” uma quantidade para o consumo, mas, por vezes, ela faltava na mesa de algumas delas:

Roceiros, segundo tenho ouvido, tem passado e passam mezes sem farinha. As poucas roças de mandioca estão sendo roubadas de maneira espantosa, e até já houve um assassinato em uma.

[...]

A população está completamente aterrada. Por toda parte, e todo o canto, só se ouve a palavra, fome, morre-se de fome! A farinha tem estado esta semana a 200rs o litro, que sahe a 32\$000 o alqueire e tende a subir mais e mais. Não há feijão, arroz e nem milho, rapadura pequena a 500rs., toucinho já não se procura e assim por diante.<sup>99</sup>

Afetada pela seca no início da década 1890, já que a produção não resistia a longas estiagens, famílias de vida mais modesta sofriam diante da falta de alimentos. Observa-se que, em momentos como esses, elevava-se o preço da farinha no mercado local, atingindo Rs. 32\$000 o alqueire. Informações documentadas nos inventários post mortem sobre a comercialização do produto indicam uma alta também nos anos de 1890 e 1898, respectivamente, produtores chegaram a vender o alqueire a Rs. 40\$000 e Rs. 20\$000. Os

<sup>98</sup> SANTOS FILHO, Licurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.325.

<sup>99</sup> Hemeroteca Digital Nacional. Pequeno Jornal, 03 de março de 1890.

dados não permitem concluir se esse aumento permaneceu durante o ano ou foi apenas momentâneo. Lycurgo Santos Filho destacou que, em Bom Jesus dos Meiras, na Fazenda Campo Seco, os preços costumavam variar, com oscilações até de um mês para o outro, sendo que “os maiores valores encontrados referem-se ao ano da sêca (1808) e ao ano de 1819, ocasião em que Pinheiro Pinto vendeu o gênero à uma cunhada, anotando: ‘1 alqr. de fra. no ano da fome.....2\$560’.<sup>100</sup> A situação climática também foi observada por Barickman como um dos elementos que incidiam sobre a oscilação do preço da farinha no mercado de Salvador e sua região, chegando a atingir, em períodos de secas ou chuvas excessivas, como na década de 1830, o valor de Rs. 45\$980, equivalente a um alqueire.<sup>101</sup> Para as décadas iniciais do século XX, especialmente entre os anos de 1917 e 1918, o preço parece ter-se estabilizado, sendo comercializado de 5\$000 a 8\$000 o alqueire da farinha.

Devido não apenas ao preço, mas também à quantidade que se produzia, nem sempre a produção comercializada atingia elevadas quantias, em especial para aqueles indivíduos de vida mais modesta, como foi o caso de Herculano da Silva Leão.<sup>102</sup> Ele possuiu apenas dois bens, que não alcançaram a soma de Rs. 300\$000, um pedaço de terra e uma casa com alguns benefícios, certamente da lida nessa terra; plantando mandioca, retirava o seu sustento. A casa velha de fazer farinha, descrita entre benefícios que compunham a casa de morada nas proximidades da vila, sugere que a família lidava com essa atividade havia um certo tempo.

Em outros casos, a produção foi maior, sendo direcionada às feiras livres e estabelecimentos comerciais da vila de Monte Alto. Após o falecimento do seu pai, Antônio Rodrigues de Souza, em 1889, Anselmo Rodrigues de Souza declarou ter comprado, dentre outras coisas, “uma carga de rapadura por 18.000, 2/1 arroba de toucinho por 6.400, 2/2 alqueires de feijão por 12.500, e 2/1alqueire de farinha por 11.200, que como diz o recibo ficarão para isso ocorrendo na sustentação das pessoas empregadas na fazenda”.<sup>103</sup>

Ainda, na relação das dívidas apresentadas no inventário do comerciante Francisco Antônio Lopes, conforme descrita no quadro abaixo, consta uma nota da venda de Aliro Gustavo da Silva, situada em Bella Flor, de gêneros que foram fornecidos antes de seu falecimento.

---

<sup>100</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.328.

<sup>101</sup> BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780/1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.149/150.

<sup>102</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Herculano da Silva Leão. Cx: H, 1908. Documentação não catalogada.

<sup>103</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Antônio Rodrigues de Souza. Mç: 38, 1889.

## QUADRO II:

## GÊNEROS ADQUIRIDOS EM ESTABELIMENTOS COMERCIAIS DO TERMO DE MONTE ALTO – 1900

<b>Produto</b>	<b>Valor</b>
15 Objectos por escripto:	1\$500
22 Rapaduras	\$600
A gosto: Farinha	1\$000
4 Dinheiro por empréstimo	5\$000
25 Rapaduras:	\$900
28 ?:	\$200
? Objetos:	1\$000
?:	3\$000
Sal:	1\$000
Dinheiro por empréstimo:	7\$000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Francisco Antônio Lopes. Mç: 45, 1900.

Cultivada sozinha ou dividindo espaço com outras culturas, a mandioca ocupou uma parcela significativa dos lavradores no termo de Monte Alto, e a farinha esteve “presente tanto nas mesas dos ricos, como na dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos, constituíam a base da dieta comum, ”<sup>104</sup> e forneciam renda a muitas famílias.

### Arroz e Milho

Apesar de conter no inventário de Francisco Antônio Lopes a descrição da plantação de mandioca, a compra da farinha para seu consumo foi efetuada em mão de Aliro Gustavo Lima. Como a mandioca foi cultivada em meio à produção algodoeira, talvez por se tratar de um pequeno plantio, e se deter no cultivo de outras culturas, Francisco Antônio Lopes não se dedicou à fabricação da farinha. Rendendo-lhe mais lucro que a mandioca, esteve a produção do arroz juntamente com a produção algodoeira: colhidos “dez alqueires de arroz de colheita deste anno, em uma das roças da Veredinha”, cada alqueire avaliado a 7\$000. Embora o cultivo desse gênero tenha sido em pequenas proporções, a qualidade do arroz colhido no termo de Monte Alto mereceu elogio, podendo se “considerar superior ao do Maranhão”.<sup>105</sup>

Semelhante ao arroz, o plantio do milho não ocupou muitos lavradores. Direcionado não apenas para a alimentação humana, conforme notou Licurgo Santos Filho na Fazenda Campo Seco, no início do XIX, os inventários *post mortem* de Monte Alto, mesmo de maneira tímida,

<sup>104</sup> BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.96.

<sup>105</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Administração. Correspondência recebida da Câmara de Monte Alto, maço: 1361, 14 de novembro de 1883.

indicam o cultivo, a venda e o consumo humano do milho. Embora não foi tão significativa na economia de Monte Alto, representou nas décadas iniciais do século XX, dentre os cereais cultivados na Bahia, “um dos mais importantes, produzindo admiravelmente em toda a parte, quer no sertão, quer no recôncavo, variando, contudo, a produção, segundo as condições do terreno, preparo do solo, etc.”<sup>106</sup>

Em notas de compras realizadas pelos inventariados no termo de Monte Alto, o milho apareceu na relação de mantimentos adquiridos por alguns indivíduos. Um saco do produto foi vendido por Secundo Tavares de Oliveira a Francisco Antonio Lopes, antes do seu falecimento em 1900, pelo valor de 21\$000.<sup>107</sup> Ainda, não especificando a quantidade, Bibiana Rosa de Moura comprou no comércio local \$300 de milho.<sup>108</sup>

### **Cana-de-açúcar**

Inversamente ao papel ocupado pelo cultivo do milho e do arroz, o plantio da cana-de-açúcar foi recorrente entre os produtores, “cultivada não para fins de exportação, mas para as necessidades locais, a cana assim mesmo ocupou lugar destacado na economia sertaneja”.<sup>109</sup> Não havendo a descrição do plantio, “brejo com canavial”, “pequena plantação de canna”, “brejo com plantação de canna e arroz”, a descrição dos engenhos, além de indicar sua presença nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos montealtenses, indica o beneficiamento da cana-de-açúcar: “casa de engenho”, “engenho de madeira”, “engenho de moer cana”, “engenho velho arruinado”, “engenho velho, faltando duas moendas”.

Conforme Licurgo, tais engenhos não eram iguais aos encontrados em regiões açucareiras, havia “apenas um humilde banguê, uma engenhoca de rapadura”.<sup>110</sup> Talvez, semelhantes aos de Monte Alto, neles a fabricação da rapadura se destacou. Amplamente consumida e comercializada no mercado local e regional, fez parte das principais produções de

---

<sup>106</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Série: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>107</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Francisco Antônio Lopes. Mç:45, 1900.

<sup>108</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariada: Bibiana Roza de Moura.

<sup>109</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.292.

<sup>110</sup> Ibidem, p.292.

alguns indivíduos. Ernesto Pereira de Souza e Costa<sup>111</sup> foi um deles, no inventário *post mortem* é possível acompanhar nuances dessa produção e comercialização.

Ao falecer no ano de 1904, deixou um testamento no qual constituiu por herdeiros os dois filhos, Antônio Pereira de Souza e Costa e D. Maria de Souza Tolentino, frutos do casamento com Dona Archimina Pereira de Souza Costa, que sofria das faculdades mentais havia mais de vinte anos. Como herdeiros universais de sua terça constavam os menores: Rozentina, Levenio, Rozalina, Honorina, José Ivo e Manoel, filhos naturais de Dona Emiliana de Souza Guimarães. A razão para instituí-los como herdeiros foi justificada no testamento como “compensação ao amor que lhe tem por tel-os criado d’esse seu nascimento e deseja seu bem estar”. Entretanto, no decorrer do inventário, torna-se claro que os menores eram filhos de Ernesto Pereira de Souza e Costa.

A riqueza adquirida ao longo de sua vida alcançou a soma de Rs. 45:896\$413, composta por móveis, ouro e prata, dívidas ativas, dotes, gado vacum, cavalari e miúdo, imóveis rurais e urbano, e mercadorias. Ao lado da criação e comercialização do gado vacum, que forneceu a maior contribuição na soma da riqueza de Ernesto Pereira de Souza e Costa, havia a produção da rapadura. Noventa cargas foram avaliadas a 20\$000 cada uma, sendo cinquenta no Sítio do Boqueirão e quarenta no do Recreio, somando a quantia de Rs.1:800\$000. Mesmo após sua morte, a fabricação da rapadura continuou vigorosa ao longo dos anos, como pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA II:  
VENDAS DE CARGAS DE RAPADURAS EM FAVOR DO ÓRFÃO IVO PEREIRA –  
1910/1920.

<b>Ano</b>	<b>Receita</b>	<b>Total</b>
1910	Importância de 07 cargas de rapaduras vendidas a 20.000	140\$000
1910	Importância de 10 cargas de rapaduras	100\$000
1910	Importância de 05 cargas de rapaduras	125\$000
1911	Importância de 07 cargas de rapaduras vendidas a 25.000	175\$000
1912	Importância de 750 rapaduras vendidas a 340 réis cada uma	255\$000
1913	Importância de 464 rapaduras vendidas a 360 réis cada uma	167\$040
1914	Importância de 13 cargas de rapaduras vendidas em 1914 a 20 réis cada uma	260\$000

<sup>111</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Ernesto Pereira de Souza e Costa. Cx: E, 1904. Documentação não catalogada.

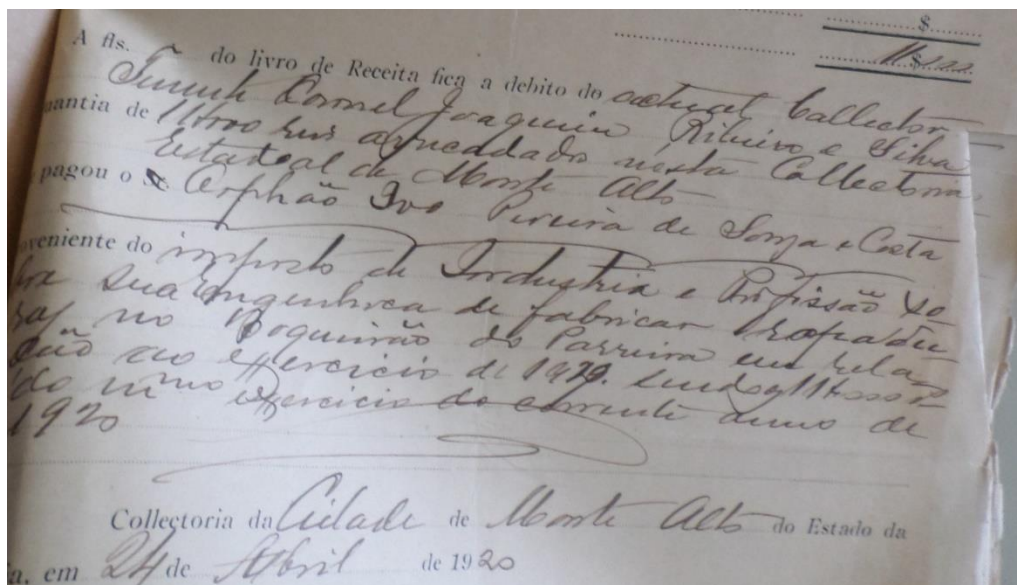
1915	Importância de 10 cargas de rapaduras vendidas a 20 réis cada uma	200.000
1917	Importância de 15 cargas de rapaduras vendidas	270.000
1918	Importância de 18 cargas de rapaduras vendidas	360.00
1919	Importância de 19 cargas de rapaduras vendidas	342.000
1920	Importância de 20 cargas de rapaduras vendidas	460.000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Ernesto Pereira de Souza e Costa. Cx: E, 1904. Documentação não catalogada.

Com a análise apenas das receitas de um dos órfãos sobre a comercialização da rapadura, nota-se uma produção e venda que se mantiveram em crescimento no decorrer dos anos. O vigor e dedicação da família na fabricação da rapadura podem ser verificados também a partir da cobrança do Imposto de Indústria e Profissão realizada pela Coletoria de Monte Alto, no ano de 1920.

FIGURA I:

COBRANÇA DE IMPOSTO – FABRICAÇÃO DE RAPADURA - 1920



Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Ernesto Pereira de Souza e Costa. Cx: E, 1904. Documentação não catalogada.

Não foi possível identificar o destino da produção da rapadura nos inventários, mas além de abastecerem o comércio local, algumas dessas cargas podem ter sido direcionadas a vilas e cidades vizinhas.

### Algodão

Entre os produtos dirigidos para o mercado interno e para o externo, destacou-se o algodão. Desde o século XVIII manteve-se como um dos principais itens da economia brasileira. Na pauta de exportação, ocupou, na primeira metade do XIX, entre 1821-1830, o segundo lugar, colocação que se repetiu entre 1861-70, impulsionada pela guerra de Secessão dos Estados Unidos da América, país que se tornou forte concorrente do Brasil. Em fins do século XIX, como visto anteriormente, ocorre uma inversão dessa cultura para o mercado interno; “ao fim da Primeira Guerra Mundial a indústria têxtil nacional fornecia de 75 a 85% dos tecidos de algodão consumidos no país”.<sup>112</sup>

Na Bahia, a produção do algodão concentrava-se nas regiões interioranas do estado. Conforme Stein, desde o fim do século XVIII, o mercado de Salvador exportava algodão bruto cultivado no sertão. No alto sertão, observações realizadas pelos naturalistas Spix e Martius, em passagem por Caetité, dão conta desse cultivo e da comercialização que era realizada por negociantes e proprietários da região:

Há compradores aqui que remetem anualmente 1.000 cargas de mula para a Bahia. Aqui mesmo mantém-se o preço de uma carga de seis a sete arrobas entre 22\$000 e 25\$000, ao passo que na Bahia, durante a nossa estada, se oferecia a arroba a 5\$200 e 5\$800. O algodão remetido daqui não é, entretanto, produzido somente nos arredores, porém vem igualmente do extremo ocidental de Minas Gerais. As regiões do norte e de leste daquela província despacham o seu algodão do lugar de saída, no Arraial do Rio Pardo, para a Bahia, por duas estradas recentemente abertas, via Conquista e Gavião.<sup>113</sup>

Barickman também destacou localidades do sertão, em especial do alto sertão, como centro da cotonicultura baiana em fins do XVIII:

Seu plantio dava melhores resultados em municípios ao norte do Recôncavo, como Inhambupe, Itapicuru e Abadia, que tinham em geral climas mais secos. Esses distritos eram razoavelmente próximos do litoral, mas os principais centros da lavoura algodoeira na Bahia situavam-se em Caetité, Rio de Contas, Jacobina e Bom Jesus dos Meiras, municípios do sertão [...].<sup>114</sup>

Nos anos subsequentes, e adentrando as décadas iniciais do século XX, municípios do alto sertão baiano continuaram com uma produção vigorosa:

No ano agrícola de 1919-1920, a produção do algodão em caroço do alto sertão representou 44, 13% de toda a produção algodoeira baiana e 2, 11% da

<sup>112</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1979, p.109.

<sup>113</sup> SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Ed 3ª, vol.2. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976, p.111.

<sup>114</sup> BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.60.



produção nacional [...]. A região mantivera, portanto, a sua condição de maior produtor e exportador do algodão produzido no estado.<sup>115</sup>

Nesse mesmo ano foi apresentado, no Relatório dos serviços da agricultura, indústria, comércio e obras públicas da Bahia, o recebimento de constantes reclamações de agricultores e negociantes de caroços de algodão contra as altas tarifas cobradas pelas ferrovias, visto que “as principais zonas produtoras de algodão acham-se a grande distância desta Capital, sejam as do Valle do São Francisco ou das vertentes dos outros rios que desaguam nas costas deste Estado”, deixando poucos lucros aos comerciantes<sup>116</sup>. Como essa lavoura era “no momento, mais do que nunca, de incalculável futuro não só para a Bahia, mas para o Brasil”, pretendia-se o quanto antes recorrer aos poderes públicos do Estado e do país a fim de reduzir os fretes ferroviários.

Afora a redução dos preços e melhoramento nas vias de transporte, o incremento de instrumentos e utensílios utilizados para produção e beneficiamento do algodão tornou-se indispensável para o melhor aproveitamento e rentabilidade na economia do estado. Em Monte Alto, que contabilizou uma produção significativa, assim como outros municípios do alto sertão baiano, a presença de máquinas para beneficiar e descaroçar o algodão foi comum. Em 1918, o agricultor e negociante João Exalto de Araújo, morador do termo de Monte Alto, requereu junto ao governo a premiação prevista pela lei número 1.161 e datada de 05 de agosto de 1916, por ter instalado uma usina para beneficiamento de algodão. Correspondendo aos requisitos estabelecidos na citada lei e especificados no art. 14 do regulamento baixado pelo decreto nº 1.164 de 29 de maio de 1917, que disponibilizava o pagamento de Rs. 3:000\$000 para cada instalação de máquinas de descaroçar algodão, maquinário “munido a vapor, eletricidade ou força hidráulica com capacidade para descaroçar por dia de 10 horas 3000 kilos de algodão”, João Exalto de Araújo foi gratificado com o pagamento.<sup>117</sup>

A produção e o beneficiamento do algodão ganharam novos contornos no alto sertão com a instalação da Empresa Industrial Sertaneja, no arraial de Bella Flor, termo de Monte Alto. Exportadora de algodão e também fábrica de sabão e óleo, trouxe um intenso dinamismo para os negócios vinculados ao mercado internacional e ao têxtil nacional:

Para chegar aos estados do Centro-Sul, os mercados compradores do algodão em pluma exportado pela Empresa Industrial Sertaneja, os fardos eram

<sup>115</sup>SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.186.

<sup>116</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Serie: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>117</sup> Documento referente à concessão de prêmios pela instalação de uma usina de beneficiamento de algodão (Monte Alto). APEB. Seção Republicana. Secretaria de Indústria, Agricultura e Comércio. Grupo: Diretoria da agricultura indústria, comércio, viação e obras públicas. Cx: 2327. Mç. 119; doc. 435, 1918.

transportados em lombos de burros cargueiros até Carinhanha. Dessa cidade, seguiam a Pirapora (MG), nos vapores que realizavam viagens semanais pelo sistema de navegação do rio São Francisco. Nesse ancoradouro, os fardos eram finalmente carregados nos vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil, com destino final a portos de exportação e fábricas têxteis dos estados do Centro-Sul do país.<sup>118</sup>

De propriedade de membros da família Spínola Teixeira, a Empresa Industrial Sertaneja foi instalada nos anos iniciais do século XX. Ao que tudo indica, Mário Spínola Teixeira foi um dos seus fundadores e/ou maior acionista. No inventário de sua esposa, Virginia de Oliveira Spínola Teixeira, falecida no ano de 1917 no arraial de Bella Flor, foram arroladas 420 ações da Empresa Industrial Sertaneja no valor nominal de 100\$000, totalizando um valor de Rs. 42:000\$000, maior valor na soma da riqueza inventariada, que foi de Rs.86:795\$000 e que se constituía também por 204 ações no Banco Econômico da Bahia, no valor nominal de 30\$000, todas por Rs. 5:100\$000, e 25 apólices federais com valor de 21:750\$000, além de propriedades rurais e gado vacum.<sup>119</sup>

Outro importante acionista foi o engenheiro Joaquim Ottilio Spínola Teixeira, primo de Mário, e morador na Fazenda Três Irmãos, termo de Monte Alto, que detinha cinquenta ações na Empresa, com um valor de Rs. 5:000\$000. Essas ações, ao lado do gado vacum e cavalariço (Rs. 33:400.000), imóvel rural (Rs. 17:000\$000), também ouro, móveis e dívidas, totalizaram um monte-mor de Rs. 60:768\$707.<sup>120</sup> Havia outros acionistas, como: Joaquim Antônio Rodrigues Lima, com 26 ações, Gustavo Bezerra, 52 no valor de Rs.5:200\$000, e Deocleciano Pires Teixeira, pai de Mário, detentor de 37, que perfaziam um valor de 3:700\$000. Deocleciano era agente da Empresa, na qual realizou negócios em consignação com “diversas firmas comissárias, companhias, bancos e negociantes: Salles & Cia, Companhia Luz e Força, Teixeira & Filho, Cezar Garcez, Octacilio Brandão, Beltrão Faria, Rodolpho Abreu, Banco do ‘Brazil’, Banco Mercantil, dentre outros”.<sup>121</sup>

A Empresa Industrial Sertaneja apresentou, nas primeiras décadas do século XX, níveis significativos de produção comercializada. Como observou Paulo Henrique Duque Santos, no ano de 1924 os ativos montaram em Rs. 329:082\$820, sendo: “Rs.167:450\$000 em algodão, seus derivados e manufaturas; Rs. 148:199\$870 em máquinas e equipamentos; Rs. 5.000\$000

<sup>118</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.173.

<sup>119</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: Virgínia de Oliveira Spínola Teixeira. Cx: V, 1918. Documentação não catalogada.

<sup>120</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Joaquim Ottilio Spínola Teixeira. Cx: J-1, 1913. Documentação não catalogada.

<sup>121</sup> SANTOS, op. cit., p.172

em tropa de burros [...], ”<sup>122</sup> o que possibilitou um intenso trânsito de tropas entre Bella Flor e Carinhanha com fardos de algodão para serem encaminhados para o Centro-Sul do país:

Com vinte e cinco burros, o carregamento da tropa da Empresa Industrial Sertaneja variava entre 2,4 e 2,75 toneladas, considerando o peso de 96 a 110 quilos da carga por animal. Assim, para o transporte do algodão estocado em novembro de 1918 foram realizadas mais de 22 viagens entre Bella Flor e Carinhanha, e outras dez para o transporte dos fardos exportados em março de 1924.<sup>123</sup>

Embora o destino principal do algodão beneficiado na Empresa Industrial Sertaneja fosse atender as fábricas têxteis no Centro-Sul do país e daí também alcançar o mercado internacional, a produção do alto sertão baiano também foi direcionada para o mercado de Salvador:

Da produção deste Estado, no anno de 1920, deram entrada nas nossas fabricas e trapiches 25.922 fardos, com o peso médio cada um de 60 kilos, sendo de notar ter uma grande parte da nossa produção sido exportada pelos agricultores que estão mais próximos dos limites **com os Estados de Pernambuco e Minas Gerais.**<sup>124</sup>

Nessas transações, o algodão era remetido por fazendeiros e negociantes para firmas comissárias e de exportação da capital do Estado que atuavam na região, gerando um intenso fluxo de dinheiro e investimentos que percorreu, como visto, o século XIX e adentrou o século XX.

Esse cultivo e outras atividades vinculadas ao meio rural mantiveram-se como fundamentais à vida socioeconômica local. Mesmo os que não possuíam um pedaço de terra próprio para cultivo ou criação, se inseriram nessas atividades na condição de meeiros, jornaleiros, vaqueiros, agregados ou diaristas. Mas antes de decretada a abolição, a mão de obra que moveu a produção e gerou rendimentos a muitos sertanejos foi o escravo e o ex-escravo. Fortunas foram construídas tanto a partir do trabalho por eles realizado, como através de sua venda. Ao considerar esses aspectos, torna-se essencial, para o entendimento da configuração econômica do termo de Monte Alto de 1890 a 1920, observar como esse elemento se inseriu nas atividades socioeconômicas desempenhadas na última década escravista.

---

<sup>122</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.172/173.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p.174.

<sup>124</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Série: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920. Grifos nossos.

#### 1.4 A caminho da Abolição: o escravo na formação das fortunas

Conforme observou a historiadora Iacy Maia Mata, os fazendeiros baianos estiveram “agarrados até às vésperas da abolição ao escravo como principal responsável pelos trabalhos de lavoura”<sup>125</sup>, e mesmo com o tráfico interprovincial, que conduziu levas de escravos, sobretudo do interior, para a cafeicultura no Sudeste do país, a Bahia, na ocasião, apresentava-se como a quarta província em termos de concentração de cativos. O emprego da mão de obra escrava na pecuária e lavoura sertaneja foi destacado por Erivaldo Fagundes Neves e Maria de Fátima Novaes Pires. Neves identificou que, a partir da segunda metade do século XIX, devido ao número de escravos comercializados, o baixo número encontrado para a década de 1880 era “revelador da exaustão do trabalho escravo”.<sup>126</sup> No entanto, Pires demonstra que senhores da região de Caetitê e Rio de Contas mantiveram um elevado número de escravos - entre 5 e 10 - nos anos finais da escravidão, sendo este o principal bem arrolado na ordem de importância dos inventários *post mortem* até a Abolição.<sup>127</sup>

Para o termo de Monte Alto, os estudos iniciais desenvolvidos pela historiadora Rosângela Figueiredo Miranda<sup>128</sup> têm revelado que houve uma presença expressiva da mão de obra cativa, sugerindo que o número de escravos distribuídos nas fazendas aí localizadas pode alcançar números maiores do que os encontrados em outras localidades do alto sertão baiano, como Caetitê. Nos inventários da família Barbosa, do ano de 1842, a referida historiadora identificou o arrolamento de “cinquenta e cinco escravos de diferentes nações e profissões, como escravo vaqueiro e tropeiro”. Três anos depois a mesma propriedade contava com “cento e dezessete escravos”.<sup>129</sup>

A análise dos inventários da década de 1880 documenta que a mão de escrava ainda possuía uma presença considerável nos investimentos realizados pelos senhores; mais da metade dos inventários analisados tiveram escravos arrolados, em sua maioria de um a cinco. Em alguns casos, não foram descritos como bens dos inventariados, mas como bem doado por conta de dote, e também sendo arrolados como devedores de dívidas. Assim, “apesar da

<sup>125</sup> MATA, Iacy Maia. Os treze de maio: Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002, p.15.

<sup>126</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS, 2012, p. 198.

<sup>127</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>128</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, desenvolve o projeto intitulado: “Dinâmicas de escravidão e da liberdade no alto sertão da Bahia: Vila de Monte Alto (1800 - 1888) ”.

<sup>129</sup> MIRANDA, Rosângela Figueiredo. Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013, p.04/06.

intensidade do tráfico interprovincial, das estiagens e dos abalos econômicos locais e gerais, uma parcela de senhores da região conseguiu manter os seus escravos”.<sup>130</sup> No inventário de Maria Joaquina de Jesus Laranjeira, casada com o Major Antônio Dias Laranjeira, realizado no ano de 1886, foram arrolados 19 escravos, sendo que, no registro de matrícula anexado ao documento, foram listados 26, maior número encontrado para os anos de 1880 a 1888. Destes, Paulo, preto, de 08 anos de idade, natural de Monte Alto, foi vendido, conforme observação colocada ao lado do seu nome; o escravo Faustino, preto, 56 anos, solteiro, também natural de Monte Alto, “ bom de lavoura”, morreu, e Felipa preta, 38 anos, solteira, igualmente natural de Monte Alto, filiação liberta, aptidão boa, cozinheira, estava inválida.

Desses escravos, entre homens e mulheres de 02 a 56 anos de idade, a maioria foi descrita como apta ao serviço de lavoura. Esse bem representou o principal investimento na composição da riqueza da família, de Rs. 37:178\$570, com valor total de Rs. 11:700\$000. O gado vacum teve a segunda maior contribuição (Rs.9:150\$000), sendo seguido pelos bens de raiz (Rs. 8:891\$000). Observa-se que, embora a família tenha criado mais de 550 cabeças de gado vacum, nas especificações de trabalho atribuídas aos escravos nenhum foi descrito como vaqueiro, o que pode indicar o emprego de mão de obra livre ou liberta.

Ainda que números expressivos de escravos compusessem a riqueza de fazendeiros mais abastados, a maioria dos inventariados detentores da posse escrava representava pequenos produtores que tiveram a soma da riqueza inventariada até Rs.5:000\$000. Mônica Dantas observou para a realidade de Itapicuru, Norte da Bahia, que no decorrer do século XIX “menores espólios tinham o acesso à mão-de-obra servil como algo em comum, onde era parte significativa do conjunto dos bens da população mais pobre.”<sup>131</sup> Para Monte Alto, deve-se considerar, no entanto, que 40 dos 58 inventariados constituem seu patrimônio até aquela quantia.

TABELA III:

PRESENÇA DE ESCRAVOS ARROLADOS NOS INVENTÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1880 E 1888.<sup>132</sup>

Ano	Número de inventários	Presença de escravos <sup>133</sup>
-----	-----------------------	-------------------------------------

<sup>130</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009, p.124.

<sup>131</sup> DANTAS, Mônica Duarte. Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX - a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007, p.82.

<sup>132</sup> Para realização da tabela foram consultados todos os inventários localizados no Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira, Palmas de Monte Alto – Ba.

<sup>133</sup> Refere-se à quantidade de inventários que tiveram escravos descritos no auto de arrolamento dos bens.

1880	03	02
1881	03	02
1882	09	06
1883	05	03
1885	12	09
1884	09	05
1886	10	07
1887	04	03
1888	03	02
TOTAL	58	38

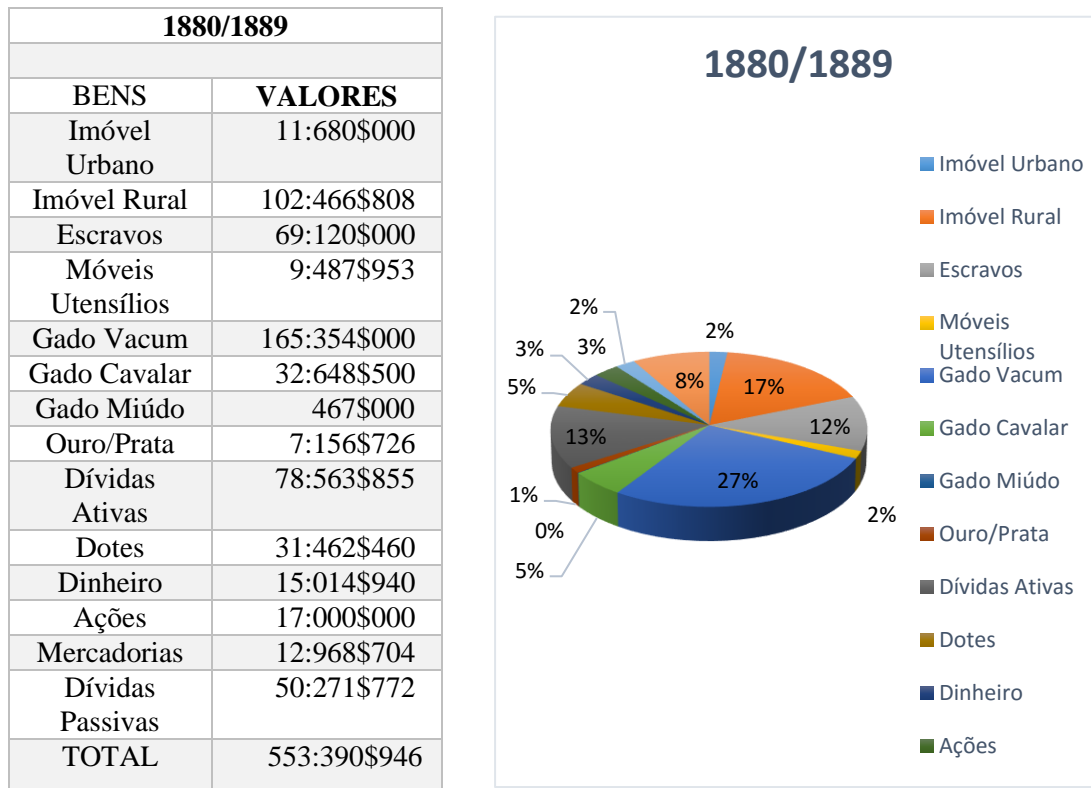
Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço: 31 a 37.

No valor total da riqueza arrolada para o período de 1880-1888, a participação do escravo aparece como o quarto maior valor (Gráfico I), estando presente em 38 dos inventários realizados no período. O valor do monte-mor com ausência de escravos não alcançou a soma de Rs.3.000.000, exceto no de Antônio Pereira e Costa<sup>134</sup>, com o valor de Rs.35.927.000. O arrolamento dos bens deu-se em junho de 1888, após a Abolição, mas, mesmo assim, trouxe menção à sua presença, desta vez listados como bens doados a dotes. A denominação “escravo” antecedeu cada nome dos 19 indivíduos cedidos aos herdeiros, dos quais 10 mulheres e 09 homens. Destes, apenas de um é mencionada a idade de 18 anos, nenhuma outra informação foi fornecida.

---

<sup>134</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – BA. Inventário de Antonio Pereira e Costa. Maço: 37. Ano: 1888.

GRÁFICO I :  
VALORES DOS BENS ARROLADOS ENTRE 1880-1889 <sup>135</sup>



Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 31/37. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário. Série: escravos. Caixa: 138. Data limite: 1889.

Em geral, poucos foram os escravos que apresentaram idade acima de 50 anos, em sua maioria eram adultos ou crianças, estas por vezes acompanhando as mães, declaradas como ingênuos<sup>136</sup>, como o caso de “Joana, preta, 31 anos, com três filhos ingênuos: Angélica, Júlia e Joana”<sup>137</sup> e “Lusia, preta, 16 anos, solteira, filha de Venancia do serviço doméstico”<sup>138</sup>. Além desses, outros jovens ficaram sob a tutela dos senhores, identificados não somente como de serviços domésticos, mas também ocupando-se em atividades relacionadas à produção do algodão, sendo algumas das cativas classificadas como “fiandeiras”, “rendeiras” e

<sup>135</sup> Foram utilizados para composição do gráfico todos os inventários *post mortem* localizados entre os anos de 1880-1889, nos quais totalizaram 65.

<sup>136</sup> Filhos de escravas que, a partir da lei de setembro de 1871, seriam considerados livres, ficando sob a tutela dos senhores até os 08 anos, “quando poderiam ser transferidos à tutela do Estado mediante uma indenização de 600 mil réis, ou permanecer em companhia de seus proprietários prestando serviços até completarem 21 anos de idade, depois do que se tornariam plenamente livres” (SILVA, 2007, p.146).

<sup>137</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Lourenço Alves Botelho. Maço: 34. Ano: 1884.

<sup>138</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Porfírio de Souza Prates. Maço: 36. Ano: 1886.

“costureiras”. Aos homens o desenvolvimento de atividades vinculadas à lavoura ganhou destaque, sem esquecer a figura do vaqueiro, como “Tertuliano, pardo, 30, solteiro, natural de Monte Alto”<sup>139</sup>.

O desempenho desse ofício, agregava não apenas valor monetário aos escravos, mas também uma distinção “entre seus pares pela responsabilidade a eles creditada e pelos conhecimentos exigidos na realização de longas viagens, geralmente cercadas de riscos”.<sup>140</sup> Assim, talvez pela confiabilidade e experiência adquirida durante anos como vaqueiro, aos 60 anos de idade, o escravo Justino ainda desempenhava essa função nas terras de Dona Presilina Pereira de Castro, cuja avaliação, de Rs. 350\$000, foi superior à do escravo Fausto, 34 anos, do serviço doméstico, avaliado em Rs.300\$000.<sup>141</sup>

Como se percebe, nos últimos anos da escravidão, os escravos auferiam lucros aos proprietários, não só na lida nas fazendas, mas também sendo vendidos. Nos livros de escrituras públicas, para além das vendas para outras províncias, percebe-se que essa prática não foi incomum entre proprietários locais. Em 25 de outubro de 1880, Bento Moreira de Magalhães comprou de Augusto Barboza Madureira um escravo de nome Joaquim, preto, de vinte anos de idade mais ou menos, matriculado sob o número 2.431 deste município, pelo preço de Rs.1:550\$000. Alguns dias depois, em 02 de novembro do citado ano, Bento vendeu o mesmo escravo a Cândido Spínola Castro pelo preço de Rs.1:600\$000, tendo um lucro de Rs.50\$000 em relação à primeira compra<sup>142</sup>. A razão dessa revenda não sabemos ao certo, mas, pelo curto intervalo de tempo, talvez já estivesse nos planos de Bento Moreira de Magalhães comercializá-lo novamente.

Se a presença de escravos ainda era considerável, não podemos esquecer que as ações e medidas emancipacionistas tornaram-se cada vez mais intensas. A lei de setembro de 1871 insere-se nessa conjuntura, mas, como ressalta José Pereira, corroborando o pensamento de Regina Xavier<sup>143</sup> em seu estudo sobre os libertos em Campinas na segunda metade do XIX:

Boa parte dos contemporâneos que viviam aquelas mudanças, sobretudo os senhores, ainda compreendiam que a superação da escravidão via carta de alforria deveria ser marcada por continuidades. Dito de outro modo, os senhores desejavam que os libertos continuassem em sua órbita de poder e de

<sup>139</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventário de Lourenço Alves Botelho. Maço: 34. Ano: 1884

<sup>140</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009, p.155/156.

<sup>141</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventariada: D. Presilina Pereira de Castro. Mç:31, 1881.

<sup>142</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1880. Documentação não catalogada.

<sup>143</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996.



influência; antes como escravos, agora na condição jurídica de alforriado dependente.<sup>144</sup>

Nessa lógica, percebemos a emissão de alforrias condicionais, como a passada por Dona Maria Luíza da Conceição, em março de 1881, aos escravos “Tiburtino, Francisco, Galdino, David, Dezidorio, Luzia Roza, os quais do dia trinta e um de Dezembro de mil oitocentos e noventa em diante gozarão de sua plena liberdade, como de ventre livre nascerem: sendo este serviço prestado a mim onde eu estiver”.<sup>145</sup> Em outros casos, a concessão da alforria também se associava a manter uma boa imagem perante o cativo, o que sugere a manutenção e reforço da ideologia paternalista<sup>146</sup>, além de se antecipar a prováveis iniciativas dos escravos e à extinção legal da escravidão, que se tornava cada vez mais próxima. Percepção que tivera também José Fernandes dos Santos ao libertar a crioula Torquata, de 48 anos de idade “por bons serviços pela dita escrava prestado”, sendo alegado ainda que se achava “doente mentalmente”<sup>147</sup>, o que pode ter contribuído para conceder a sua alforria, já que, nesse estado de saúde, provavelmente não compensava despendar meios para a manutenção da escrava.

É possível notar que, tanto por parte dos senhores como dos cativos, havia posicionamentos tomados em virtude da intensificação das medidas e das ideias abolicionistas. Os senhores, em sua maioria, não pretendiam se desfazer do domínio da posse escrava, por isso criaram meios de garantir a presença da mão de obra do (ex) escravo ao alcance das suas vistas. É evidente, no entanto, que estes não agiram como meras peças do interesse senhorial, mas exigiam, concediam e atendiam demandas próprias. Experiências diversas foram experimentadas por esses sujeitos, fosse desvencilhando-se da propriedade, fosse construindo outras relações no mesmo espaço de trabalho quando conquistavam a liberdade, tanto no período da escravidão como no pós-abolição.

Ao contrário da realidade observada por Iacy Maia Mata em seu estudo sobre o processo abolicionista em Cuba e no Brasil, havendo “em muitos casos, a interrupção e paralisação das atividades de plantação e uma crise econômica [que] acompanhou a abolição”<sup>148</sup>, percebe-se que para essa região do alto sertão, as atividades produtivas

---

<sup>144</sup> SANTANA NETO, José Pereira. A alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012, p.21.

<sup>145</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1881. Documentação não catalogada.

<sup>146</sup> Ver: NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX. In. CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (orgs.). *Barganhas de querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: Edufba, 2014.

<sup>147</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Ano: 1880. Documentação não catalogada.

<sup>148</sup> MATA, Iacy Maia. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 5-1: 66 – 90, 2011, p.73. Ver de maneira mais detida a análise

continuaram vigorosas. Essa situação pode se vincular aos acordos que estavam sendo realizados entre senhores e escravos para sua manutenção e também da mão de obra livre na região, já que, antes mesmo da intensificação das medidas emancipacionistas, distintas formas de trabalho já se davam na lavoura e pecuária sertaneja. Essa permanência foi identificada também por Mônica Dantas em Itapicuru, a partir de 1860: “fica evidente, por um lado, a disposição de manutenção da mão de-obra servil, mas, por outro, quando essa já não era suficiente, a possibilidade de utilização de livres em um sem número de atividades”.<sup>149</sup>

Ainda, o investimento dos proprietários em diversos setores da economia ofereceu possibilidades de equilibrar os prejuízos advindos da abolição da escravatura. Sobre a presença de escravos e ex-escravos na região, consta, na lista das dívidas ativas de Venância Pereira Lacerda, casada com José Barbosa Madureira, donos de uma casa de negócio em Monte Alto, a descrição de mais de 20 escravos e ex-escravos que realizaram compras em mãos dos negociantes: “Deve, João Sapateiro, liberto”, “deve, Manoel, camarada”, “deve, Manoel, negro”, “deve, Benedicto, camarada de Avelino”, “Deve Ignez, liberta”.<sup>150</sup>

Na análise sobre a evolução do monte mor entre 1860 e 1920, em Rio de Contas e Caetitê, Maria de Fátima Pires observa como principais razões para a maior queda do valor do monte-mor, entre os anos de 1880-89 e 1890-94, a abolição e as prolongadas estiagens, destacando que “em Caetitê, o golpe parece demasiadamente duro já que não se verifica recuperação das fortunas pessoais e da economia regional até pelo menos a terceira década do século XX”.<sup>151</sup> Semelhante situação foi verificada no sertão do São Francisco. Ao acompanhar os inventários autuados na última década oitocentista, Elisângela Oliveira Ferreira nota uma redução no volume de riquezas:

Acima da metade dos inventariados entre os anos 1890-1899 tinham patrimônios inferiores a 1:000\$000 (51,9% dos casos). Observando apenas as quatro décadas anteriores concluímos que este percentual sempre variou, mas no período em que esteve mais alto, entre os 1880 e 1889, alcançou cifra bem mais baixa (29,4%). Paralelamente, porém de maneira menos drástica, foi diminuindo ao longo do tempo o número de famílias com fortunas médias baixas, classificadas entre 1:000\$000 e abaixo de 2:500\$000 e detentoras de uma condição que poderíamos chamar de um pouco mais remediada. Posto que não fossem ricas, as famílias que estavam neste grupo enfrentavam uma

---

sobre o processo emancipacionista em Cuba em sua tese intitulada: *Conspirações da “raça de cor”: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864/1881)*. Campinas: Unicamp, 2012.

<sup>149</sup> DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX - a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007, p.138.

<sup>150</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: Venancia Pereira de Lacerda. Mç:34, 1884.

<sup>151</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p.130.

situação de certo modo mais confortável, dispondo inclusive mais comumente de um ou dois escravos como força de trabalho.<sup>152</sup>

De acordo com a Tabela IV, os valores dos montes-mores de 1880 a 1920 não indicam uma queda do montante amealhado no termo de Monte Alto, pelo contrário, oscilam tendendo a um pequeno aumento até os anos 1920. Desse modo, apesar de o escravo ter uma presença ainda considerável na década de 1880, a sua saída como bem de riqueza não comprometeu o andamento das atividades econômicas e o patrimônio de muitos sujeitos, o que, além dos aspectos analisados acima, pode se relacionar ao peso desse bem na composição da riqueza dos indivíduos. Embora presente em mais da metade dos inventariados entre 1880 e 1888, o escravo representou o principal investimento entre os indivíduos com valores mais modestos aos mais afortunados; o peso do imóvel rural e do gado vacum sobressaíram-se em relação aos demais bens.

No decorrer do período aqui analisado, esses bens mantiveram sua importância na composição da riqueza dos moradores do termo de Monte Alto, sendo recorrente o tamanho das terras, sítios ou fazendas possuídas por um indivíduo corresponder com a quantidade de cabeças de gado e com investimentos em mais bens, ou seja, o pequeno proprietário de terras possuía poucas reses e obtinha pequena produção de gêneros agrícolas.

---

<sup>152</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008, p.155.

TABELA IV: IMPORTÂNCIA DOS BENS INVENTARIADOS POR PERÍODO – 1880/1920

BENS	1880-1889			1890-1899			1900-1909			1910-1920			1880-1920		
	VALOR	(%)	n. inv.	VALOR	(%)	n. inv.	VALOR	(%)	n. inv.	VALOR	(%)	n. inv.	VALOR	(%)	n. inv.
Imóvel Urbano	11:680\$000	1,93%	12	8:735\$000	1,06%	15	12:565\$000	2,08%	18	33:980\$000	4,59%	15	66:960\$000	2,42%	60
Imóvel Rural	102:466\$808	16,97%	59	97:740\$578	11,91%	40	163:590\$973	27,10%	43	141:022\$357	19,04%	51	504:820\$716	18,23%	193
Escravos	69:120\$000	11,45%	38	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	69:120\$000	2,50%	38
Móveis Utensílios	9:487\$953	1,57%	47	4:669\$270	0,57%	31	7:197\$240	1,19%	33	7:149\$070	0,97%	38	28:503\$533	1,03%	149
Gado Vacum	165.:354\$000	27,39%	53	137:704\$000	16,77%	38	184:976\$000	30,65%	35	173:630\$000	23,45%	47	661:.664\$000	23,90%	173
Gado Cavalari	32:648\$500	5,41%	59	25:510\$000	3,11%	40	34:832\$500	5,77%	38	41:911\$000	5,66%	46	134:902\$000	4,87%	183
Gado Miúdo	467\$000	0,08%	06	697\$000	0,08%	07	3:693\$500	0,61%	14	1:889\$000	0,26%	16	6:746\$500	0,24%	43
Ouro/Prata	7:156\$726	1,19%	23	1:895\$120	0,23%	16	1:297\$250	0,21%	12	2:237\$000	0,30%	10	12:586\$096	0,45%	61
Dívidas Ativas	78.:563\$855	13,01%	24	49:236\$435	6,00%	18	67:544\$663	11,19%	17	72:857\$334	9,84%	13	268:202\$287	9,69%	72
Dotes	31:462\$460	5,21%	10	78:097\$000	9,51%	11	27:827\$900	4,61%	07	118:385\$050	15,99%	08	255:772\$410	9,24%	36
Dinheiro	15:014\$940	2,49%	05	379:808\$910	46,27%	04	16:250\$748	2,69%	07	20:028\$886	2,70%	09	431:103\$484	15,57%	24
Ações	17:000\$000	2,82%	01	0	0,00%	00	0	0,00%	0	74:303\$000	10,03%	02	91:303\$000	3,30%	03
Mercadorias	12:968\$704	2,15%	07	10:667\$354	1,30%	07	24:792\$740	4,11%	10	20:776\$353	2,81%	08	69:205\$151	2,50%	32
(Dívidas Passivas)	50:271\$772	8,33%	34	26:133\$465	3,18%	16	59:005\$318	9,78%	27	32:343\$739	4,37%	12	167:754\$294	6,06%	89
TOTAL	603:662\$718 (553:390\$946)		64	820:894\$132 (794:760\$667)		44	603:573\$832 (544:568\$514)		47	740:512\$789 (708:169\$050)		56	2.768:643\$471 (2.600:889\$177)		211

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 31/46 e Cx: A-Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Além disso, aos mais abastados, dinheiro líquido, dívidas ativas e investimentos em ações e apólices públicas também tiveram grande contribuição para o montante das somas alcançadas. Paulo Henrique Duque Santos observou que em Caetité esses tipos de investimentos tiveram maior peso na década de 1920, sendo:

Uma geração remanescente do Império que se enriqueceu com a criação do gado vacum e exploração da mão de obra escrava. Após a abolição, esse grupo de proprietários investiu em valores mobiliários o rico patrimônio acumulado, acompanhando as novas oportunidades de inversão econômica que o capitalismo financeiro e industrial proporcionava.<sup>153</sup>

Entretanto, para Monte Alto, cabe fazer algumas ressalvas, especialmente no que diz respeito à criação do gado vacum. O enriquecimento advindo da pecuária é notório antes e pós decretada a abolição. O comércio realizado com mercados de Salvador e do Recôncavo Baiano tornava esse ramo altamente lucrativo. E mesmo com um aumento no investimento em valores mobiliários, a criação do gado vacum permaneceu com importância singular no patrimônio de muitos indivíduos.

### **1.5 Criação de gado vacum: de grande a pequeno porte**

Sabemos que a importância da pecuária na dinâmica do alto sertão remete ao processo de ocupação e povoamento. Licurgo Santos Filho informa que a sua criação na Bahia se iniciou no governo Tomé de Souza, vindo as primeiras cabeças das ilhas do arquipélago de Cabo Verde e posteriormente da capitania de Pernambuco. “[...] mestiçagem e aclimação produziram o tipo de boi nordestino denominado ‘crioulo’ por muitos autores, ‘curraleiro’ por outros e ‘sertanejo’ por alguns poucos”.<sup>154</sup> Animal de pouco peso, pernas finas e casco resistente, aptos para suportar as elevadas temperaturas, foram algumas das características observadas por Licurgo Santos Filho em relação ao boi do sertão no século XIX. Criados à solta, alimentavam-se da vegetação nativa e também de “barreiros salgados, comuns em certas zonas da região e encontrados no Brejo do Campo Sêco, [que] forneciam ao gado o sal de que necessitavam”. Spix e Martius escreveram que os sertanejos davam a tais barreiros o nome “lambedouros”.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.67.*

<sup>154</sup> SANTOS FILHO, Licurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.207.*

<sup>155</sup> *Ibidem*, p.209.

Uma correspondência remetida pela Câmara Municipal de Monte Alto, aos 14 dias do mês de outubro de 1881, salienta que, além do alimento fornecido pela natureza, os sertanejos buscaram também a formação de pastagens: “Solicitamos de V Ex[cia.] remessa a esta Comarca de algumas sementes de capim *teossente*, afim de satisfazer pedidos que constantemente nos fazem Lavradores e Fazendeiros d’este termo.”<sup>156</sup> Esses pedidos devem-se, certamente, à importância do gado *vacum* para a economia local. Maria José Rapassi Mascarenhas destaca, para o período colonial, que essa criação foi um elemento fundamental na riqueza baiana, sendo destinada à alimentação, em especial a carne; a extração de couro, cru, salgado ou curtido, ocupou um lugar considerável no quadro das exportações coloniais; o gado foi ainda o agente motor, importante força propulsora nos engenhos, fazendas de cana, tabaco, mandioca e serrarias, e como meio de transporte.<sup>157</sup>

Em períodos posteriores o múltiplo aproveitamento do gado *vacum* continuou vigoroso, é certo que com algumas diferenças em relação ao verificado por Mascarenhas, ao menos para a realidade do alto sertão baiano. Na alimentação e comércio, além da carne, o requeijão<sup>158</sup> complementou a dieta e a renda dos sertanejos, algumas unidades eram vendidas localmente, tanto nas feiras livres, como nas cidades e vilas vizinhas. O couro, conforme Paulo Henrique Duque Santos,<sup>159</sup> ainda se apresentava como item de interesse na demanda do mercado nacional e internacional, servindo ainda para a confecção de vestimentas, calçados e outros utensílios. Para o transporte, levavam mercadorias acompanhados pelo som dos carros de bois para as feiras livres e atendiam às demais necessidades no desempenhar das atividades cotidianas, sobretudo na vida rural.

Antônio Ribeiro de Azevedo foi um criador de gado. Viveu apenas em companhia da mulher, Emiliana Alves de Magalhães, faleceu em 1896 e deixou testamento em que a única beneficiada era sua companheira. Os bens amealhados pelo casal constituíram pouco mais de Rs.1:880\$000, o casal vivia entre o campo e a cidade, pois possuía uma casa de morada na vila de Monte Alto e uma “cazinha com uma manga<sup>160</sup> no lugar denominado Agrestinho, com terrenos próprios”. Dedicava-se a uma pequena criação de gado *vacum* e ainda de algumas

<sup>156</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial – administração. Correspondência expedida da Câmara de Monte Alto, Mç.361, 14 de outubro de 1881.

<sup>157</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador – 1760/1808*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998, p.124/125.

<sup>158</sup> Conforme Licurgo Santos Filho (2012, p.206), é o “queijo do sertão”, feito de nata coagulada pela ação do calor do fogo.

<sup>159</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014.

<sup>160</sup> Denominação que, geralmente, se refere a terrenos destinados a pastagens e criação do gado.

cabeças de gado caprino. A principal finalidade da criação do gado vacum para o casal associava-se ao transporte, provavelmente produziam alguns gêneros alimentícios para consumo e comercialização na sede da vila possibilitada pelo transporte da “junta de bois manços para carga” ou ainda pela “junta de bois manços para carro”, que também podiam levar os seus donos para que pudessem vender seus produtos e adquirir outros no meio urbano<sup>161</sup>.

Importante não apenas para o comércio local, a criação de gado vacum no termo de Monte Alto atendeu ao abastecimento do mercado interno. Conforme a tabela abaixo, 29, 38% dos inventariados dedicaram-se à criação de rebanhos constituídos por mais de 100 cabeças de gado. Essa criação de maior porte destinava-se à comercialização nas regiões litorâneas e na capital do estado. O proprietário Apparício Alves Pereira, além de possuir mais de cem reses, contou com um singular número de animais cavалares, em torno de trinta, entre burros, éguas, cavalos, bestas, mulas e poldros, certamente muito utilizados para o trato com a boiada: mudança de pastagens, comercialização e separação de rebanhos<sup>162</sup>.

TABELA V:

## NÚMERO DE CABEÇAS DE GADO BOVINO POR INVENTÁRIO – 1880/1920

<b>Número de Cabeças</b>	<b>Inventários</b>	<b>Percentual</b>
Não Possuía	35	16,59%
1-10	37	17,54%
11-30	36	17,06%
31-50	22	10,43%
51-100	19	9,00%
101-200	24	11,37%
201-500	24	11,37%
501-1000	10	4,74%
Acima de 1000	04	1,90%
Total	211	100,0%

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira - Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 31-46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

A exemplo de Apparício Alves Pereira e de Antônio Ribeiro de Azevedo e sua mulher, outras tantas famílias compuseram seu patrimônio com investimentos em gado vacum, alguns com poucas cabeças, outros com uma presença acentuada desse bem. Como evidenciado na Tabela V, apenas 16,59% dos inventariados não apresentaram a criação do gado vacum, número que reafirma sua vitalidade ao longo dos anos. A pecuária também se destacou no conjunto do

<sup>161</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira - Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 43, 1896.

<sup>162</sup> Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário. Cx:139. Mç:07, 1909.

estado da Bahia. Conforme dados levantados pela Secretária de Indústria, Agricultura e Comércio em 1920, os bovinos atingiram o número de 2.683.000, sendo superado apenas pelo número de caprinos, 3.005.000 cabeças. Os suínos também tiveram número expressivo, 2.410.000, ficando à frente da criação equina, 825.000, e de asininos e muares, 587.000.<sup>163</sup>

Na segunda metade do século XIX, a preocupação com o melhoramento genético e o aumento da produtividade bovina ocorria nacionalmente, especialmente com a introdução de novas raças. Uma circular expedida pela Sociedade Nacional de Agricultura, em 1905, contendo um questionário, destinado a grandes pecuaristas, visava “realizar um estudo das vantagens e desvantagens do cruzamento da raça indiana zebu com as demais raças existentes no país, com objetivo de elucidar temas de interesse para a economia rural brasileira”.<sup>164</sup> No alto sertão, Paulo Henrique Duque Santos identificou o recebimento do questionário por Deocleciano Pires Teixeira, em Caetitê; Coronel Flávio da Rocha Magalhães, residente em Macaúbas, e Pedro Mariani, no Urubu (atual Paratinga). Apenas mais duas regiões foram selecionadas para a avaliação pretendida pela Sociedade Nacional de Agricultura, Bonfim e Barra, o que demonstra o caráter pecuarista da região.<sup>165</sup>

Em Monte Alto, dois proprietários tiveram nos seus rebanhos a presença do boi zebu. Foram eles: Gustavo Bezerra, também negociante, que tivera arroladas 81 cabeças de gado vacum, e Dona Maria Francisca dos Santos, que possuía apenas 18 cabeças de gado vacum, sendo 06 descritas como “bois mansos para carro”. Nota-se que, apesar dos benefícios que a raça zebu podia trazer aos pecuaristas no termo de Monte Alto, esse tipo de gado esteve presente entre criações mais modestas. As fontes não nos permitem afirmar a razão desse fato, ou se houve uma intensificação da introdução dessa raça após 1920, mas, talvez, nesse momento, não houvesse um aumento da produtividade tão significativo quanto se esperava, não compensando o investimento, tendo em vista que o boi zebu era mais caro. No inventário de Gustavo Bezerra foi avaliado em Rs.100\$000 e um “touro pastor de raça comum” em Rs.50\$000.

Mesmo sem a difusão da raça zebu, a criação e a comercialização bovina no termo de Monte Alto renderam lucros aos seus criadores e dinamizaram a economia local, muitos foram os que retiravam o sustento, aumentaram a renda e as fortunas com essa atividade, e também daquelas oriundas da agricultura. Tanto as pessoas de vida mais humilde como as mais aquinhoadas estiveram envolvidas de um modo ou de outro com o comércio regional.

<sup>163</sup> APEB. Seção Republicano. Fundo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Serie: relatórios. Datas/limite: 1920. Cx: 2386; Mç: 178. Doc: 746, 1920.

<sup>164</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetitê, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.199.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.199/200.



Apesar de não mais contar com os lucros advindos da posse escrava, muitos indivíduos aumentaram ou mantiveram sua fortuna a partir da propriedade rural e da pecuária, notável investimento na composição da riqueza dos moradores do termo de Monte Alto antes e pós decretada a abolição. A importância monetária que a terra oferecia aos proprietários ia muito além do valor recebido durante a avaliação dos bens realizada no auto de inventário. Como principal meio de produção e criação, possuí-la significava também a possibilidade de diversificação dos negócios, manutenção da riqueza e permanência no topo da hierarquia socioeconômica local ou seu alcance.

Em tempos republicanos, quando os investimentos se diversificaram e buscava-se um incremento na produção agrícola como meio de melhorias econômicas através das oportunidades abertas no mercado interno e no externo, já que a agricultura continuava como basilar na economia do país, no sertão, quanto mais extensas as propriedades rurais possuídas por um indivíduo, maiores o envolvimento em outras frentes de negócio, em especial no comércio, e as chances de enriquecimento. Do chão sertanejo, a produção passava por diferentes caminhos com destinos diversos, oferecendo ganhos aos sertanejos e integrando mundos.

No capítulo seguinte acompanharemos o desenrolar dessas transações, observando as práticas comerciais que possibilitaram a inserção do alto sertão na dinâmica da economia local/regional, estadual, nacional e internacional.

## CAPÍTULO II

### ATIVIDADES COMERCIAIS NO TERMO DE MONTE ALTO

#### 2.0 “Hontem recebido e o segundo recebido hoje”<sup>166</sup>: negócios e casas comerciais

Não ha sinão um meio de viação, por terra – a cavallo ou a pé, para as pessoas, e nas costas dos animaes para o transporte de generos, ou mercadorias. Nada há mais fastidioso nem mais incommodo do que vencer-se longas e longas leguas, que parecem não ter fim, nas costas de um animal [...] <sup>167</sup>

Principal meio de comunicação e de escoamento de mercadorias, as vias terrestres estiveram sempre em pauta nos assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e também como uma das principais razões nos prejuízos alçados pelos comerciantes. Na Imperial Vila da Vitória, em sessão extraordinária de 22 de janeiro de 1856, Idelma Aparecida Novaes notou que este assunto ocupou espaço central: discutia-se “as condições das estradas bem como das suas distâncias e principais problemas, pois a maioria delas se tornavam intransitáveis durante as estações chuvosas, e procuravam encontrar soluções para o melhoramento das ditas estradas”.<sup>168</sup> Embora os empecilhos à comercialização tenham atravessado séculos, eles não foram incontornáveis, e por mais fastidioso que fossem os caminhos a serem vencidos muitos transitaram pelas vias que levavam à capital do estado, Machado Portela, Minas Gerais e ao Recôncavo Baiano.

Na descrição apresentada no relatório solicitado pelo Ministério da Justiça, em fins do século XIX, sobre a comarca de Monte Alto, algumas considerações foram feitas sobre seu trânsito comercial: “O commercio é pequeno, concentrado na villa e povoações, e consiste na troca dos generos da terra por outros importados da capital [...]”<sup>169</sup>. Apesar de ter sido considerado pequeno, foi intenso o fluxo de itens advindos da agricultura ou da pecuária escoados pelos comerciantes montealtenses. Longe de representar uma “troca” com artigos da capital, denotando uma simples aquisição do que não se produzia no sertão, altas somas de dinheiro estiveram envolvidas nas transações comerciais, importantes não apenas para a venda

---

<sup>166</sup> Trecho de uma correspondência enviada da Vila de Monte Alto por José Dias Laranjeira a Deocleciano Pires Teixeira em Caetitê. APMC. Fundo Acervo Particular da Família de Drº Deocleciano Pires Teixeira. Grupo Cartas de Deocleciano, Série Correspondências (1896 – 1930), Caixa 01, 11 de novembro de 1904.

<sup>167</sup> Relatório solicitado pelo Ministério da Justiça. APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Administração. Correspondência recebida da Câmara de Monte Alto, maço: 1361, 14 de novembro de 1883.

<sup>168</sup> NOVAES, Idelma Aparecida. Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p.86.

<sup>169</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Administração. Correspondência recebida da Câmara de Monte Alto, maço: 1361, 14 de novembro de 1883.

dos produtos sertanejos, mas também para a lucratividade dos comerciantes da capital e de outros lugares. Nesse trânsito de negócios, destaca-se aquele realizado com as casas comerciais:

Monte Alto, 08 de setembro de 1904

Illm. Snr. Dr. Deocleciano Pires Teixeira

Amigo e Senr<sup>o</sup>

Pelo n/ amigo Snr C[el] José Antonio de Castro Tanajura me foi entregue a estimada carta deb Vs<sup>a</sup> de 6 do corrente, a quantia de Rs. 2:775.280 que me remetterão os Senr Moraes e Cia, e bem assim carta e conta corr[e] dos mesmos senr[s], tudo por intermédio de vsa, como agente geral d'aquelles senr[s] em Caetité. Tudo muito certo até aquella data. Ha pouco a nossa firma social fes pedido a casa por intermédio do C[el] Fran[co] Castro e já mandamos pagar. A crise está horror e logo q melhore faremos pedido, pois como sabe, é a única casa com quem negociamos fazendas na Bahia. É provavel os snr[s] Moraes e Cia terem recebido em 2 do corr[e] quantia meu favor no Banco da Bahia e com tempo já pedi a elles p<sup>a</sup> pedirem a Vs<sup>a</sup> p<sup>a</sup> me pagar aqui e de já peço ao meu Ill e digno amigo p<sup>a</sup> ir reservando algum miudo , eu m[to], lhe agradecerei, visto agr. falta e difficuldades p<sup>a</sup>. m[as] comprar aqui. Sem mais continuo sempre com maior estima de Vs<sup>a</sup>.

Amigo e att e crê. Agrad.

José Dias Laranjeira<sup>170</sup>

Possuidor de uma casa de negócio no arraial do Boqueirão do Parreira, José Dias Laranjeira obtinha mercadorias fornecidas pela firma Moraes & Cia para abastecer a sua casa comercial. Dando exclusividade ao fornecimento de fazendas, estrangeiras e nacionais, as negociações foram facilitadas e intermediadas pelo político e influente negociante Deocleciano Pires Teixeira, morador em Caetité, responsável pela aquisição de mercadorias e remessas de dinheiro de muitos negociantes sertanejos. A firma, localizada à rua Conselheiro Dantas, número 23, Freguesia da Conceição da Praia na cidade de Salvador, e tendo como sócios os senhores Bernardo Martins Catharino, José Joaquim de Moraes, Alberto Moraes da Costa Martins e Alfredo Duarte de Almeida Navarro, representa uma das muitas casas comerciais que se mantiveram atuantes nas transações comerciais do termo de Monte Alto.

---

<sup>170</sup> APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Serie: Correspondências recebidas filhos – J /Z. Cx: 01  
Maço: correspondentes fixos para Deocleciano da letra J-N, 1904.

## QUADRO III:

FIRMAS CONSTANTES NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO TERMO DE MONTE ALTO –  
1890-1920<sup>171</sup>

<b>Razão Social</b>	<b>Localização</b>	<b>Atividade</b>
Alfredo Monteiro e Cia	Salvador	Comércio de ferragens, tintas, óleos e etc.
Antonio Francisco Brandão &cia	Salvador	Negócio de fazendas, comissões e quaisquer outros gêneros nacionais ou estrangeiros de importação e exportação.
Antonio Seixas Salles &Filhos	Salvador	Escritório de fazendas nacionais e estrangeiras
Antonio Guimarães & Cia	São Félix	Ferragens, miudezas, drogas, louças.
Balbino Araújo & Cia	Caetité	Compra e venda de fazendas, ferragem e miudezas.
Carvalho e Vieira	Salvador	Gênero de comercio a operações comerciais. Louças, vidros, objetos de fantasia, comissões e consignações.
Clemente Gondim & Cia	Machado Portella	Comércio de ferragens, miudezas, molhados e gêneros nacionais.
Souza Teixeira & cia	Salvador	Escritório de miudezas
Enrico Dell, Acqua & Cia	Salvador	Fazendas em grossos
Eduardo Fernandes & cia;	Salvador	Ferragens em grosso e a retalho
Firma Brandão	Salvador	Exploração das fábricas de fiação e tecidos de S.Braz, de calçados, sabão, armazém de molhados e fazendas
João Carvalho e cia	Salvador	Fazendas e miudezas
João Maria & Carv <sup>o</sup>	Salvador	Roupas e fazendas por atacado e retalho
Moraes Companhia;	Salvador	Importação de mercadorias estrangeiras e nacionais.
Novaes Monteiro & cia	Salvador	Fazendas, modas, artigos de fantasias e selaria.
Paes Vieira	Salvador	Importadores e exportadores de louças, vidros, bebidas e metais em obras.
Pedroza Junior & Cia	Salvador	Comércio de miudezas
Rodolpho Martins &Cia	Salvador	Escritório de fazendas, importação, exportação e comissões.
Rodrigues Fernandes &cia	Salvador	Compra e venda de fazendas por grosso
Rodrigues Lima & Araujo	Caetité	Escritório de fazendas, miudezas e ferragens.
Torres Viana &Cia	Salvador	Louças, vidros, vinhos e outros gêneros.

<sup>171</sup> Além das descritas, outras casas de negócio também se envolveram em transações comerciais no termo de Monte Alto, a saber: Brandão e Irmãos, Casa e Alves, Leite Carvalho & Cia, Lima & Irmãos, Luiz Teixeira & Cia, Gunter & Manoel e Oliveira Cardoso & Cia. Entretanto, não localizamos o tipo de atividade/serviço por elas oferecidas.

Fonte: APEB. Fundo: Secretaria do Interior e Justiça. Serie: Declaração de registros de firmas.

José Dias Laranjeira manteve como fiel cliente apenas à Casa dos senhores Moraes & Cia, o que não foi opção para a maioria dos negociantes em Monte Alto. Em seu inventário, arrolado no ano de 1910, não possui detalhes sobre o negócio, apenas que era mantido em sociedade<sup>172</sup> com o cunhado Joaquim Dias Laranjeira. Provavelmente, as mercadorias fornecidas pela Moraes & Cia, atendiam às necessidades de seu comércio, e a relação mais estreita, tratando-os como “nossos amigos”, poderia facilitar o oferecimento de melhores condições de pagamento. Vínculos mais estreitos construídos em meio a negociações não foram incomum no alto sertão. Paulo Henrique Duque Santos observou que “Antonio Salles, um dos proprietários da firma Salles & Filhos, mantivera uma relação pessoal com fazendeiros da região”.<sup>173</sup>

Manoel Messias Rodrigues, por sua vez, não se restringiu a negociações com uma casa comercial. Em correspondência remetida a Deocleciano Pires Teixeira, no ano de 1905, constata-se o envio de pagamentos a uma diversidade de casas comerciais da capital, sendo remetido “a V. Ex a importancia de reis 2: 193.550 para fazer-me o favor de entregar a diversas casas na Bahia: sendo, a João Maria Carv<sup>a</sup> a importancia de 1.592.550[...] a Paes Vieira e Cia 908.000, e a Alfredo Monteiro e Ci<sup>a</sup> 326.000”.<sup>174</sup> Considerando que os itens comercializados por essas firmas eram variados, sendo a João Maria Carv<sup>a</sup> direcionada ao comércio de roupas e fazendas, e a Paes Vieira de louças, vidros, bebidas e metais em obras, estrangeiras e nacionais, torna-se evidente que Manoel Messias Rodrigues comercializava em sua loja uma variedade de artigos, não se restringindo a um ramo específico de materiais.

O balanço das mercadorias da loja de Domingos Nunes Dourado<sup>175</sup> ilustra bem essa situação. Representando o segundo maior bem na riqueza inventariada, com um valor total de Rs. 1:907\$104, fazendas e molhados, por ele comercializadas serviram ao consumo da população local. Além de variados produtos nacionais, como as peças de algodão que em suas

<sup>172</sup> Conforme Kátia Mattoso (1992, p.495), “a forma mais difundida de associação comercial era a ‘sociedade’. Bastavam duas pessoas para formar uma sociedade comercial, desde que contribuíssem para a formação do capital, fosse a dinheiro, títulos comerciais ou outros bens, fosse em forma de trabalho ou no exercício de alguma especialidade”.

<sup>173</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetitê, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.121.

<sup>174</sup> APMC. Fundo: Acervo particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx: 01. Data Limite: 1896 a 1930, 1905.

<sup>175</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Domingos Nunes Dourado. Mç: 39, 1891.

marcas fazem referências a locais como Vila do Conde e Valença, produtos importados também ocuparam as prateleiras do comércio e residências locais.

QUADRO IV:

BALANÇO DE MERCADORIAS DE DOMINGOS NUNES DOURADO – 1891

Quant.	Fazendas	Preço.	Quant.	Molhados	Preço
01	Peça de brim	34.632	10	Dúzias pratos de piso, a cada 2.400	24.000
01	Peça de brim branca de algodão	27.502	01	Dúzia de tigelas pintadas	2.800
12	Peças de algodão marca [sic]	43.200	01	Dúzia de tigelas segundo tamanho	2.500
05	Peças de algodão marca <i>Xereis</i>	19.940	02	Dúzias de tigelas terceiro tamanho, cada 1.600	3.200
03	Peças de algodão marca [sic], a 3.800 cada	11.600	08	Dúzias de xícaras, cada a 2.200	17.600
04	Peças de algodão marca X.	16.000	03	Caixões grandes para despejo, a 400 cada	1.200
17	Peças de algodão marca V	73.440	04	Dúzias de copos de vidros lapidados, cada a 3.700	14.800
10	Peças de algodão marca A, cada a 4.860	48.600	04	Barris de pretumya, a 3.800 cada	15.200
05	Peças de algodão nacional marca B	22.950	01	Carga de ferro em barra, com o peso de 120 libras	47.600
05	Peças de algodão marca não vista	32.625	03	Latas de gás, a 8.000 cada	24.000
02	Peças de madrasto flor de ouro	10.500	34	Garrafas de vinho do porto, a 1.200 cada	40.800
02	Peças de madrasto marca Urbano	8.250	06	Garrafas de azeito doce, a 1.200 cada	7.200
10	Peças de madrasto marca Villa do Conde, cada a 4.500	45.000	26	Libra de sape, cada a 1.200	31.200
01	Peça de madrasto marca Marquês de Pombal	7.925	33	Arrobas de borracha, a 22.000 cada	726.000
02	Peças de madrasto marca Sertanejo	32.990	04	Sacos com chumbo munição, a 8.500 cada	34.000
02	Peças de madrasto marca L.ª da Bahia	10.200	12	Vidros de balsamo filantropo, a 500 cada	6.000
01	Peça de madrasto marca Mundo Americano	6.400	01	Vidro de Iodeto de Potássio	6.000
04	Peças de Valença de segunda qualidade	32.150	01	Vidro de sulfato	3.000

60	Lenços de diversas qualidades, a 200 reis cada	12.000	02	Dúzias de imas patentes a 3.200 cada	6.400
09	Xales de algodão, cada a 1.500	13.500	10	Quilos de sabão solido, a 400 cada	4.000
03	Libras de mercúrio, cada a 2.500	7.500	05	Quilos de sal inglês a 500 cada	2.500
04	Caixas de papel inglês	2.000	01	Balança de gancho para 30 quilos	5.500
03	Pacotes de sabão inglês	1.500	02	Dúzias de prato de folha, a 1.600 cada	3.200
01	Restante de miudezas	10.000	06	Vidros de opodeldoe, a 300 cada	1.800
03	Pares de botinas lizas para senhora	18.000	61	Quilos de bolachas, a 600 cada	36.600
01	Dúzia de pares de meia para senhora	3.000	30	Quilos de farinha de trigo, a 500 cada	15.000
			45	Litros de vinho branco	45.000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Domingos Nunes Dourado. Mç: 39, 1891.

Rômulo Almeida destaca sobre a importação que “ ‘antes dos liberais princípios’ as atividades internas exigiram relativamente mais bens de produção, ferramentas, matérias primas, etc. Depois entrariam preponderantemente artigos de consumo”,<sup>176</sup> atingindo não apenas as residências dos indivíduos mais abastados. Os produtos de importação foram variados no decorrer do XIX, tais como: “tecidos de lã, linho e seda, objetos de vidro, ouro e prata, perfumaria, todo tipo de instrumento musical, remédios, vinhos, especiarias, farinha de trigo, óleo de oliva, bacalhau etc.”<sup>177</sup>

Firmas como a Moraes & Cia, Eduardo Fernandes & Cia, Rodrigues Fernandes & Cia e Antônio Francisco Brandão & Cia, dedicavam-se à importação de mercadorias como as citadas acima. A Moraes & Cia comerciava com os mercados de Manchester, França e Itália, negociava ainda com o norte e sul do Brasil fazendas de algodão da manufatura local, era uma das “grandes casas estabelecidas na Bahia, e que existem hoje (1949)”.<sup>178</sup> A Eduardo Fernandes & Cia, se destacou na importação de ferragens da Europa e dos Estados Unidos, sendo vendidas tanto na Bahia como em Sergipe. Rodrigues Fernandes & Cia, firma também de importação e exportação, sobressaía-se na importação de fazendas, transacionava com os mercados de Manchester, Paris e Hamburgo. E no comércio de exportação envolvia-se com o cacau, café, tabaco, piaçaba, algodão e borracha. A firma Antônio Francisco Brandão & Cia voltada,

<sup>176</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Revista do Desenvolvimento Econômico (RDE). Salvador, Ano XI, n.19, jan.2009, p.104.

<sup>177</sup> MATTOSO, Kátia. M de Queirós. *Bahia Século XIX: Uma Província no Império*. Editora: Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992, p.488.

<sup>178</sup> ALMEIDA, op. cit. p.104.

igualmente, para a importação de fazendas de mercados europeus, comercializava-se, também, tecidos nacionais, recebidos de várias fábricas do Brasil e produtos do interior do estado para serem vendidos em comissão, como: açúcar, borracha, café, algodão, couros e peles.<sup>179</sup>

Além das mercadorias que adentravam no sertão via porto ou cidade de Salvador, houve aquelas vindas de Minas Gerais. Mesmo não localizando nome de casas comerciais que efetivaram transações com os negociantes do termo de Monte Alto, os inventários e livros de notas documentam informações que evidenciam essa prática. A pouca distância que o separava do território mineiro foi destacada em correspondência enviada da vila de Monte Alto ao presidente da província:

Esta Comarca se limita ao sul com a Provincia de Minas Geraes, e esta villa dista menos de cem kilometros do Arrayal do Rio Verde dos Lenções, no Rio Verde, o qual fica acerca de 30 kilometros da Povoação do Boqueirão de Parreiras deste termo, **com o qual entretem continuado commercio.**<sup>180</sup>

O município de Boa Vista do Tremedal era um exemplo de relações comerciais com Monte Alto. Nas observações apontadas por Neves sobre suas práticas comerciais em seu estudo corográfico, no início do século XX, destaca-se a dinâmica efetuada com a Bahia, tanto no que diz respeito a exportações, como a importações. “Gêneros como fazendas nacionais e estrangeiras, molhados, ferragens, miudezas, sal, gaz e outros generos do consumo, [eram] comprados em maior escala na praça da Bahia e em menor na do Rio [...]”.<sup>181</sup> A Bahia foi também o principal destino dos produtos que partiam de Boa Vista do Tremedal, como o gado vacum e cavalariço, couros seccos e peles, sola, borracha de mangabeira, cachaça, café, toucinho, milho, arroz, feijão e outros produtos, exceto o algodão que era exportado para as Fabricas de Tecidos mineiras e raras vezes para a Bahia.<sup>182</sup>

No inventário de Ramiro Martins da Silva<sup>183</sup>, arrolado em 1900, é possível perceber mais nuances do “continuado commercio” com Minas Gerais. Casado com D. Maria S. e Oliveira, sem possuir filhos, seus onze irmãos foram constituídos herdeiros, destes, três residiam ou se encontravam no estado de Minas Gerais, Callisto Martins da Silva em Montes Claros,

<sup>179</sup> Informações publicadas às vésperas da Primeira Guerra Mundial no volume “Impressões do Brasil no século XX” para avaliar as condições do Brasil, editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, Ltd. In: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g42g11.htm>>. Acesso: 04, de agosto, 2015.

<sup>180</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Administração. Correspondência recebida da Câmara de Monte Alto, maço: 1361, 14 de novembro de 1883. Grifos nossos.

<sup>181</sup> NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do Municipio de Boa Vista do Tremedal, Estado de Minas Gerais, 1906, p.296. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2015, p.296.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira. Palmas de Monte Alto – BA. Inventariado: Ramiro Martins da Silva. Mç: 45, 1900.



Theophylo Martins da Silva na cidade dos Passos e Anna Martins da Silva em São Sebastião da Passagem. Imóveis rurais, gado vacum, cavalari e miúdo, mercadorias e móveis compuseram o monte mor de Rs. 17:747\$550, entretanto, dessa quantia, Rs. 15:301\$833 foram abatidos para pagamento de dívidas e custos do inventário. Dívidas essas que indicaram o envolvimento de Ramiro Martins da Silva com a comercialização de algodão e também com mercadorias mineiras, descritas apenas como “de exportação”. De Rs. 14:420\$493 devidos pelo inventariado, o credor Pedro José Muniz alegou que Rs. 13:190\$493 foram provenientes de uma letra e prêmios, e Rs. 1:230\$000 de gastos com a colheita de 929 arrobas de algodão das roças deixadas pelo dito inventariado. Somando-se a essas 929 arrobas, foram descritas e avaliadas mais 260 arrobas, cada a Rs. 2\$000 e todas por Rs. 520\$000, e 100 cargas de algodão, cada a Rs. 35\$000 e todas por Rs. 3:500\$000. O destino dessa mercadoria não foi registrado, mas considerando que nesse período muitas foram escoadas para a capital baiana e estados do Centro-Sul, abastecendo a indústria têxtil, talvez elas tenham ganhado um desses destinos, além das próprias fábricas mineiras.

Joaquim Alves Neto, morador no Gentio, termo de Umburanas – limítrofe ao de Monte Alto - conforme demonstrado a seguir, na Figura I, remeteu ativamente cargas de algodão para a Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Barbara, em Diamantina, de propriedade do Banco Hipotecário do Brasil. Ele importava fazendas mineiras e para pagamento dos débitos, que chegou a alcançar Rs. 15:836\$979, “tem depositado em mão dos mesmos seus credores um regular carregamento de algodão”.<sup>184</sup>

---

<sup>184</sup> APMC. Fundo: Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca: Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo funcional: Inventário. Inventariado: Joaquim Alves Neto, Cx. 139, Mç:07, 1909.

FIGURA II:

NOTA DE REMESSAS DE ALGODÃO DO ALTO SERTÃO BAIANO PARA A FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS SANTA BARBARA, MINAS GERAIS - 1909

	Deve	Haver
22 Importância da fiação de hoje	13.046,323	
Saldo de consumo	430,546	
Saldo para letra que firmamos	11,000	
80 malhas de algodão entregue para		4.073,750
manufatura por ordem de nº 264, de 14/11/09		9.408,938
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 13.487,869</b>	<b>R\$ 13.487,869</b>
Saldo a favor	R\$ 9.408,938	
Prazo concedido 120 dias sem juros		
desde até 22 de fevereiro de 1909		
Juros 12% p. a de R\$ 9.408,938, desde		
22 de fevereiro 1909 até 15 de fevereiro 1910	1.006,755	
20 80 malhas de algodão que entregamos		4.035,730
por ordem de nº 3753/2 de 16 de		
fevereiro de 1909 nº 4.035,730 desde 20 de		
fevereiro de 1909 até 15 de janeiro de 1910		235,415
<b>Saldo</b>	<b>R\$ 10.415,693</b>	<b>R\$ 10.415,693</b>
Saldo a favor	R\$ 6.144,598	

Pela FÁBRICA de FIAÇÃO e TECIDOS SANTA BARBARA  
Paulista Henrique Ferreira  
GERENTE

Fonte: APMC. Fundo: Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –Uneb. Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca: Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo funcional: Inventario. Inventariado: Joaquim Alves Neto, Cx. 139, Mç:07, 1909.

No arrolamento dos bens de Joaquim Alves Neto, são fornecidas também algumas especificações das fazendas adquiridas: “fazendas brancas mineiras, sobre os números quatro, vinte um, digo, 13, 14, 16, 19, 20,21, 22, 23,24, 40,41 e 18 que avaliaram umas pelas outras a duzentos e vinte seis mil quatrocentos e dezesseis reis”, sendo todas por Rs.2:716\$992, além de “34 burros arreados”, que certamente transitavam pelas estradas mineiras e baianas levando e trazendo mercadorias.

Paulo Henrique Duque Santos identificou transações estabelecidas entre a Empresa Industrial Sertaneja em Bella Flor com a Companhia Itaunense, de Itauna, também em Minas Gerais.<sup>185</sup> Num telegrama encaminhado por Rogociano Pires Teixeira, em 1918, do Rio de Janeiro, onde era conferente da alfândega, ao sobrinho Mário Spínola Teixeira, em Bella Flor, observa-se preocupações em relação aos preços do algodão em fábricas estabelecidas em Minas

<sup>185</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.183.

Gerais, além de indicar exportações com firmas estrangeiras: “estado algodão continua anormal. Preço primeira dez kilos 37r. Fabricas quasi paralisadas. Firmas importantes interrompem encomendas. Espera brevemente recomeçar exportação Europa. Não consegui informações fabricas mineiras”.<sup>186</sup>

Sendo produto de grande interesse comercial, ainda na riqueza inventariada de Ramiro Martins da Silva, os valores atribuídos para as cargas de algodão e a cobrança de Pedro José Muniz dos gastos com a colheita nas roças do inventariado, foram contestadas pelo procurador da inventariante. Os argumentos levantados dão conta de práticas desonestas em busca de benefício do credor, especialmente no que diz respeito a quantidade das cargas, arrobas e preços estabelecidos, “sendo naquela ocasião nunca se vio algodão tão barato”. A insatisfação e desconfiança com os cálculos feitos foram reforçados com a má condução da colheita, em que teria Pedro Muniz contratado “trabalhadores de toda ordem, que pouco se importavão, e que, quem sabe, não conduzião deshonestamente suas precisões o algodão bastante, que então era como ainda é ouro branco? ”. Além de não acompanhar a colheita, “passando 15 e mais dias sem tomar contas a seus apanhadores de algodão: “em sua maior parte homens que não se pode afirmar que mereção confiança que lhes era dada pelo peticionário e mulheres de classe abjecta (ou melhor gente bôa) ”, que poderiam ter tirado arrobas em benefício próprio. Homens esses, certamente egressos do trabalho escravo, como “Manoel preto”.

A variedade de tecidos de algodão comercializada pelas casas de negócios locais indica que além da importância na comercialização como matéria prima, o “ouro branco” serviu a confecção de tecidos. Os “panos de algodão Monte Alto” estiveram entre o balanço de fazendas do negócio de Orlinda Angelica Viveiras<sup>187</sup>. Porém, se existia uma diversificação de mercadorias fornecidas, havia também uma diversificação nos serviços oferecidos nesses estabelecimentos, ao tempo em que vendiam seus derivados, alguns negociantes investiram também na aquisição do algodão. Na propaganda estampada no jornal A Penna,<sup>188</sup> da cidade de Caetité, Octacilio Alves Brandão vendeu o seu “produto” apresentando não apenas as vantagens que garantiriam a satisfação dos fregueses, mas também reservando espaço para demonstrar o quão completo era os serviços fornecidos pela Loja Marinho.

<sup>186</sup>APMC. Fundo: Acervo Particular da Família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos. Série: Telegramas diversos. Cx:01. Mç:01, 1918.

<sup>187</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: Orlinda Angelica Viveiras. Mç: 42, 1899.

<sup>188</sup> “O jornal “A penna”, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 e 1943. De publicação quinzenal, considerava-se o “orgam dos interesses comerciais, agrícolas e civilizadores do alto sertão. Era impresso na “Typographia d’A Penna”, de propriedade de João Antonio dos Santos Gumes, jornalista, romancista e dramaturgo, que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal” (SANTOS, 2014, p. 17).

FIGURA III:

ANÚNCIO DA LOJA DE OCTACILIO ALVES BRANDÃO, EM MONTE ALTO - 1921



Fonte: Jornal **A Penna**, Caetité, p.09, 17 de março de 1921.

A procura do algodão, couros, peles e borrachas por negociantes como Octacilio Alves Brandão está associada à demanda comercial que esses artigos possuíam no mercado, tanto nacional como internacional. Para remeter o produto a exportadores, uma extensa rede de sujeitos se formava; da produção do pequeno ao grande produtor, passava pelas mãos de negociantes locais, que também eram produtores, e daí era encaminhado para firmas, em sua maioria, localizadas na capital do Estado, que o remetia para mercados diversos.

Atenta à lucratividade que a extração da maniçoba – matéria prima da borracha - podia fornecer, Dona Sisinia de Carvalho Laranjeira no auto de inventário do seu esposo, José Dias Laranjeira, denunciou a invasão e retirada do leite da maniçoba do terreno a eles pertencentes, “os quaes desde o anno passado que estão assolando os mattos do citado sitio tirando d’elles o proveito, como seja a extracção do leite da maniçoba em que são bastante fertêis os respectivos terrenos, trazendo essa invasão prejuízo incalculável aos preferidos filhos”.<sup>189</sup>

Como foi tratado anteriormente, em plena vigência do crescimento industrial, a demanda da borracha nos países industrializados “crescia fortemente, devido à utilização da mesma na fabricação de pneus de veículos: de bicicletas primeiro, de automóveis depois

<sup>189</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: José Dias Laranjeira. Cx: J, 1910. Documentação não catalogada.

[...]”.<sup>190</sup> Até às vésperas da primeira guerra mundial o Brasil manteve-se hegemônico graças ao volume da produção extraída na região Amazônica. E apesar da posterior queda na exportação com a entrada no mercado da produção oriunda das plantações da seringueira no Extremo Oriente, permaneceu como um dos principais produtos a ganharem o mercado internacional nos anos iniciais do século XX<sup>191</sup>.

Na Bahia, a Secretaria de agricultura, indústria, viação e obras públicas do estado, buscou aumentar os níveis econômicos com a implantação dessa produção. Ao seu serviço, Joaquim B. percorreu no ano de 1899 a região interiorana para levantar informações acerca da planta da maniçoba. Ao passar por Machado Portela, relatou a identificação de sementes parecidas com as distribuídas pelo estado afim de inseri-las na produção baiana, com uma grande variedade de plantas da mesma família da maniçoba, “desde a miçoba até a mandioca brava”.

Ella encontra-se nas planícies, como nos morros e sempre em grandes aglomerações. Em todas as catingas que percorri; da Estação do Sitio – Novo para cima, em Machado – Portella, Rio de Contas, Caetitê, Monte Alto e na bacia do Rio S. Francisco, encontra sua planta à margem das estradas. [...] Nada podemos afirmar sobre a quantidade em produção da lactose nessas plantas, por quanto, como já dissemos, a secca tem paralisado a vegetação das Catingas estando ellas como que, em um estado latente. Apesar d’essa condição anormal, as plantas que sujeitamos a experiência resconderam bôa porção de lactose, mas não podemos precisar a produção media, para cada anno a pequena quantidade que obtivemos nos desanimou de levarmos a cabo esses estudos [...]. A extracção da borracha d’essa planta é tão fácil que dispensa vases para a coagulação, pois sendo esta tão rápida e não aderindo ao corpo que está em contacto, pode ser apanhada em folhas, colocadas no solo, em torno da haste. [...] A borracha é de bôa qualidade. Não encontramos sementes germinadas, nem plantas novas, no local onde procedemos esses estudos, talvez isso, devido à secca ter destruído-os. É de supor e, pela natureza dessa planta, que, tenha em crescimento rápido. Quanto a produção, qualidade e valor desse produto, é de grande vantagem a cultura d’essa variedade, a qual pode sobrepujar a outras conhecidas; a facilidade da cultura, a vastidão da rama de adaptação, são outros tantos atractivos, para sua exploração.<sup>192</sup>

Mesmo a Bahia não se destacando na produção da borracha, contribuiu, ainda que minimamente, nas receitas da economia do estado. No demonstrativo de produtos exclusivamente sujeitos a tributos, a Borracha da Mangabeira e da Maniçoba apareceram na

---

<sup>190</sup> SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). t. 3. v. 1. 6ª. ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1997, p.361.

<sup>191</sup> Ibidem, p.345 – 390.

<sup>192</sup> APEB. Fundo: Secretaria de Aviação, Industria e Comércio. Cx: 2382. Mç:166. Doc.: 634 a 639, 1899.

quinta e sexta posição respectivamente, atrás do cacau, café, fumo e açúcar, no ano de 1920.<sup>193</sup> O couro e a pele, por sua vez, também contribuíram nas receitas do estado, “entre os anos de 1890 a 1906 a Bahia exportou 38.168 volumes de peles de cabras, equivalendo a 2.761,76 toneladas. No ano de 1911, foram exportados 458.745 quilos de peles, no valor de Rs.599:090\$500 (aproximadamente Rs. 1\$306 por quilo) ”.<sup>194</sup> Além da lucratividade advinda da comercialização desses itens, o comércio do próprio animal e da carne ofereceram aos criadores meios de angariar mais recursos:

Agora m[mo] tenho um freguez, comprou carneir<sup>o</sup>, quero ver se vendo a 13 cada; pelle está a 7r [sic]. [...].<sup>195</sup>

Aqui a carne e couro está gosando bom preço, a carne a 32r @, e o couro a 38r @, de sorte que, uma vacca da 4 @ de carne o accougueiro faz 180r, e um boi de 5 @ faz 200 r[...].<sup>196</sup>

As casas comerciais foram os meios que movimentavam a circulação de mercadorias para dentro e para fora do país, ou seja, exportando para o mercado interno e para o mercado externo. A Antonio Guimarães & Cia, fundada em 1867, manteve-se ativa nesse processo. Localizada em São Félix, no início do século XX, Plinio Moscozo & Cia<sup>197</sup> tornou-se os sucessores desta companhia, recebiam gêneros do país para serem direcionados a capital e ao exterior e importavam produtos da Europa e da América, comercializando uma intensa variedade de artigos, como: miudezas, ferragens, pólvora, aço, ferro, louças, espingardas, vinhos, açúcar, arroz, bolachas, etc.

<sup>193</sup> APEB. Fundo: Fundo: Secretaria do Interior e Justiça. Grupo. Gabinete. Serie: Estudos sobre expansão econômica. Caixa: 3450.Mç: 92. Data limite, 1924.

<sup>194</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p. 299.

<sup>195</sup> APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: correspondências remetentes fixos. Maço: remetentes fixos para Deocleciano da letra. A/D. Três Irmãos, 08 de maio de 1920. Correspondência incompleta.

<sup>196</sup> Correspondência remetida por Celso, de Curralinho, Monte Alto, para seu pai Deocleciano Pires Teixeira em Caetité. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: correspondências remetentes fixos. Maço: remetentes fixos para Deocleciano da letra. A/D, 01 de outubro de 1924.

<sup>197</sup> Conforme Kátia Mattoso, “as constantes mudanças de razão social mostram que as sociedades costumavam ser efêmeras: os sócios se separavam por mútuo consentimento, pela saída de algum, que era substituído, ou quando, após a morte de um deles, os herdeiros optavam por se retirar” (1992, p.495).

FIGURA IV:

## NOTA DA CASA COMERCIAL PLINIO MOSCOZO &amp; C.



Fonte: APMC. Fundo: Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –Uneb. Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca: Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo funcional: Inventario. Inventariado: Joaquim Alves Netto, Cx. 139, Mç:07, 1909.

De maneira similar, atuou o negociante Gustavo Bezerra de Araújo, que tinha sua casa de negócio em Bella Flor, termo de Monte Alto, na praça da feira. Ao comercializar mercadorias como: tecidos, miudezas, ferragens, chapéus, perfumarias e armas de fogo, e remeter gêneros do país a Salvador e Recôncavo Baiano, manteve-se em contato com importantes negociantes aí estabelecidos. Merece destaque o comércio da maniçoba mantido com a firma Hirsch, Hess & Co. Fundada em 1888 compunha-se de sócios estrangeiros, como, J. Henry Hirsch, natural de Nova York, tendo aí uma firma em sociedade com Adolph Hirsch, que também foi sócio da citada firma – voltada ao negócio de diamantes e borracha - e o alemão Sigmund Hess. A firma funcionava como exportadores de produtos, a saber: couros, peles, borracha, cera, penas, diamantes e carbonatos. Como as transações de Gustavo Bezerra de Araújo eram voltadas a maniçoba, elas atenderam ao vigoroso comércio da borracha. Observamos no quadro abaixo, que as remessas realizadas por Gustavo Bezerra foram constantes no ano de 1911.<sup>198</sup>

<sup>198</sup> Adolph Hirsch foi presidente e tesoureiro da Diamond Drill Carbon Co. New York, onde T. Henry Hirsch foi vice-presidente. Em 1904 adquiriram uma propriedade, com 54 milhas quadradas de plantações de borracha, no estado do Piauí. Na primeira colheita, em 1910, foram colhidas 25 toneladas de borracha, em 1911 excedia 40 toneladas. A firma possuía ainda uma instalação para o preparo da borracha, próxima à estação da Estrada de Ferro da Bahia e um armazém para classificação de couros e peles. Informações publicadas às vésperas da Primeira Guerra Mundial no volume “Impressões do Brasil no século XX” para avaliar as condições do Brasil, editada em 1913 e impressa na Inglaterra por Lloyd’s Greater Britain Publishing Company, Ltd. In: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g42g11.htm>> Acesso: 04, de agosto, 2015.

## QUADRO V:

SALDOS DE TRANSAÇÕES EFETIVADAS ENTRE GUSTAVO BEZERRA DE ARAÚJO E A  
FIRMA HIRSCH, HESS & CO – 1912

Ano	Descrição	Débito	Crédito
1911			
Julho 1º	Saldo a nosso favor	Rs. 9:006\$480	
" " 25	Fretes com 7 fardos de Maniç	59\$460	
Dezembro 30	Juros 10% p, a.	138\$200	
	Créditos		
Agosto 17	Remessa de 2767 Kos de Maniç		7:378\$600
" "	" " 31 " " Mangb.		71\$500
Setembro 30	Balanço		1:747\$040
		Rs: 9:204\$140	9:204\$140
Outubro 1º	Saldo a nosso favor	Rs. 1:747\$040	

APMC. Fundo: Polo Documental de Caetitê e região. Universidade do Estado da Bahia –Uneb. Arquivo Público Municipal de Caetitê. Comarca: Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo funcional: Inventario. Inventariado: Gustavo Bezerra, Cx. 140, Mç:02, 1912.

Com a dinâmica firmada entre as casas comerciais da capital e as do Recôncavo Baiano com as do alto sertão foi possível a sua participação no comércio estadual, nacional e internacional, tanto através do escoamento de produtos sertanejos a distintas partes do mundo, como pela atuação dos negociantes na venda de mercadorias nacionais e estrangeiras no termo de Monte Alto. Além disso, muitos dos que tinham casa de negócio na vila ou nos arraiais investiram em atividades agropastoris, mais um ramo lucrativo do comércio estadual. Atentos às possibilidades de aumento e manutenção das fortunas, os negociantes, que predominantemente tiveram riqueza amealhada acima de Rs. 10:001\$000, transitaram da produção à circulação de mercadorias, inclusive como transportadores de mercadorias, através do lombo de mulas, bestas e burros.

## 2.1 O ir e vir de gente, animais e cargas

Resistentes a intempéries climáticas, a caminhos difíceis e a pesadas cargas, os muares constituíram-se preferencialmente como os animais a comporem as tropas. A partir do século XVIII, os cavalos perderam espaço para as mulas, burros e bestas. Mas, por não se reproduzirem, não atendendo assim aos interesses da coroa portuguesa, na segunda metade desse século, a criação desses animais chegou a ser proibida, entretanto, dada a utilidade no



transporte de mercadorias, pouco tempo depois foi a lei revogada. Ligando cidades, vilas e províncias, carregava-se sobre os lombos de muares e equinos, não apenas uma diversidade de mercadorias, mas também vivências, gostos e notícias. Um intercâmbio que se fazia a cada ponto de “pouso” e a cada destino final.

Ao longo do século XIX e início do século XX, a responsabilidade do transporte de produtos, de correspondências e de viajantes pesavam na bagagem das tropas e tropeiros. As tropas grandes ou pequenas<sup>199</sup>, compostas pelo tropeiro, camarada<sup>200</sup>, ferreiro, arrieiro<sup>201</sup>, cozinheiro, as pessoas do pouso, ou um número mais reduzido de ajudantes, conduziram por conhecidos e desconhecidos caminhos a dinâmica socioeconômica do Brasil, especialmente das regiões interioranas que mantiveram ativas transações com maiores centros de comércio e exportação. No caso da Bahia, a prática dessa atividade permaneceu com singular importância mesmo após a construção de ferrovias, visto que sua extensão não alcançou muitas regiões do estado, havendo a necessidade de parte do trajeto ser feito pelas tropas.

Para o período colonial, Jurema Mascarenhas Paes destaca:

Tropas de burros permitiram que o fumo das terras altas do “Sertão de Baixo”, bem como, o algodão, o couro, o ouro e diamantes do Alto Sertão se ingressassem no mercado de exportação. Permitiram também que o gado de corte criado no Sertão e nas províncias de Pernambuco e Piauí e o Sul do São Francisco e do Rio Carinhanha movimentassem o mercado produtor interno da colônia, juntamente com a policultura, [...]. E todos, em contrapartida, recebiam da cidade do Salvador, melhor dizendo, “da Bahia”, as modas e modos por ela polidos ou incorporados de fora.<sup>202</sup>

Adentrando nos períodos subsequentes, tropas e tropeiros continuaram a transitar pelas vias do estado. No alto sertão, os minérios não mais correspondiam a uma das principais riquezas a ser extraída e exportada, no entanto, o algodão, o couro, o gado vacum, e outros gêneros da agricultura deram vitalidade a essa prática, mantendo ativo a venda e compra de mercadorias que vinham e adentravam no estado pelo porto de Salvador, São Félix, e estados como Minas Gerais, ou mesmo de lugares vizinhos, em que tropas menores podiam atender ao transporte dos produtos:

As tropas pequenas podiam ter apenas sete mulas o que equivale a um lote. Circulavam por distancias pequenas de uma cidade para outra, de pequenas fazendas para as feiras das cidades, estavam mais ligadas á subsistencia e a

---

<sup>199</sup> A definição de tropa grande ou pequena depende da composição de alguns fatores, como: o número de burros, o número de camaradas e as diferentes funções dentro da tropa, além do que os tipos de mercadorias que levavam e as rotas que faziam, se eram de longa ou de curta distância. (PAES, 2001, p.76)

<sup>200</sup> Indivíduos de vida modesta que prestavam os mais variados serviços a terceiros.

<sup>201</sup> Conforme Jurema Mascarenhas Paes (2001, p.69) era aquele que dirigia a comitiva e tinha também a seu cargo o cuidado dos animais.

<sup>202</sup> PAES, Jurema Mascarenhas. Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001, p.54.

uma economia local; tropas grandes geralmente tinham de três a mais lotes de burro, sendo que em cada lote poderia compor-se sete a doze mulas. Faziam transporte para maiores distancias, vendiam mercadorias e faziam serviços de fretes.<sup>203</sup>

No trajeto percorrido por Theodoro Sampaio, entre o Rio São Francisco e Caetité, vislumbrava-se aspectos de caminhos que cotidianamente eram percorridos pelos tropeiros, seja com destino final a Monte Alto ou a Caetité, seja para a capital ou Recôncavo Baiano.

Entretanto, vamos sucessivamente cortando o leito de números ribeiros sem agua, de lagôas que seccaram e de banhados convertidos em perigosos atoleiros [...].

Na fazenda da Lagôa do Pato, meia légua mais adiante, já não havia senão brejos, a lagôa desaparecera. Na fazenda do Caldeirão, cujo nome lhe vem de uma dessas bacias naturaes aqui tão frequentes nos braços graníticos, a agua que havia era a que se guardara de um anno para outro, no grotão de pedra, onde o gado vinha beber um liquido escuro coberto de plantas aquáticas.

A estrada, sempre a Nordeste com ligeiras deflexões a Les-Nordeste, atravessa mais adiante, cerca de um quarto de legua do Caldeirão, outro riacho secco; mas logo após envereda por um terreno alagadiço e extenso que é mister contornar pela direita, mas que de facto é obrigada a cortar em mais de um ponto, atolando os animaes, desconcertando as cargas, atrasando a marcha.<sup>204</sup>

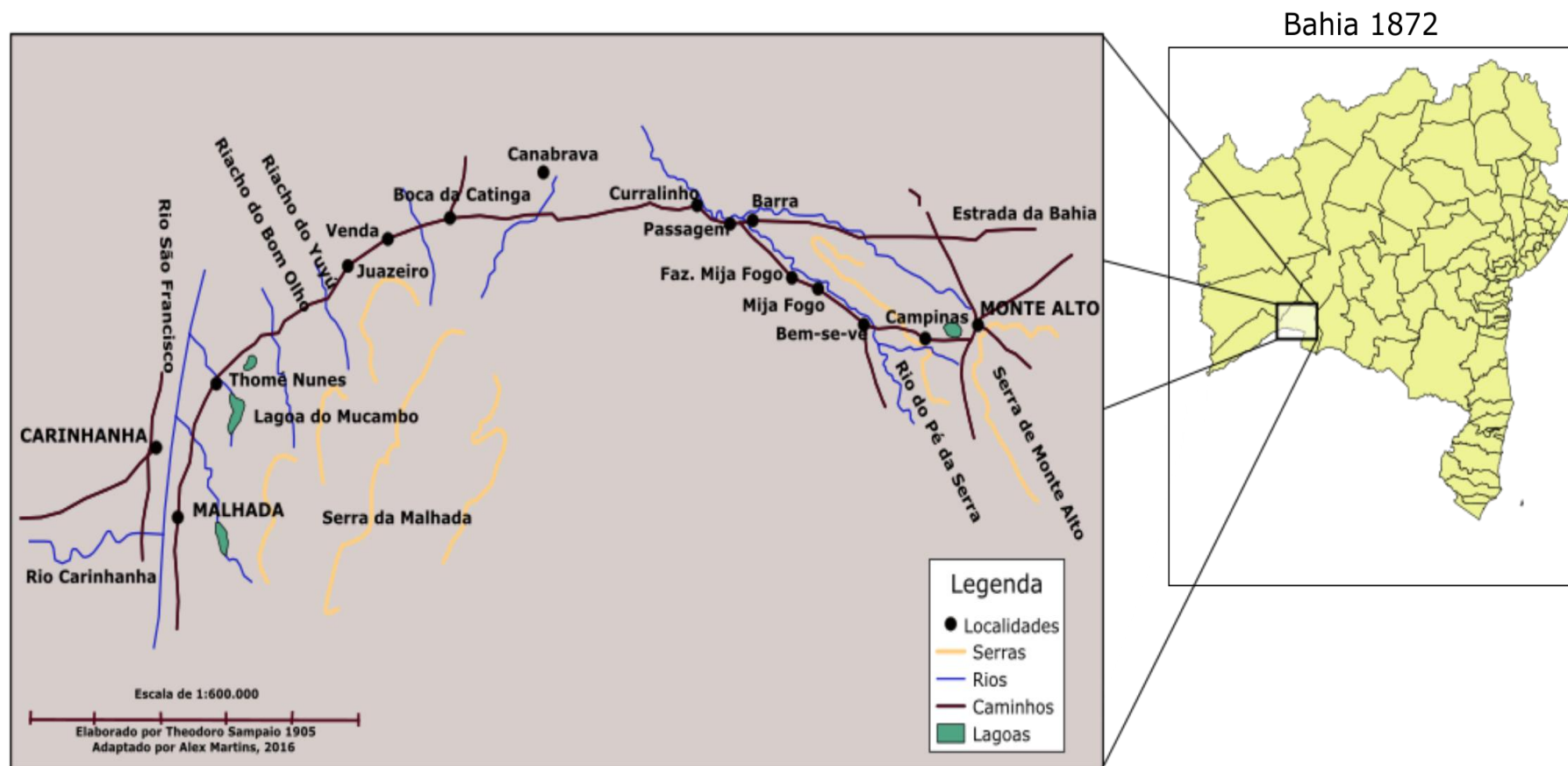
Ao se referir, especificamente, à saída da vila de Monte Alto em direção a Caetité, passando por algumas fazendas ainda em Monte Alto como “Lagôa do Pato” e “Caldeirão”, Theodoro Sampaio registrou as dificuldades advindas das características dos terrenos e do clima da região. Se secos, riachos, tanques e lagoas eram facilmente atravessados, entretanto não se podia contar com água para as tropas e tropeiros, se prestes a secarem o risco de ficarem presos em atoleiros era eminente.

---

<sup>203</sup> PAES, Jurema Mascarenhas. Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001, p.76.

<sup>204</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.101/102

MAPA II: MAPA CONTENDO O TRECHO ENTRE CARINHANHA E MONTE ALTO, DESENHADO POR THEODORO SAMPAIO EM 1879



Fonte: Sampaio (1905, p.98). Adaptação realizada em parceria com Alex Martins e Junívio Pimentel, 2016.

Apesar disso, importantes negócios foram efetivados nessa região. Como por exemplo, Lúcio de Souza Pinto, inventariado no ano de 1900, que manteve um negócio no rio São Francisco, em sociedade com seu genro Gustavo de Souza Lima. Especificações sobre a atividade desenvolvida não são fornecidas, mas talvez tratava-se de alguma casa de negócio. A correspondência da firma Antonio Fran[co]. Brandão & C<sup>a</sup>, presente no inventário, denota que transações foram efetivadas com o inventariado:

respondemos juntando copia da carta q[e] em 25 de julho de 1892 escrevemos ao finado e que esclarece a intervenção que tivemos na colocação de 6:000\$000 remetidos por intermédio de nossa caza filial em Caetité e que hoje pertence em partes iguaes a Braulina, Eufrosina e Nylo, filhos daquele nosso amigo; de acordo com as cadernetas.<sup>205</sup>

Ainda, nas dívidas ativas declaradas no auto de inventário consta a de Gustavo Francisco Lopes no valor de Rs. 547\$650 provenientes de utensílios para cavalos, “um sibão e um par de esporas”; alugueis de pastos para cavalos; viagens para Caetité, Almas e Caculé<sup>206</sup>; gêneros alimentícios, milho, farinha, café e peixe; couros para sobrecapa de selim e dinheiro. Esse mesmo senhor, ficou devendo também 46 couros de vaca na importância de Rs. 123\$000. Os negócios realizados entre Gustavo Francisco Lopes e Lucio de Souza Pinto sugerem que ambos exerceram atividades comerciais em outros lugares, além das dívidas citadas, o genro do inventariante declarou que foi até a cidade de Vitória<sup>207</sup> para realizar uma cobrança à Austina & Cia na importância de Rs.7\$500. Presume-se, a partir dos tipos de gastos realizados pelo devedor, que havia envio de alguma mercadoria ou negócio a ser resolvido em cidades vizinhas, o que dá pista para uma provável dedicação do credor na prática tropeira. Os animais cavалares, éguas, cavalos, burros e bestas passeiras, além de poder ter servido à citada prática, foram também direcionados ao trato e comercialização do gado vacum, mais uma atividade que garantiu o intenso trânsito comercial a partir das vias sertanejas. Entre as mais de 500 cabeças de gado vacum pertencentes a Lucio de Souza Pinto, 70 foram descritas como bois castrados, o que indica uma separação para fins de engorda e direcionamento aos mercados baianos.

<sup>205</sup> Correspondência anexada no inventário post mortem de Lucio de Souza Pinto e D. Virginia de Souza Pinto. Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Mç: 45, 1900.

<sup>206</sup> Desmembrado do território de Caetité, em 1880, o município Boa Viagem e Almas, recebeu em 19 de agosto de 1902 sua atual denominação de Jacaraci. Conforme dados do IBGE, está a 719 km de Salvador, localizado no sudoeste baiano, com economia centrada na agropecuária, conta atualmente com uma população estimada em 15.380 habitantes. Também desmembrado do território de Caetité, o município de Caculé criado em 1919, está localizado no sudoeste baiano, distante cerca de 782 Km da capital, com uma população estimada para o ano de 2014 de 23.392 habitantes.

<sup>207</sup> Antigo Arraial da Conquista, e posteriormente, em 1840, Vila da Vitória, compreende o atual município de Vitória da Conquista, localizado no sudoeste baiano a cerca de 509 km da capital, conta com população estimada em 340.199 habitantes, e um singular crescimento econômico, estando entre as maiores economias do estado.

O comércio de gado era muito trabalhoso e difícil, pois começava com a saída dos animais das fazendas e daí percorriam longas distancias até chegar aos principais centros de consumo. Com as longas caminhadas, o gado chegava magro e em péssimas condições para o abate, e isso se refletia no preço do animal, o qual nem sempre correspondia ao valor equivalente ou esperado pelo proprietário.<sup>208</sup>

Nesse trânsito, além dos tropeiros que lidavam com a responsabilidade do transporte de mercadorias, estavam os vaqueiros, responsáveis pelo transporte da boiada e também de outras atividades desenvolvidas nas fazendas, tais como pastoreio, ferrar e juntar o gado. “Foi um trabalhador próximo ao fazendeiro, seu trabalho, obediência e solidariedade foram para a casa de sede, seu mundo era diferente daquele do trabalhador ordinário das lavouras.”<sup>209</sup> Nas fazendas, possuía morada, “casa pequena, conhecida por casa de vaqueiro”, alimentação, realizada por mulheres como “Victorinna Felippa de Jezus, [...] cozinheira para vaqueiro”.<sup>210</sup> Conhecedor do trato com o gado e de confiança dos fazendeiros, comumente recorria-se ao seu testemunho para prestar algum esclarecimento sobre a criação: “o gado tiveram a perecer com as secas, sete cabeças, cujas provas não apresenta porque acredita, que o Ilm. Snr Juiz julgada não dividirá desta verdade, tendo, apesar disto, testemunhas com os vaqueiros”.<sup>211</sup>

Com tamanhas atividades atribuídas a esses indivíduos, é possível notar o quão importante foram para a efetivação de muitos negócios, como aqueles realizados por Francisco Teixeira de Araújo. As anotações de Deocleciano Pires Teixeira, em seu livro de registros contábeis, apresentadas no quadro abaixo, levam a perceber um pouco da intensidade e quantidade de gado comercializado.

#### QUADRO VI:

#### VENDA DE GADO REALIZADO POR FRANCISCO TEIXEIRA ARAÚJO, TERMO DE MONTE ALTO - 1907

Ano	Quantidade	Valor total
25 de maio de 1907	Importância de 99 bois recebidos para serem encarregados em janeiro na fazenda Curralinho á 40r	3:960r
Idem	Importância de 111 bois recebidos para serem encarregados em fevereiro no rio das rãs	4.440r
Idem	Importância de 102 bois recebidos para serem encarregados em maio no rio das rãs e Mocambo	4:080r

<sup>208</sup> NOVAES, Idelma Aparecida. Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p. 92.

<sup>209</sup> RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 10, 1998, p.141.

<sup>210</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Antonio Rodrigues de Souza Mç:38, 1889.

<sup>211</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Ernesto Pereira de Souza e Costa. Cx: E, 1904. Documentação não catalogada.

Idem	Importância de 68 bois recebidos para serem encarregados em maio no rio das rãs e mocambo	2:720r
Idem	Importância de 44 bois recebidos para serem encarregados no rio das rãs	1:760r

Fonte: APMC. Fundo: Casa Anísio Teixeira. Grupo: Livro Caixa. Série: Registro Contábeis (receitas/despesas). Receitas e despesas de Francisco Teixeira de Araújo – Monte Alto. Mç: 02, 1857/1930.

A partir das informações documentadas no inventário da companheira de Francisco Teixeira Araújo, Cordula Honorina de Castro Teixeira, o envolvimento com a criação e comercialização do gado torna-se ainda mais intenso. Com um monte-mor constituído pelo valor de Rs. 76:485\$582, mais da metade se referiu a criação bovina, Rs. 41:520\$000. Foram arrolados 2.052 cabeças de gado que estiveram espalhadas pelas fazendas a eles pertencentes, sendo: 330 na Fazenda Pajahú; 292 na Fazenda Riacho, situada em Carinhanha; 1.310 na Fazenda Boa Vista, também situada em Carinhanha; 120 na Fazenda Curralinho, termo de Bom Jesus da Lapa.<sup>212</sup>

Como o principal destino das boiadas sertanejas era atender os mercados da Capital e da Região litorânea, certamente as vendas realizadas por Francisco Teixeira de Araújo foram direcionadas para esses locais. O mercado de Salvador recebeu também criações de estados, como Minas Gerais:

Levar boiadas do Jequitinhonha para Vitória da Conquista e daí a Salvador era um estirão de quase 1.000 quilômetros e os bois viajavam 20 ou 40 quilômetros num dia. O mercado baiano foi promissor e único até os trilhos chegarem a Montes Claros no final dos anos 20.<sup>213</sup>

No que se refere ao comércio regional, o gado criado nas fazendas em Monte Alto também foi fortemente comercializado, atendendo a diversos fins:

O Leobino desistio do negocio, disendo-me, que o gado não servia para elle, por estar descarnado o que servia para os compradores d´aqui q não tinha, que viajar com o gado; elle ficou de apparecer a Vm[ce]. Estou ajuntando os 100 bois para o Jayme; elle que manda uma pessôa para receber e levar, conforme elle ficou de mandar. [...]

O Leolino depois que chegou na Lapa escreveu-me para mandar ajuntar as 90 vaccas que elle comprou. Respondi, que, ficando desfeito no negocio dos treis ficaria também a das vaccas que devido os preços atoaal, só podíamos vender a que tínhamos para matalotagem a 130.000.<sup>214</sup>

<sup>212</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariada: Cordula Honorina de Castro. Cx: C, 1907. Documentação não catalogada.

<sup>213</sup> RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 10, 1998, p.161.

<sup>214</sup> Correspondência remetida por Celso, de Curralinho, Monte Alto, para seu pai Deocleciano Pires Teixeira em Caetité. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: correspondências remetentes fixos. Maço: remetentes fixos para Deocleciano da letra. A/D, 01 de outubro de 1924.

Se não havia condições de serem conduzidos a outras regiões, o consumo se fazia localmente. A matalotagem foi uma forma de comercializar o gado, que abatido era direcionado, especialmente, “para fornecer a carne da alimentação dos indivíduos que estejam em viagem ou afastados de seus penates. Numa junta ou rodeio, numa boiada em trânsito, numa festa...”.<sup>215</sup> Foi então mais “uma renda que a criação de gado oferecia aos proprietários. Em região de trânsito corrente de boiadas para exportação, foi expressivo o consumo de mantimentos por vaqueiros, passadores, tangedores, guias e também tropeiros”.<sup>216</sup>

Vale notar, que tanto no transporte realizado pelas tropas quanto pelos vaqueiros, os custos somados ao final eram altos, sem contar com os possíveis prejuízos que podiam ocorrer com a morte, roubo ou perda de uma rês e gado cavalariço. A esse respeito, Idelma Aparecida Novaes<sup>217</sup> destaca que, como estratégia de reduzir os custos, muitos fazendeiros costumavam enviar mercadorias junto com o transporte das boiadas. Situação que talvez fora vislumbrada por sertanejos como Lucio de Souza Pinto. Entretanto, em tempos ruins, sobretudo aqueles anunciados pela seca, não tinha muito o que se fazer em relação aos prejuízos, pois os preços tendiam a cair:

Devido, como sabe não vendo meus bois este anno [sic] da secca; tem havido chuvas como consta-me pelo Graciliano Barbosa chegado a [sic] dias do Mundo Novo, tendo feito péssimo negocio e m[itos] prejuízos; ali gados quase sem preços, ou m[to] baratinho; - despesas excessivas etc. Se melhorar as cousas venderei; ainda m[to] barato. O meu commecio [...] m[to] parado, [...].<sup>218</sup>

O trajeto, que mesmo em épocas ruins, levava boiadas e tropas sertanejas a alcançarem lugares como Mundo Novo e Feira de Santana, mais próximos do Recôncavo baiano e da capital, foi descrito por Theodoro Sampaio, que de Monte Alto a Caetité:

[...] partem para leste e para nordeste as duas estradas que levam à Bahia: uma, mais directa pela villa do Bom Jesus dos Meiras em direção a Maracás e outra mais longa, através das montanhas, passando pela villa das Minas do Rio de Contas e pelo Sincorá. Para Minas Geraes partem também duas estradas principaes; a que leva ao rio de S. Francisco, o arraial dos Morrinhos, passando pela freguesia de Umburanas e Duas Barras, e outra na direcção do Sul pelos Furados e freguesia das Almas, levando de um lado, à villa do Rio Pardo e de outro à villa de Montes Claros, nas cabeceiras do rio Verde Grande. Para o

<sup>215</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.227.

<sup>216</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.231.

<sup>217</sup> NOVAES, Idelma Aparecida. Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p.97.

<sup>218</sup> APMC. Fundo: Acervo Casa Anísio Teixeira. Série: Celsina Teixeira Ladeira. Grupo: Cartas de Deocleciano. Cx: 02. Data-limite: 1906-1919, 25 de abril de 1908. Correspondência incompleta.

Norte sahe a estrada de Cannabrava que, por Macahubas e pelo valle do Paramirim, leva á cidade da Barra. Na direcção Noroeste vae a estrada do Urúbu com trajecto pelo Bonito, Riacho de Santa Anna e Bom Jesus da Lapa, em quanto que para o Oeste em direcção de Monte Alto e à Carinhanha, através do valle do rio das Rãs, se prolonga a estrada geral, a mais antiga que da região do litoral penetrou nestes sertões.<sup>219</sup>

Vicente Ferreira da Silva Papagaio, certamente transitou por esses caminhos, proprietário de vinte e quatro animais cavallares, entre cavalos, éguas, poldros, mulas e burros, dos quais seis arreados, comercializou “carga e meia de algodão em lam, com o pezo de noventa killos, cada carga avaliada a 50\$000”, “quatorze cargas e meia de algodão em capucho, cada avaliada a 40\$000” e “dezesseis arrobas de café, cada arroba avaliada a 10\$000”.<sup>220</sup> As propriedades pertencentes a Vicente eram modestas, sendo uma manga em volta da casa feita de adobes e enchimentos, com dois quartos, e duas partes de terras na Fazenda Santa Roza, assim, talvez, alguns desses produtos, como as arrobas de café foram adquiridas em outras regiões afim de repassar a comerciantes locais.

Essa atividade também foi exercida por Simão Rodrigues de Novaes, com propriedades no termo de Areias, a saber, “uma tarefa de terras de vinte e duas braças beneficiados com cafezais, calculada em dois mil e tantos pez”, com herdeiros aí residentes, percorreu com seus “noves burros tropeiros arreados”<sup>221</sup> caminhos que iam desse termo e de cidades vizinhas a Monte Alto, e vice versa. Considerando que dentre as estradas de rodagem as “mais importantes [são as] que comunicam o município com o alto sertão e os visinhos municípios de Jequiariçá, Amargosa, Valença e Aratuhye”,<sup>222</sup> a remessa e aquisição de produtos tendiam a ser frequentes. O termo de Areia produzia e exportava gêneros como café, fumo em folha e em corda, cachaça, farinha de mandioca, óleo de copaíba, feijão, milho, ainda gado vacum, rapaduras, couros secos e salgados e várias espécies de legumes e cereais, além da fabricação de telhas, louças de barro e artefatos de couro.

Nesse movimento mercantil, a figura do tropeiro foi emblemática. Para José Alípio Goulart<sup>223</sup>, ele era o dono da tropa, responsável por conduzi-la e efetuar os negócios. Já para

<sup>219</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de são Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.112/113.

<sup>220</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Vicente Ferreira da Silva Papagaio. Mç: 40, 1893.

<sup>221</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Simão Rodrigues de Novaes. Mç: 42, 1895.

<sup>222</sup> Descrição sobre o município de Areias. Hemeroteca digital Nacional. Almanak, Commercial e Litterário do Estado da Bahia. Ano: 1889, p.570-571.

<sup>223</sup> GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.



Alcir Lenharo<sup>224</sup> é preciso ir mais além, perceber o tropeiro imerso em um contexto amplo da sociedade, superando estereótipos e afastá-lo de visões que os colocam às sombras dos proprietários. Para esse autor, há uma relação de complementariedade entre tropeiro e proprietário e comerciantes, o que garantia um desempenho mais eficiente nas atividades econômicas.

Nos casos de Vicente Ferreira da Silva Papagaio e Simão Rodrigues de Novaes, a definição de Goulart representa a relação estabelecida entre eles e as tropas que circulavam pelo estado, entretanto, especialmente no que se refere a Vicente Ferreira da Silva Papagaio também apresenta elementos que permitem aproximá-lo da visão de Lenharo, já que possuía algumas propriedades, ainda que modestas, onde produzia gêneros agrícolas. Mas nem sempre as tropas sertanejas foram conduzidas pelo dono; camaradas e outros empregados também se responsabilizavam por essa atividade, em especial para aqueles mais aquinhoados.

Possuidor de uma fortuna que alcançou a soma de Rs. 86:720\$033, o Tenente Coronel Theodulo de Moura e Albuquerque certamente contou com os serviços de empregados para guiar “os burros cargueiros” quando destinados a aquisição de mercadorias na capital baiana. Tendo apenas duas filhas, uma já falecida, Adélia de Moura Gondim e outra, dona Maria Amanda de Moura Gondim, casada com Clemente Ottoni Silva Gondim, residentes em Maracás, ele tinha que cuidar da comercialização de fazendas e miudezas em sua casa de negócio e das demais propriedades e investimentos, como a pecuária, ficando a cargo de empregados a lida com a produção e transporte de produtos.<sup>225</sup> Já Anna Joaquina de Castro Brandão e Porfirio José Brandão Filho, também possuidores de uma casa de negócio em Monte Alto, tiveram que recorrer a fretes ou alugueis de tropas para que mercadorias como peças Valença, dúzias de chinelos e lenços, chegassem à sua loja, visto que no arrolamento dos bens pertencentes ao casal, não houve menção a nenhum gado cavalari e imóvel rural.<sup>226</sup> Sobre os fretes, Lycurgo Santos Filho destaca que era uma atividade compensadora, mesmo com os gastos despendidos durante as viagens:

Em 1820 e 1821, cobravam os tropeiros, de frete, 8\$000 por uma carga de algodão transportada por um animal, do Campo Sêco “para baixo” (S. Félix ou, talvez, Salvador). Parentes de Pinheiro Pinto, como o seu filho e herdeiro Inocência, transportaram por êsse preço o algodão do velho fazendeiro em

<sup>224</sup> LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.107/109.

<sup>225</sup> Fundo: Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –Uneb. Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca: Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo funcional: Inventário. Inventariado: Tenente Coronel Theodulo de Moura e Albuquerque. Cx: 138, 1899.

<sup>226</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Inventariado: Anna Joaquina de Castro Brandão e Porfirio José Brandão Filho. Mç: 41, 1894.

mais de uma viagem. Nesse caso, todas as despesas da tropa corriam por conta do tropeiro, sendo que a este pertencia os animais.<sup>227</sup>

Fretadas ou próprias, composta por alguns poucos animais e responsáveis pelas cargas, as tropas sertanejas transitaram cotidianamente entre as vilas, povoados, cidades vizinhas e outras localizadas mais próximas da capital do estado. Nesse ir e vir, certamente muitas se encontraram pelos pontos de pousos e caminhos percorridos, considerando que:

Durante os séculos XVIII e XIX havia três principais rotas do comércio do sertão baiano, que se articulavam com estradas locais. A primeira – via rio São Francisco – onde se realizava um comércio ativo de carne seca e sal extraído da terra. Por esta via, chegava-se a Januária –MG, região produtora de aguardente e rapadura, a São Francisco das Chagas, atual Barra, produtora de sal (extraído da terra) e a Carinhanha. Por ali realizava o abastecimento de aguardente e rapadura para os chamados “currais da Bahia” e estes últimos abasteciam a região mineradora com e carne seca [...]. A segunda via se fazia pelo rio Paraguassú. Este circuito ligava o Recôncavo Baiano (Nazaré, Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas) e desta para o rio São Francisco. Por esta via comercializavam-se todos os gêneros [...]. A terceira via passava pela estrada de Juazeiro, um importante entrocamento que apresentava proximidade com o Piauí e Pernambuco. Por este circuito realizava-se o comércio de algodão e gado com o Piauí, de onde se trazia borracha de maniçoba, cera de carnaúba, importantes para o fabrico de sabão e vela.<sup>228</sup>

Entre Monte Alto e Caetité (Mapa 02), além dos tropeiros, vaqueiros e boiadeiros, os mascates também percorriam esses trajetos que os levavam a vilas e povoados vizinhos, comercializando “pequenas coisas como sabonetes, rendas, espelhos, jóias entre outras coisas. Mesmo a pé, o mascate caminhava longos caminhos indo de vila em vila com seu malote levando novidades”.<sup>229</sup> Mantendo-se bem equipado para realizar a venda de suas mercadorias na região, com utensílios como par de botas, brida de ferro, esporas de prata, selim de montaria, ainda burros encangalhados e trinta cavalos mansos, o mascate Carlos José de Souza não parece ter sido adepto a longas caminhadas a pé. Provavelmente, o volume das mercadorias, como cargas de algodão e outros produtos adquiridos na Casa Brandão, impossibilitava o transporte sem o auxílio dos animais cavaleiros.

<sup>227</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.256.

<sup>228</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes Pires. O crime na cor: escravos e forros no alto sertão – 1830/1888). São Paulo: Annablume, 2003, p.40.

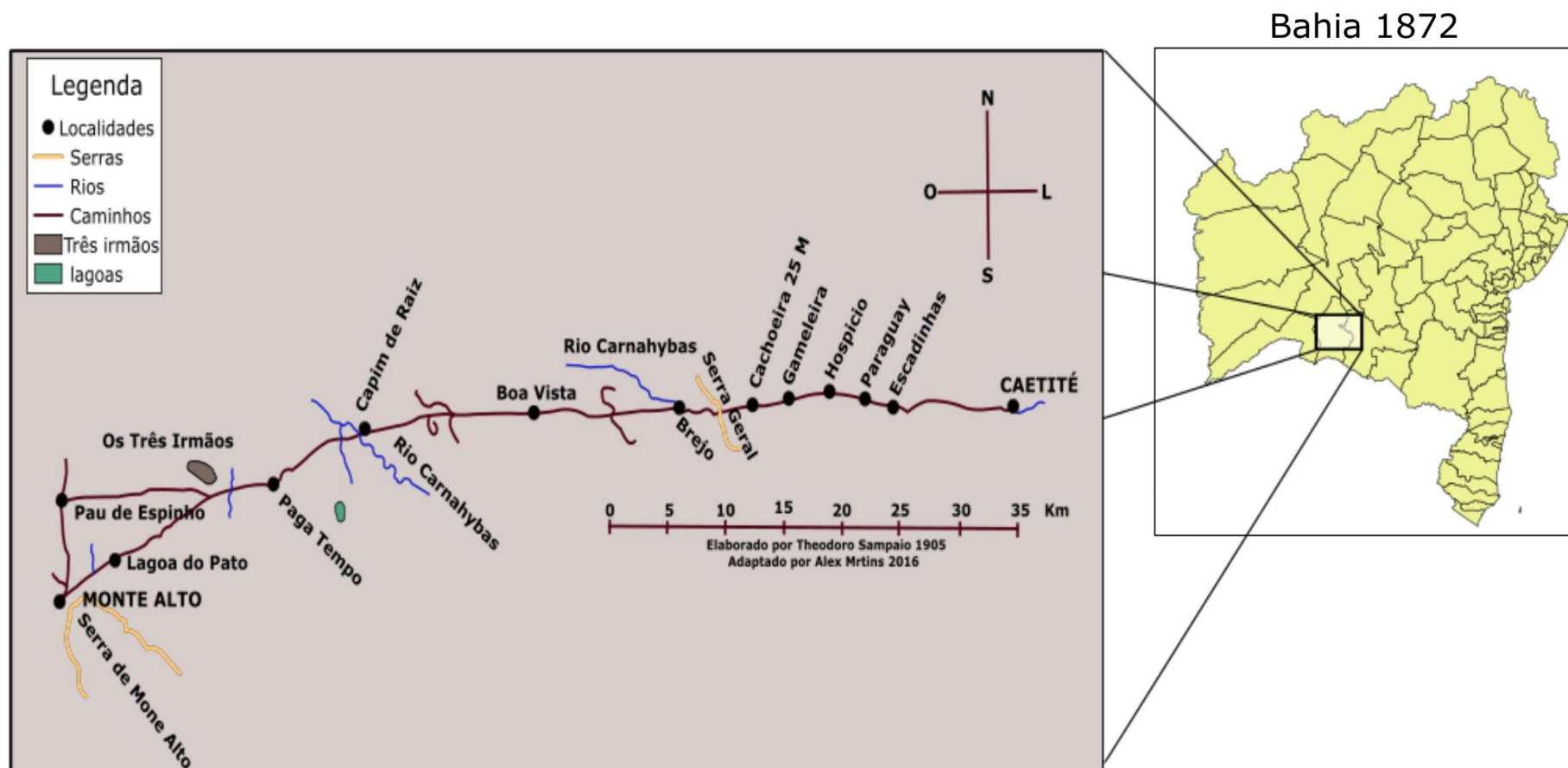
<sup>229</sup> NOVAES, Idelma Aparecida. Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p. 103.

A relação de dívidas ativas que chegou a um valor de Rs. 1:858\$683 e dívida a comerciantes da capital, demonstram que Carlos José de Souza esteve bem articulado e que mantinha um negócio rentável. A riqueza amealhada no auto de inventario do mascate e também professor, alcançou a soma de Rs. 12:669\$991.<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Inventariado: Carlos José de Souza. Mç:35, 1885.

MAPA III: TRAJETO ENTRE MONTE ALTO E CAETITÉ, DESENHADO POR THEODORO SAMPAIO EM 1879



Fonte: Sampaio (1905, p.105). Adaptação realizada em parceria com Alex Martins e Junívio Pimentel, 2016.

Ao contrário dos mascates, que geralmente percorriam trechos menores, se comparado a outros viajantes, os tropeiros ao cortar diferentes caminhos e regiões tinham certo em seus roteiros a parada em algum arraial ou povoado para o descanso. Pernoitar nos pontos de “pouso” constituía-se como parte da prática tropeira e da dinâmica socioeconômica de alguns lugares, construía-se ranchos para que eles tropeiros e outros viajantes pudessem descansar. Traziam renda e movimento ao comércio de arraiais como Bella Flor, gerando “um pequeno comércio, tendo a venda como o principal ponto. Esse local, o rancho, propiciou o surgimento de lugarejos, como é o caso de Jequié, região de pouso, de engorda e de criação de bovinos”.<sup>231</sup>

Em Monte Alto:

Procedentes do rio São Francisco, vinham as *tropas sertanejas* acolherem-se em Palmas de Monte Alto. Deste lugar existiam dois caminhos: o primeiro era o *roteiro dos baixios*, que passava pelas fazendas do *Lameirão*, do *Minador*, da *Lagoa Funda*, e da *Lagoa da Espera*, onde a parada para o descanso era maior. Daí seguia-se este roteiro para a decadente comunidade de *Juazeiro*, *Tanque do Juazeiro* donde, transpondo do *Gonçalo*, chegava-se finalmente ao “*pouso*” (Beija-Flor).<sup>232</sup>

Ao passar por Milagres, na Chapada Diamantina, Theodoro Sampaio também observou que o pequeno povoado com mais ou menos trinta moradores “tinha o seu commercio animado, como pouso que dos tropeiros que demandam os sertões de Maracás, do Brejo Grande, do Bom Jesus dos Meiras, de Caetité e das regiões mais longínquas do norte de Minas e do valle do S. Francisco”.<sup>233</sup> Desse modo, direta ou indiretamente, o tropeirismo muito contribuiu para a economia de distintas e distantes regiões da Bahia. Da vida em movimento pelos pousos e estradas do século XIX, eles adentram o século XX ainda carregando a dinâmica socioeconômica sob os cansados lombos de mulas, bestas e burros. Em entrevista cedida a historiadora Jurema Mascarenhas Paes, Altamirando descreveu algumas especificidades do caminho que percorrera:

Altamirando trabalhava em uma tropa pequena que possuía uma rota de costume, seguia de Monte Alto até Jacobina. A viagem demorava oito dias. Transportava mamona, couro, pele, cera de carnaúba e trazia os produtos industrializados sal, tecidos, miudezas que vinham de Salvador pela estrada de ferro até Jacobina. Era uma tropa voltada para atender às

<sup>231</sup> NOVAES, Idelma Aparecida. Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p. 108.

<sup>232</sup> COTRIM, Dário Teixeira. Breves Notas sobre a origem do Município de Guanambi. Plurarts – Belo Horizonte (MG), 2001, p.60.

<sup>233</sup> SAMPAIO, Theodoro. O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905, p.171.

necessidades de consumo básicas da cidade de Monte Alto onde habitava Altamirando.<sup>234</sup>

Por mais que as ferrovias não chegassem ao alto sertão baiano, a expansão delas – ainda que insuficientes - agilizou o processo de escoamento das mercadorias, que vindas de Salvador chegavam a Jacobina, e daí ganhavam diferentes destinos. Semelhante importância, foi a estação de Machado Portela,<sup>235</sup> que agilizou tanto no trânsito de produtos como de pessoas, integrando:

Conforto e redução de tempo às viagens das populações do alto sertão à capital da província. Centro de remessa e distribuição de mercadorias, para lá eram remetidos por tropas os produtos da lavoura e pecuária que, despachados por comissários ou em consignação, abasteciam os mercados de São Félix e Salvador. Da estação chegavam produtos manufaturados, fazendas, ferragens, secos e molhados, que abasteciam Caetité, vilas e povoados adjacentes.<sup>236</sup>

Além desses locais, produtos também foram remetidos de e para Minas Gerais a partir da condução efetuada pelos tropeiros. O frete de uma tropa até a citada estação ficava em torno de “25\$ pouco mais ou menos por uma carga de 120 Kilgs de mercadorias, pegada em Machado Portella ou em Curvello. Para Machado Portella o frete de 1 carga de café, couros, etc. é de 10\$ por 100 kilgrs e 20\$ a 25\$ para Curvello por uma de algodão”.<sup>237</sup>

Desse modo, interligadas diretamente ou não às vias férreas, vaqueiros e tropeiros foram o cordão umbilical que ligou essas terras àquelas mais longínquas. Com tropas guiadas pelos donos, funcionários, próprias ou fretadas, importaram e exportaram bagagens carregadas de distintas mercadorias e vivências. Quando o som do cincerro<sup>238</sup> pendurado no pescoço da madrinha – animal que geralmente ia à frente da tropa - anunciava o retorno dos tropeiros, era certo compartilhá-las nas vendas, mercados e na feira livre, ambientes de negócios e de marca da experiência humana, da vida cotidiana do homem comum.<sup>239</sup>

<sup>234</sup> PAES, Jurema Mascarenhas. Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001, p.80.

<sup>235</sup> Conforme Paulo Henrique Duque Santos (2014, p.18), o povoado de Machado Portela situava-se no distrito de Tamburi, que pertencia ao município de Maracás. Tamburi foi elevado à categoria de município em 1962, e o seu topônimo foi modificado para Marcionílio Souza. No ano de 1888, foi inaugurada a estação ferroviária de Machado Portela, que ligava o sertão ao Recôncavo baiano.

<sup>236</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léguas Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.50.

<sup>237</sup> NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal, Estado de Minas Gerais, 1906, p.297. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2015.

<sup>238</sup> Espécie de sineta, cuja sonoridade servia para guiar o restante da tropa.

<sup>239</sup> BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. Projeto História, nº 12, São Paulo, 1995, p.95- 107.

## 2.2 É dia de feira!

“[...] Apesar da feira cara, o povo [...] folga e ri, toca foguetes, baila. Samba, queima buscapé e canta”.<sup>240</sup>

Partindo do mercado nacional ou internacional, cruzando estradas de rodagens e vias férreas, o intenso fluxo de variados produtos, chegavam ao comércio de vila e povoados, que antes de adentrarem nos lares dos moradores da zona rural ou urbana tinha nas feiras destino certo. Mas, negócios a parte, as feiras livres serviram ao lazer, ao encontro entre amigos, compadres, familiares, e ainda para manter-se informado, estreitar laços de amizades. Nem mesmo a carestia dos produtos comercializados, como observado por Joaquim, na correspondência remetida de Currálinho para Juca, que se encontrava em Caetité, desanimava aqueles que semanalmente se direcionavam às feiras livres. A lazer ou a negócios, uma diversidade de indivíduos transitava em meio aos burburinhos e mercadorias desse espaço:

Entrar numa feira-livre é entrar num universo de gente que compra, que vende, que vê, que fala, que sorri, que chora, que se lamenta, que brinca e joga conversa fora. Mosaico da vida real, retrato da cultura local e da região, ela singulariza sua estética com as experiências dos múltiplos atores que a vivenciam, transformando-se num labirinto a ser desvendado. As feiras existem como centros de trocas há milênios, e todas as culturas do mundo desenvolveram essa forma de circulação de mercadorias.<sup>241</sup>

Diversidade de mercadorias, de volumes e de gente. A céu aberto, em espaço amplo ou pequeno, no uso de barracas ou apenas cestos, em meio a venda ou compra de um produto e outro, das cachaças tomadas com os compadres no botequim, o “mosaico da vida real” na feira livre se constituía. Das proximidades da cidade, de terrenos mais afastados e de vilas vizinhas, semanalmente os trabalhadores rurais se deslocavam para a cidade com suas bruacas<sup>242</sup> carregadas de mantimentos, seja agregados, lavradores, proprietários ou negociantes, a movimentação desses sujeitos preencheu o espaço das feiras livres. Em passagem por Currálinho, no ano de 1880, Theodoro Sampaio notou que a feira semanal abarcava de quatro para cinco mil pessoas.

É certo que é meio a esses agentes, assim como em Monte Alto, houve a presença daqueles que cruzavam apenas as estradas que ligavam as pequenas propriedades e fazendas ao

<sup>240</sup> Correspondência remetida em 1898 por Joaquim, de Currálinho, para Juca, em Caetité. APMC. Fundo sem identificação. Grupo Juca, Série sem identificação (1898-1947).

<sup>241</sup> RODRIGUES DOS SANTOS, Hamilton. Vidas nas fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antônio de Jesus – 1948/1971. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus – Bahia: UNEB, 2007, p.16.

<sup>242</sup> Objeto confeccionadas de couro indispensável no carregamento de mercadorias, em especial para o tropeiro.

centro das vilas, transportando a produção de itens vindos da agropecuária em seus carros de bois ou lombos de burros, para comercialização e a consequente aquisição de renda para a família. No arrolamento dos bens de Benedicta Maria de Jesus, quando do seu falecimento em 1887, nota-se esse envolvimento. A descrição de ferramentas: enxadas velhas, foices e machados, já sinalizavam que desempenhara alguma atividade voltada à lida com a terra que, por sua vez, se referia ao plantio de milho e algodão, produção certamente direcionada às feiras de Monte Alto e povoados vizinhos. A criação e comercialização de algumas cabeças de gado suíno (ou da carne e toucinho), caprino e lanígero, também auferiu renda à família de D. Benedicta Maria de Jesus, que como a ampla maioria da população do termo de Monte Alto, tivera uma riqueza avaliada entre Rs.1:001\$000 e Rs. 5:000\$000, especificamente: Rs. 4:403\$000.<sup>243</sup>

No Orçamento de receitas e despesas da Câmara Municipal da Vila de Monte Alto, no ano de 1882, observa-se que o consumo de suínos e gado lanígero teve uma contribuição considerável na arrecadação de impostos da câmara:

Saldo do ano anterior.

820 reis por cabeça de gado vaccum, abatido para o consumo.

320 r. por dita de dito lanígero, ou suíno, e idem.

20 r. por litro de líquidos espirituosos

10 reis p<sup>a</sup> kilogramma de café, vendido no mercado

50 reis por couro seco ou salgado, exportado.

2 reis por alinhamento de ceras dentro da villa

50 reis por killo de fumo, vendido no mercado.

2 reis por casa de negocio.

30 reis por cada mascate.

10 reis por indivíduo que mercadejar em pequenos volumes.

[...].<sup>244</sup>

Vale notar, que a produção local de gêneros base da alimentação do sertanejo, além de serem comercializadas nas feiras, também eram vendidos nos estabelecimentos comerciais que as rodeavam. Entretanto, aos lavradores e agregados,<sup>245</sup> dada as condições econômicas mais modestas, a comercialização da produção agrícola e de algumas cabeças de gado vacuum e cavalari na feira livre, como aquelas feitas por D. Maria Benedicta de Jesus, representava o principal meio de angariar renda para o sustento da família e continuar tocando a produção a

<sup>243</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto / Ba. Inventariada: D. Benedicta Maria de Jesus. Mç: 37, 1887.

<sup>244</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província. Câmara de Monte Alto. Mç: 1361, 1882.

<sup>245</sup> Conforme Maria de Fátima Novaes Pires (2009, p.147/148) a denominação “lavradores”, serviu de rótulos à várias situações: poderia designar agregados, roceiros, meeiros, posseiros, ou mesmo função exercida em determinado momento”, entretanto, os distinguiremos de agregados, apenas no que se refere a posse da terra que, ainda citando a autora acima, consistia em trabalhar “acompanhado pela família, em terreno alheio (mais fértil e de melhor acesso à água).



diante. Já proprietários e negociantes<sup>246</sup>, em geral os mais aquinhoados do termo de Monte Alto, além de comercializarem volumes maiores de mercadorias, seja na própria casa de negócio, ou para outro que a possuía, tinha na feira livre apenas um dos destinos que parte da sua produção podia alcançar. Em nota apresentada pelo Coronel Pedro José Muniz, foi relacionado gêneros fornecidos a Candido Xavier de Carvalho para sustentação de trabalhadores empregados na colheita de algodão, tendo em vista o envolvimento de negociantes em diversas atividades, certamente vendiam itens por ele produzido:

3 alqueires de feijão: 80.000  
Rapaduras e mais gêneros:80.000  
Sal: 25.000  
5@ de toicinho  
Carne: 50.000  
Farinha: 120.000.  
Total: 455.000.<sup>247</sup>

Muitos negociantes comercializaram também produtos do mercado internacional, tornando ainda mais diversa as negociações e produtos que circulavam em dia de feira. O negociante Sebastião Cardozo de Souza, que teve seu negócio estabelecido na praça do mercado, efetuou a venda de fazendas e miudezas, estrangeiras e nacionais, e concedeu empréstimos a clientes que transitavam pela feira livre e pelo seu comércio.

---

<sup>246</sup> Na documentação analisada, em especial nos inventários post mortem, foi recorrente a denominação de negociante àqueles que possuíam alguma casa de negócio, e proprietários aqueles possuidores de grandes extensões de terra e de gado vacum. Entretanto, não foi incomum proprietários serem negociantes e negociantes serem proprietários.

<sup>247</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Ramiro Martins da Silva. Mç: 45, 1900.



De caráter ainda mais informal, e deixando as regras de mercado de lado, as negociações e pagamento junto aqueles que levavam os produtos do campo para serem vendidos ao ar livre se davam nas barracas ou mesmo com os produtos espalhados pelo chão. Hamilton Rodrigues dos Santos, ao analisar a experiência de homens e mulheres que se deslocavam do campo para trabalhar como feirantes na feira-livre de Santo Antônio de Jesus – Bahia, durante os anos de 1948 a 1971, destaca que além da pechincha, “ arte de convencer o feirante a conceder um desconto nas mercadorias que pretendiam comprar ou que já eram de certeza levar pra casa”,<sup>249</sup> a prática do crédito, o fiado, era recorrente, e em geral dispensavam anotações em cadernetas ou algo similar, tendo em vista a ausência de escolaridade de muitos feirantes e a relação estabelecida com o freguês: “ Apesar da maioria dos feirantes não gostarem de vender fiado, alguns fregueses souberam construir uma relação de amizade, respeitabilidade, afetividade e confiança que assegurava a permanência desta prática naquele cenário”.<sup>250</sup>

Assim, com as buacas carregadas de um ou mais gêneros, em direção às feiras livres, elas não retornavam vazias, o que não era cultivado, podia ser adquirido em mão de outro lavrador ou negociante. É certo que aos mais aquinhoados a diversificação dos produtos que podiam ser obtidos era maior. Nas despesas de Celsina Teixeira realizadas na feira de Caetité e documentadas no livro de anotações, Paulo Henrique Duque Santos observou a variedade de mantimentos consumidos por sua família:

Carne de gado, carne de porco, toucinho, feijão, arroz, milho, farinha, açúcar, tapioca, ovos, rapadura, chuchu, abóbora, banha, inhame, batata, café, azeite, aipim, peixe, manteiga, pernil, maxixe, cebola, vassoura, requeijão, galinha, capão, melancia, banana, manga, umbu, quiabo, prato de barro.<sup>251</sup>

Alguns desses itens, como a carne de gado e o requeijão fizeram parte da produção da família. Mas, ao contrário do gado, o requeijão provavelmente não teve como destino principal o mercado, pelo menos aqueles que ficavam com os proprietários: “Encontrei somente 14 requeijões, tirando o Ladislao a meia, sahindo portanto, do contracto”,<sup>252</sup> Já a parte que cabia a Ladislao, provavelmente serviu de complemento à renda, vendendo-os em dias de feira. Em outra correspondência, enviada por Juca, esposo de Celsina Teixeira, da Fazenda Campos, em Monte Alto, observa-se que o requeijão foi remetido para Celsina e familiares que se

<sup>249</sup> RODRIGUES DOS SANTOS, Hamilton. Vidas nas fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antônio de Jesus – 1948/1971. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus – Bahia: UNEB, 2007, p.109.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>251</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léngua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.306.

<sup>252</sup> Correspondência remetida por Juca, em 01 de abril de 1913, da Fazenda Campos, Monte Alto, para sua esposa Celsina em Caetité. APMC. Fundo: Casa Anísio Teixeira. Sére: Celsina Teixeira Ladeira. Data Limite: 1905-1950.

encontravam em Caetité: “Não há ainda requeijão, devido o número pequeno de bizerros pegados. Vão pelo Braz 4 requeijões, sendo: 2 do Pé da Serra e 2 d’aqui. [...]”<sup>253</sup>

Diante não apenas da diversidade de negócios, mas de gente e assuntos que podiam ser tratados e resolvidos nas feiras livres, por vezes surgiam desentendimentos que desencadeavam confrontos físicos. Na Feira de Itapicuru alguns episódios de tensão foram destacados por Mônica Dantas, como agressões por mal-entendido sobre 40 réis de arroz e uma discussão entre cabo de polícia e Maximiniana que culminou em uma bofetada deferida pelo policial. Sem muitos detalhes do ocorrido, já que seu objetivo era observar a presença de pessoas de outros termos e províncias na Feira de Itapicuru, nota-se que os conflitos podiam estar vinculados a razões diversas, e não somente a venda de algum produto.<sup>254</sup> Em correspondência analisada por Lielva Aguiar acerca dos conflitos originado pela rivalidade política entre dois grupos opositores da cidade de Caetité nas eleições para governador do ano de 1923, percebe-se que a feira livre era também espaço de tensões políticas: “ Na última feira correu tudo em paz, pois desde que estão aqui estes soldados, quase toda a feira há novidades. Na penúltima, então, foi um alarme, os soldados não quiseram obedecer ao nosso comandante, revoltaram-se e quiseram assassiná-lo!”<sup>255</sup>

Apesar de não localizarmos nas fontes analisadas eventuais conflitos e querelas ocorridos nesse espaço, através de um relato sobre a insegurança vivida pelos moradores do termo de Monte Alto, presente numa correspondência remetida para Capital do Estado em 18 de março de 1881, é possível notar o medo, burburinhos e confusões que se espalhavam em dias de feira: “acompanhados de capangas armados todos, entrou publicamente nesta villa. Nella esteve alguns dias passeando muito a vontade pelas ruas mais frequentadas ameaçando a quem que atrevesse a ousadia de importunal-o!!”<sup>256</sup> A referência a “ ruas mais frequentadas”, certamente eram aquelas ligadas ao espaço da feira livre, que rodeada de lojas e botecos, tiveram a presença desses indivíduos que amedrontavam a população.

<sup>253</sup> APMC. Fundo: Casa Anísio Teixeira. Série: Celsina Teixeira Ladeia. Data Limite: 1905-1950, 23 de dezembro de 1913.

<sup>254</sup> DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras moveáveis: relações sociais na Bahia do século XIX - a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007, p.351.

<sup>255</sup> Correspondência remetida por Celsina Teixeira para o irmão Jaime. APMC. Fundo: Acervo Particular da família de Dr. Deocleciano Pires Teixeira Grupo: Celsina Teixeira. Série: Correspondências Enviadas. Maço: 01, Caixa: 01. In. AGUIAR, Lielva Azevedo. “Agora um pouco da política sertaneja”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité – 1885–1924). Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus, Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2011, p. 102.

<sup>256</sup> APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Governo da Província: Judiciário/ Juízes Monte Alto. Mç: 2490, 1881.

Desse modo, além de grande a pequenos volumes de mercadorias que eram absorvidas pelas feiras livres, onde sujeitos como Ladislão puderam angariar recursos para a sobrevivência da família, e outros como o Coronel Fernando Nogueira Tolentino, puderam aumentar a lucratividade com a comercialização de 50 cargas de rapadura<sup>257</sup>, apesar de provavelmente não estarem em meio a praça, e sim preenchendo as prateleiras das vendas e mercados que estavam ao seu redor, a feira livre foi (e é) um espaço em que se desenrolava as mais variadas vivências.

Proprietários, negociantes, vaqueiros, agregados, camaradas, mascates, tropeiros, lavradores...envolvidos na produção e comercialização de gêneros agropastoris, foram responsáveis pela dinâmica que se firmou a partir do termo de Monte Alto. É certo que para alguns deles, como visto, comercializava-se quantidades modestas na própria vila. Mas, para outros, os limites das transações efetivadas foram flexíveis. Na remessa e na aquisição de produtos junto às casas comerciais vultuosos negócios foram efetivados, com a produção sertaneja alcançando destinos longínquos e diversos, e havendo a penetração de mercadorias importadas e nacionais no comércio e nas residências locais. Sob o lombo dos animais cavалares esse trânsito de gente, de negócios e de produtos se concretizava. Entre uma vila e outra da região, ou atravessando os percalços das longas viagens com destino ao Recôncavo Baiano, capital do estado e Minas Gerais, abastecia-se o mercado interno, escoava-se produtos para o externo e importava outras tantas mercadorias.

Nesse fluxo de atividades produtivas e comerciais uma parcela pequena da população do termo de Monte Alto possuía condições para desfrutar das maiores fatias da lucratividade e percorrer as distintas etapas e negócios desenvolvidos para além do alto sertão baiano. As nuances da realidade socioeconômica vivenciada por esses indivíduos e por aqueles de vida mais modestas são destacadas a seguir, no terceiro e último capítulo deste estudo.

---

<sup>257</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Coronel Fernando Nogueira Tolentino. Mç: F-1, 1914. Documentação não catalogada.

## CAPÍTULO III

### PERFIL DA SOCIEDADE MONTEALTENTESE

#### 3.0 A distribuição da riqueza

Apresentar-se à Justiça para feitura de autos de inventário demandava tempo e custo das partes interessadas, por isso declarar os bens adquiridos ao longo da vida de um indivíduo ou casal, nem sempre se deu de maneira espontânea, e em outros casos não foi possível se realizar. Os mandados dando prazo para que fosse iniciado o arrolamento dos bens foram comuns a uma parcela mais humilde dos moradores do termo de Monte Alto, vendo seus poucos bens serem ainda mais reduzidos com gastos realizados para a elaboração desse documento ou, em alguns casos, sendo apenas suficiente para custear o procedimento. Em uma posição totalmente inversa, estavam aqueles que recorriam à Justiça de imediato, tendo avaliadores e escrivão na casa do inventariado, logo se dividia o patrimônio entre os herdeiros, os custos pouco atingiam o interesse dos envolvidos.

Os ritos do funeral também comprometiam o patrimônio adquirido por alguns indivíduos. De 48 inventariados, com um montante de até Rs. 1:000\$000, apenas três trazem menção de gastos com o funeral. Dona Constança Nunes de Jesus, teve seus bens recolhidos pela justiça por não apresentar nenhum herdeiro. Vivia em uma “casinha feita de enchimento, coberta de telhas com uma porta e duas janellas de frente, deteriorada, edificada n’esta cidade à rua vulgarmente conhecida dos Negros”.<sup>258</sup> Esse era seu único bem, avaliado em Rs. 100.000, este valor não cobriu os gastos despendidos com o funeral, realizado por seu curador e depositário Coronel Sebastião Cardozo de Souza:

#### QUADRO VII:

##### GASTOS REALIZADOS NO FUNERAL DE D. CONSTANÇA NUNES DE JESUS - 1918

Item	Valor
Feitio do cachão e madeiras	\$18
Fazendas para forro	\$26
Sepultura e óbito	\$8
Despesas durante a noite para assistirem a corpo	9\$000
Feitio para forrar o cachão	6\$000
6 ? de velas de cera	18\$000
Alfazema creolina e incenso	3\$000

<sup>258</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Caixa: C, 1918. Documentação não catalogada.

Pregos e tachos	2\$000
10 m[s] galão de bico	6\$000
Papel para lanterna	2\$000
1 sapatina preta	10\$000
7 m. chita preta p <sup>a</sup> óbito	10\$500
1 Par meias preta	1\$500
1 corr <sup>o</sup> preto	\$300
Total	120\$300

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: D. Constança Nunes de Jesus. Cx: C, 1918. Documentação não catalogada.

O valor gasto com o funeral de D. Constança foi o maior dentre os três inventariados cujos bens não alcançaram a soma de Rs. 1:000\$000, os outros não chegaram a Rs. 80\$000. Talvez esse aumento se deva ao interesse do curador, pois este possuía uma casa de negócio na vila de Monte Alto e forneceu os itens para o funeral. Já Orlinda Angélica Viveiras, que faleceu em 1899, tendo a soma dos bens inventariados alcançado a quantia de Rs. 7:010\$257, foi gasto para custeio de missas e do funeral Rs. 455\$600<sup>259</sup>.

Apenas nesses poucos aspectos já se percebem marcantes distinções socioeconômicas entre os moradores do termo de Monte Alto, e para melhor compreender essas e outras nuances da vida desses indivíduos, optamos por dividi-los em seis grupos. Tendo como principal critério o valor do monte-mor acumulado pelos inventariados e conseqüentemente as características dos bens, selecionamos seis faixas de riquezas, estabelecendo valor mínimo de até Rs. 1:000\$000 e máximo acima de Rs. 50:000\$000, conforme mostrado na Tabela VI.

Na faixa 01, composta por indivíduos cujo monte mor alcançou até a quantia de Rs. 1:000\$000, estão famílias que viviam da lida do seu pequeno pedaço de terra em volta da modesta casa de morada, geralmente com poucas acomodações, feita de tijolos ou enchimentos, e coberta de palhas ou telhas, cultivam gêneros da agricultura como a mandioca, o milho e a cana, e criavam algumas cabeças de gado vacum e gado miúdo. Representavam 26, 52% dos inventariados e contribuíram com menos de 1% de toda riqueza inventariada entre os anos de 1880-1920.

TABELA VI:

NÍVEIS DOS VALORES DOS MONTE MORES DE 1880-1920

Grupo	Faixa monte mor	Inventariado		Total da faixa	%
		Nº	%		
1	Até 1:000\$000	48	22,7	22:598\$400	0,93
2	1:001\$000 a 5:000\$0000	90	42,6	205:764\$538	8,51
3	5:001\$000 a 10:000\$000	22	10,4	169:414\$146	7,01

<sup>259</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Mç: 42, 1899.

4	10:001\$000 a 20:000\$000	22	10,4	310:205\$153	12,83
5	20:001\$000 a 50:000\$000	20	9,5	602:855\$068	24,93
6	Acima de 50:001\$000	09	4,3	1.107:382\$504	45,79
Total		211	100	2.418:219\$809	100

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 31/46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Semelhante ao primeiro grupo e representando o maior número de inventariados, aqueles que compuseram a faixa 02 também viviam de atividades vinculadas ao meio rural, entretanto, com mais de três partes de terras e benefícios<sup>260</sup>, como manga, tanque, oficina de fazer farinha, além da posse de duas ou mais casas de morada situadas nos terrenos pertencentes ao inventariado e algumas na sede da vila. A integração ao comércio local esteve mais presente nesse grupo, certamente contribuiu para isso a posse de mais extensões de terra e um maior número de cabeças de gado vacum e cavalari. Burros de carga e carros de bois auxiliaram esses indivíduos na lida com a lavoura e na comercialização dos produtos, a saber: cargas de algodão, cargas de rapaduras e vacas para talho.

Com um universo mais diversificado de bens, com mobília e objetos de ouro, prata e cobre, a terceira faixa, com monte mor avaliado entre Rs. 5:001\$000 e Rs. 10:000\$000, é composta por indivíduos que se envolveram com o comércio pecuarista. A maioria apresentou mais de 100 cabeças de gado vacum de toda sorte, e um considerável número de gado cavalari, contendo especificações como: viageiro, passeiro, para o campo, de carga. Relações de dívidas ativas ocupou um significativo espaço entre os bens arrolados, algumas advinham de compra ou venda de reses. O número de imóveis rurais situado em distintos lugares da comarca, e alguns além dela, também se destaca entre os bens pertencentes aos indivíduos que compõem essa faixa. Muitos se localizavam próximos à vila e arraiais, com benefícios para criação e também produção de gêneros agrícolas, como mangas plantadas com milho, e equipamentos para o beneficiamento do algodão e mandioca: “Fábrica de fazer farinha com todos seus acessórios composto de roda, forno, prensa, bullertes e mais ottencilios, situado no Sitio dos Brindes”<sup>261</sup> e máquina para descarregar algodão, prensa de enfardar algodão.

Com vinte e dois inventariados, mesmo número da faixa anterior, este grupo situava-se na ordem de valor entre Rs. 10:001\$000 a Rs. 20:000\$000 e foi a terceira maior contribuição no montante total da riqueza inventariada. Além da diversificação da mobília e objetos, elas

<sup>260</sup> A denominação partes de terra, comum nos inventários *post mortem*, se relaciona ao pertencimento de um indivíduo ou família de vários terrenos descontínuos. Enquanto Benefícios ou benfeitorias, que acompanhavam a descrição dos terrenos, referiam-se a construções de engenho, casas, currais, roças, ou a lagoas, riachos e tanques.

<sup>261</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventário de Joaquim Dias Guimarães. Mç: 39, 1890.



compuseram-se de peças mais sofisticadas, itens de porcelana, joias de ouro e brilhantes. O comércio de gêneros agrícolas e de gado dividiu espaço com os comerciantes de tecidos e miudezas, que tiveram suas casas de negócios instaladas nos arraiais e na vila.

Avançando um pouco mais na composição das faixas de riqueza, alguns números se invertem, aumentando o percentual da riqueza inventariada e reduzindo o número de indivíduos participantes. Os componentes da quinta faixa, com riqueza variando entre Rs. 20:001\$000 e Rs. 50:000\$000, representaram 9,48% dos inventariados. Quantidade e diversificação de itens arrolados eram marcantes nessa faixa: imóveis rurais com benefícios, em especial tanques, cacimbas<sup>262</sup>, riachos e mangas com plantações de cana, mandioca, algodão, café e árvores frutíferas. Nos imóveis urbanos, a quantidade de acomodações se destacavam, em algumas havia anexas, lojas para venda. O número de gado vacum, em sua maioria, ultrapassou as 500 cabeças. A descrição de casas para camaradas e tendas para vaqueiros, informa como os proprietários, que em geral eram Tenente Coronel, Major, Capitão ou Coronel, geriram tamanhas posses e organizaram a produção e comercialização desses bens.

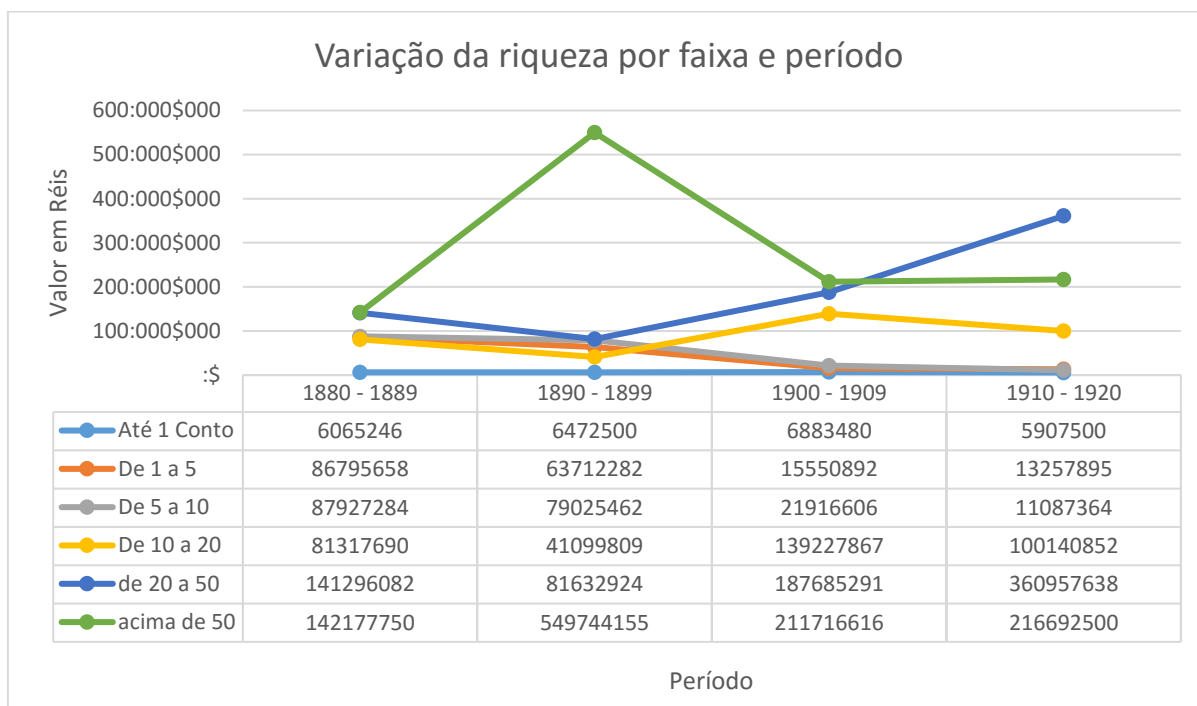
A última faixa apresenta o número mais baixo de inventariados e a participação mais alta no valor total da riqueza, 45,79%, quase a metade de toda riqueza arrolada. Semelhante à quinta faixa, a diversificação e quantidade de itens arrolados é relevante. Imóveis e gado vacum e cavalariço, aquele ultrapassando as 1.000 cabeças, foram bens muito presentes na soma total dos bens de cada inventariado. Além disso, somas em dinheiro, dívidas ativas e investimentos em ações e apólices públicas também tiveram grande contribuição para o montante das somas alcançadas.

No gráfico abaixo, alguns apontamentos podem ser feitos em relação ao comportamento desses grupos durante o período analisado. Entretanto, tendo em vista as oscilações apresentadas no que diz respeito ao número de inventariados por faixa e período, o que pode levar a uma interpretação equivocada, vamos nos deter apenas naquelas em que manteve certa regularidade no número de inventários. Nos de quantias mais modestas observamos que houve pouca variação nas somas alcançadas no decorrer dos anos. Nas grandes fortunas ocorre similar situação, embora apresente um crescimento singular entre os anos de 1890-1899, se comparada aos outros períodos. Porém, a esse fato se relaciona a excepcional soma de Rs. 549:769\$155 arrolado no inventário de Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro, único que apresentou um valor superior a Rs. 100:000\$000. O que também justifica a queda acentuada verificada para sujeitos de fortunas acima de Rs. 50:000\$000 na década seguinte.

---

<sup>262</sup> As cacimbas ou cisternas são perfurações profundas abertas no chão em busca de água.

GRÁFICO II



Faixa	Número de inventariados em cada período e faixa de riqueza			
	1880-1889	1890 - 1899	1900 - 1909	1910 -1920
Até 01	11	09	12	16
De 01 a 05	32	20	17	21
De 05 a 10	08	09	03	01
De 10 a 20	06	03	07	07
De 20 a 50	05	02	05	08
Acima de 50	02	01	03	03

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 31/46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Detentor de uma fortuna composta por dinheiro, gado vacum e cavalari, imóveis rurais, dívidas ativas, objetos de prata e móveis, Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro, possuíam quase o triplo do valor angariado por aqueles sujeitos de riqueza inventariada entre Rs. 1:001\$000 e 5:000\$000, durante os anos de 1880-1920, que representava a maioria da população do termo de Monte Alto. Esse caso, que apesar de ter sido exceção, é demonstrativo do quão acentuada era desigualdade econômica entre os moradores de Monte Alto. De acordo dados da Tabela VI, pouco mais de 13, % dos inventariados, detinham mais da metade de toda riqueza arrolada entre os anos de 1880 e 1920, uma minoria detinha os principais meios de produção e desfrutava de uma rede de negócios e relações políticas e sócias articuladas dentro e fora do alto sertão. Como o valor do montante da família de Nicolau Ribeiro e Silva

não foi recorrente, presume-se que o grau de tais articulações pode ter sido fator relevante na configuração da riqueza ao longo dos anos. Em Caetité, Maria de Fátima Novaes Pires identificou apenas dois inventários que ultrapassaram a quantia de Rs. 100:000\$000, sendo o do Barão de Caetité, o senhor Gomes Neto, com valor de Rs. 169:000\$094 e do Coronel Alves Coelho avaliado em Rs. 186:382\$160, que mantinham importantes relações com sujeitos na região e capital do estado, e o envolvimento em distintas atividades produtivas e comerciais.<sup>263</sup>

A abertura do inventário de Nicolau José Ribeiro e Silva e D. Maria Clara Guedes Ribeiro iniciou em 1895. O falecimento dos inventariados deu-se, respectivamente, no dia 04 e 02 de junho do dito ano, em Malhada do Joazeiro, lugar onde residiam. O casal teve sete filhos: Luiz José Ribeiro e Silva, 55 anos, casado com Maria Amélia de Faria e Silva; D. Josephina Amélia Ribeiro, casada com o Tenente Coronel Galdino Cardozo de Souza; Capitão José Ribeiro e Silva, 44 anos, casado com Maria Joaquina da Rocha e Silva; D. Ritta Candida Ribeiro, casada com o Tenente Coronel Sebastião Cardozo de Souza; Capitão Joaquim Ribeiro e Silva, 40 anos, casado com D. Elisa de Jesus Laranjeira e Silva; Capitão Polycarpo Ribeiro e Silva, 38 anos, casado com D. Maurilha Izabel Gomes Ribeiro e D. Anna Maria Ribeiro, casada com Capitão Fernando Nogueira Tolentino. Além deles, foi apresentado por Leolino José Ribeiro e Silva e Maria Clara Ribeiro, uma escritura de reconhecimento de perfiliação realizada por Nicolau Ribeiro e Silva comprovando que eram filhos naturais dele com Francisca Rodrigues da Silva, e quando seu pai se casou já estavam em sua casa, onde nasceram e foram criados e educados “por sua virtuosa esposa”. No entanto, apesar desse reconhecimento, eles ficaram fora da partilha dos bens, sendo alegado que o reconhecimento de filiação só foi feito após o casamento de Nicolau Ribeiro e Silva e D. Maria Clara Guedes Ribeiro, o que “não podem, em vista da dita lei concorrerem com herdeiros legítimos”. Uma escritura pública de cessão ou venda de direito de herança foi passada pelos mencionados filhos aos herdeiros legítimos, “sem constrangimento ou indução alguma”, no valor de Rs. 27:000\$000, valor pequeno se comparada a fortuna arrolada.<sup>264</sup>

O arrolamento dos bens deu-se em 1897, nele as quantias de dinheiro depositadas em diferentes lugares são destaques na riqueza inventariada, a saber:

Dinheiro em poder dos senhores Antonio Francisco Brandão e Companhia	Rs. 137:374\$900
Dinheiro no Banco da Bahia	Rs. 134:212\$200
Dinheiro encontrado no Cofre	Rs. 16:880\$000

<sup>263</sup> PIRES, Maria de Fátima. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – Ba (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>264</sup> Fórum Dr. Alcebiades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventariados: Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro. Ano: 1897.

Dinheiro no Banco Emissor da Bahia

Rs. 10:000\$000

Pela quantia encontrada na Firma Antonio Francisco Brandão e Companhia, Nicolau Ribeiro e Silva, certamente, realizou importantes transações ao longo de sua vida. Essa Firma atuou em distintos ramos de negócio, tanto no mercado nacional, como internacional. No alto sertão manteve ativas negociações com comerciantes, remetendo e adquirindo mercadorias. O tipo de transação mantida com Nicolau não foi possível identificar, mas certamente extrapolou o envio de produtos.

A quantia encontrada no cofre do inventariado foi alvo de desconfianças e protestos por parte dos herdeiros, verificou-se um desfalque de Rs. 38:000\$000, comprovado pela “escrítica por aquelle finado declarando as parcellas em dinheiro, e recebidas, que devião estar no mesmo cofre, cuja declaração comparada com a quantia encontrada, prova o desfalque referido”. A suspeita recaiu sobre os herdeiros Polycarpo Ribeiro e Silva e Dona Josephina Amelia Ribeiro de Souza, únicos que ficaram na casa após falecimento dos inventariados. No decorrer dos argumentos mencionados pelo inventariante acerca da quantia encontrada no cofre, percebe-se o quanto Nicolau Ribeiro Silva se envolveu em transações financeiras:

[...] torna publico e notorio, que o mesmo seu finado sogro, **como capitalista que era**, tinha alguma somma, e *umas* diminuta em dinheiro de prata e ouro. Que ele inventariante e os mais herdeiro, sabendo dessa existência ignoravam o quantum; assim como sabem que o inventariado **tinha dinheiro seu que dava a juros**, recebendo letras passadas a si próprio, e não se encontrou nada no cofre.

o Inventariado além do dinheiro q depositou nos Bancos, reservam quantia m[to] superior a de 16000[ contos] em seus cofres como está provado pelas recentes declarações feitas antes de sua morte, as quais mencionou todo credito desde que ele **durante sua vida não deu lugar a q se puzesse em duvida sua honestidade comercial.**<sup>265</sup>

Os empréstimos a juros concedidos a sujeitos diversos constituíram uma dívida ativa no valor de Rs. 9:523\$485. E como basilar na riqueza e economia dos moradores do termo de Monte Alto, os imóveis rurais e a criação de gado vacum foram importantes também para a composição da fortuna de Nicolau Ribeiro e Silva e D. Maria Clara Guedes Ribeiro. A comercialização bovina, deve ter contribuído para aumentar as somas de dinheiro acumulado por eles. Foram arroladas 1.820 cabeças de gado de toda sorte, vacas com crias e bois, alcançado um valor de Rs. 53:100\$000. A criação do gado cavalari, indispensável na pecuária, transporte de mercadorias e também direcionado ao mercado, atingiu o número de 102 cabeças, entre

<sup>265</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventariados: Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro. Ano: 1897. Grifos nossos.

éguas solteiras e com crias, cavalos para campos e burros sendeiros. Nos imóveis rurais, distintas fazendas e partes de terras foram arroladas; pela descrição e valor, alcançaram extensos limites:

Declarou o inventariante e deu a descrever uma parte de terras em comum na Fazenda Carnahibaz de Fora, quinto do Cubiculo, havidaz por compras feitas do Tenente C<sup>el</sup>. Theodulo de Moreira e Albuquerque com posses no lugares denominados Cabeceira do Brejo - Lagoa dos Mulungús – Olho d'Água da Cunha – Lagoa do Sacco dos Bois, Canto de baixo da Roça de D. Josephina de Castro, e metade da Lagôa da Vacca morta, e dahi a extremos com Manoel Roiz Ladeia Lôbo, que os avaliadores derão o valor de trez contos de reis.

Deu mais a descrever a fazenda dos Lagos, digo, Lagos e Pedra da Aguada, com todos os Retiros, mangas, curraes, benefícios e posses existentes e contiguas da mesma Fazenda, como sejam os lugares denominados Caldeirão = Campos Alegre, Campos Grande, e quaes quer outras servidões pertencentes a dita, havida por compra a Antonio Lôbo, tudo devidamente extruturada, e mais uma parte de terras em commum na Fazenda Campo Grande, que fica anexa a dita Fazenda = Lajes = conforme tudo consta da respectiva escriptura, avaliada por seis contos e quinhentos mil reis.<sup>266</sup>

A maioria das terras pertencentes aos inventariados foram adquiridas por compra e, assim como as mencionadas acima, englobaram vários lugares com suas benfeitorias: mangas, currais, casas, aguadas. Vale notar, que nenhuma menção foi feita à produção agrícola, talvez estivesse entre os benefícios não especificados.

Além da relevância econômica, é preciso enfatizar o destaque social e político dessa família. Apesar de poucas informações, podemos observar algumas atuações. Sobre Nicolau Ribeiro e Silva e D. Maria Clara Guedes Ribeiro, só contamos com informações documentadas no inventário *post mortem*, mas é possível perceber a preocupação em manter a família relacionada com indivíduos de proeminência via casamento: “casando sua filha Dona Maria Clara Ribeiro com o Alferes José Pedro Gomes de Carvalho em trinta de julho de mil oito centos septenta e três”. Aos demais filhos e genros nota-se que todos possuíam algum título ou patente, e possuíam também algum cargo público. O capitão Joaquim Ribeiro e Silva foi coletor em Monte Alto, o Capitão José Ribeiro e Silva, delegado de polícia e Sebastião Cardozo de Souza, Presidente da Câmara Municipal e Membro do Conselho Municipal, além de possuir uma casa de negócio e se envolver, no século XIX, com o comércio de escravos.<sup>267</sup>

<sup>266</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventariados: Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro. Ano: 1897.

<sup>267</sup> Informação cedida pela pesquisadora Rosângela Figueiredo Miranda, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, que desenvolve o projeto intitulado: “Dinâmicas de escravidão e da liberdade no alto sertão da Bahia: Vila de Monte Alto (1800 - 1888). Para tal estudo realizou uma tabulação com os principais vendedores, compradores e procuradores de escravos no termo de Monte Alto e Gentio.

Diante disso, podemos inferir que o poder das famílias abastadas de Monte Alto não se referia apenas ao domínio de bens de riqueza, compunha-se por uma rede de influências e interesses mantidos através da junção do poder econômico com poder político e social. No sertão do médio São Francisco, Elisangela Ferreira Oliveira, observou similar configuração ao longo do século XIX:

A propriedade de terras, gados e escravos servia de base material para a consolidação de riqueza, prestígio e poder em Xique-Xique, mas não apenas isto. Às diferenças propriamente econômicas acrescentavam-se também distinções simbólicas, dentre as quais a maneira de usufruir os bens. A diferenciação social no município e no quadro mais vasto da cultura da região do médio São Francisco podia ser percebida também por estilos de vida que a riqueza poderia oferecer, por sinais de status e de prestígio denunciados aqui e ali. Algumas condições se reuniam para caracterizar quem se reconhecia e era reconhecido como pertencente ao grupo principal. Além, evidentemente, de uma situação econômica favorável, havia outros requisitos: o prestígio familiar, a ocupação de postos na administração e na justiça municipal, a detenção de patentes militares e, em menor medida, um mínimo domínio das letras e contas eram combinações fundamentais para a distinção na sociedade.<sup>268</sup>

Em Monte Alto, a propriedade da terra e a criação do gado *vacum* - e os escravos anterior a abolição – também foram base da riqueza e do poder dos seus moradores, legando, como visto, uma concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população, o que também foi verificado em Xique-Xique: “[...]encontramos patrimônios que iam dos 90\$000 até ultrapassar os 43:000\$000, concentrando-se cerca de 34% do valor dos espólios na faixa abaixo de 1:000\$000”.<sup>269</sup>

Com essas considerações, que apontam para uma concentração de riqueza e poder nos sertões da Bahia ao longo do século XIX e início do século XX, passamos a análise de outras famílias e indivíduos que estiveram entre as faixas de riqueza mais altas do termo de Monte Alto, e daquelas que estiveram entre as mais baixas.

### **3.1 Grandes proprietários e negociantes: os mais aquinhoados do termo de Monte Alto**

Com a concentração dos meios de produção, relações e alianças construídas dentro e fora do alto sertão baiano, grandes negociantes e proprietários mantiveram e aumentaram suas fortunas, havendo uma conseqüente permanência da concentração de riqueza e desigualdade

---

<sup>268</sup> FERREIRA, Elisangela Oliveira. Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008, p.194.

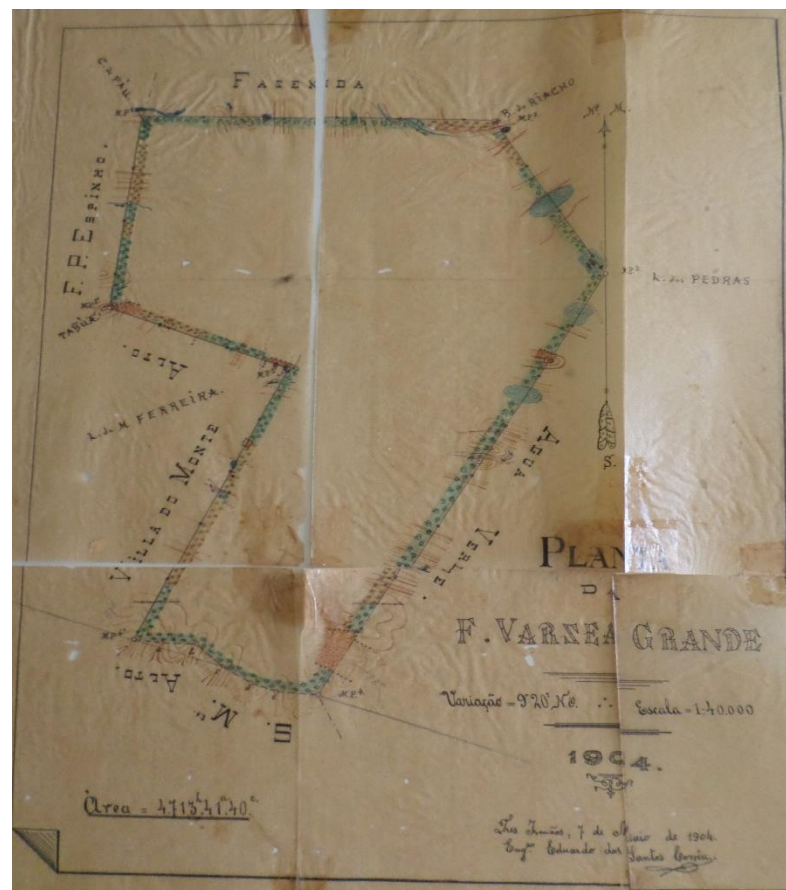
<sup>269</sup> *Ibidem.*, p.151.

socioeconômica entre os moradores de Monte Alto. A terra, adquirida por compra e herança, com terrenos contínuos e descontínuos recebia valores altos na avaliação, dada sua extensão e benfeitorias, possibilitando o desenvolvimento de importantes atividades agropastoris.

As fazendas Várzea Grande, Espinho e Água Verde, são exemplos do quão extenso podiam ser os terrenos possuídos por alguns indivíduos. Na demarcação da Fazenda Várzea Grande, realizada em 1914 pelo engenheiro Eduardo dos Santos Corrêa, foram apresentados, de maneira detalhada, os limites da fazenda e algumas características geográficas. No mapa abaixo, podemos observá-las.

FIGURA VI:

DEMARCAÇÃO DA FAZENDA VÁRZEA GRANDE – 1914



Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Cx: J-1, 1914. Documentação não catalogada.

Com uma área de 4.713[h]. 41<sup>a</sup>.40 [c], limitando-se do Norte a Leste com a Fazenda Água Verde, a Oeste com terrenos da vila de Monte Alto, e ao Sul com a Serra e terrenos da vila, tinha a fazenda “terrenos adptaveis a culturas” e era banhada por pequenos riachos. Em relação às moradias, descreveu o engenheiro que “existem unicamente pequenas casas para agregado”. O (s) proprietário (s) não foi descrito no documento de demarcação, mas talvez esse

imóvel não pertencia apenas a um indivíduo. Temos poucas informações sobre esse processo de posse e fragmentação das terras. Nos inventários, a descrição dos bens de raiz comumente fazia referência a parte de terras encravadas numa dada fazenda, muitos frutos de venda e compra e outras adquiridas por herança, como mencionado acima. Tais partes de terras podiam possuir tamanhos variados, de pequenas a extensas glebas.

A partir dos valores pagos pelo Capitão Antonio Rodrigues Malheiros e pelo valor atribuído durante o arrolamento dos bens em compras realizadas, é possível observar essa situação:

Partes de terras compradas na Fazenda do Boqueirão, sendo uma a Antonio José de Oliveira Guimarães, por 100.000, duas a Faustino José de Oliveira Guimarães por 290.000, uma a Domingos Teixeira de Camargo pro 100.000, uma a Antonio de Souza Mattos por 250.000, uma Bernardo Rodrigues Ladeia, por 100.000, uma a Agostinho da Costa e Souza por 6.000, uma a Manoel Alves Dias por 130.000, uma a Lucio Sirino de Souza, por 40.000, uma de Silverio Antonio de Queiroz por 16.000, uma de José Evaristo de Souza Dantas por 70.000, uma de Honorio Soares de Faria por 50.000 e uma de Lina Dias Larangeira por 300.000.<sup>270</sup>

Indivíduos como o Capitão Antonio Rodrigues Malheiros, que teve riqueza amealhada acima de Rs. 50:000\$000, possuía uma variedade de terrenos. Se nem todos possuíam alguma benfeitoria, a maioria era de boa qualidade, aspecto que além do tipo do solo, perpassa pela disposição de fontes d'água nos terrenos:

Brejo com terrenos regadios nas imediações d'este Povoado que divide com outro brejo por um corredor, ficando este pelo lado do sul o outro pelo lado do norte, cujos brejos do lado do sul deram o valor de oitocentos mil reis e os do lado do norte deram o valor de um conto e duzentos mil reis, cada um deste com direito no rego e açude com dia d'água.<sup>271</sup>

As construções como engenho, casa de fazer farinha, que constituíam como benfeitorias, podiam ser avaliadas separada dos terrenos, “pequena casa de enchimento coberta de telhas, no lugar denominado Genipapo da Fazenda Areia (Capoeiras), nas terras que eram de Maria Rodrigues Monção”, no valor de Rs. 20\$000, ou em conjunto:

Casa de morada feita de adobes, coberta de telhas, com quatro portas e cinco janellas de frente com casa de despejos pelo lado de baixo e outra para tenda de ferreiro pelo lado de cima com mais casas de despejos no fundo todo murado com curraes anexos e mais posses até a casa de Thereza velha, com quintal correspondente até a margem do rio, tudo n'este arraial das Mamonas.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Antonio Rodrigues Malheiros. Cx: A, 1908. Documentação não catalogada.

<sup>271</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Antonio Rodrigues Malheiros. Cx: A, 1908. Documentação não catalogada.

<sup>272</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Antonio Rodrigues Malheiros. Cx: A, 1908. Documentação não catalogada.



Essa propriedade foi avaliada em Rs. 2:000\$000, a descrição detalhada de suas benfeitorias permite observar importantes características dos terrenos, das construções e um pouco da organização econômica da família do Capitão Antonio Rodrigues Malheiros. A casa, não se tratava de uma construção modesta; as “quatro portas e cinco janelas de frente” indicam sua amplitude, possuindo, certamente, vários cômodos. Sua família era numerosa, composta por 09 filhos, cinco mulheres, apenas uma solteira e as demais casadas com “Major” e “Tenente Coronel”, e quatro homens, cujo estado civil não foi informado. A tenda para ferreiro, juntamente com a descrição do “fundo todo murado com curraes anexos”, são denunciativos da pecuária e da presença de empregados, seja vaqueiro ou ferreiro. Nas despesas feitas com a orfã Judith, neta do Capitão Antonio Rodrigues Malheiros, a maioria dos gastos dizia respeito a essa atividade:

Drº gasto com feira de gado	21\$000
Id[m] gasto para pegar vaca	2\$250
Id[m] com Vaq[r] dos anim[s]	13\$000
Id[m] gasto com a tutella	18\$600
Id[m] com o Inventrº da Avó	54\$777
Total.....	109\$627 <sup>273</sup>

A criação bovina representou, com um valor de Rs. 16:235\$000, a segunda maior quantia na riqueza inventariada (Rs. 60:005\$210), contribuindo, a partir do dinheiro angariado com sua comercialização, para que as dívidas ativas tivessem o maior peso: Rs. 27:774\$536. Na Tabela VII, é possível observar que dinheiro, ações e dívidas ativas tiveram destaque na fortuna de indivíduos que pertenciam ao Grupo 06, como o Capitão Antonio Rodrigues Malheiros. A presença desses investimentos, em especial, a partir da segunda metade do século XIX, “traduz a aparição e desenvolvimento de técnicas financeiras, elas mesmas ligadas às inovações econômicas e portanto constitui outra medida do desenvolvimento da economia capitalista”.<sup>274</sup>

<sup>273</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Antonio Rodrigues Malheiros. Cx: A, 1908. Documentação não catalogada.

<sup>274</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfose da riqueza: São Paulo – 1845/1895*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990, p.90.

TABELA VII:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 06 - ACIMA DE RS. 50:001\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 – 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil Réis	%	Número de inventários	Mil Réis	%	Número de inventários
Imóvel rural	43:730\$000	7,95	1	47:204\$000	22,30	3	27:385\$000	12,64	3
G. Vacum	53:100\$000	9,66	1	84:955\$000	40,13	3	48:190\$000	22,24	3
G. Cavalari	5:680\$000	1,03	1	9:355\$000	4,42	3	15:365\$000	7,09	3
G. Miúdo	0	0,00	0	44\$000	0,02	1	0	0,00	0
Imóvel Urbano	0	0,00	0	3:400\$000	1,61	2	9:240\$000	4,26	1
Móveis	320\$000	0,06	1	926\$000	0,44	3	767\$500	0,35	3
Dívida Ativa	9:523\$485	1,73	1	35:895\$118	16,95	3	35:812\$000	16,53	2
Dívida Passiva	0	0,00	0	2:335\$050	1,10	1	0	0,00	0
Dote	60:320\$000	10,97	1	14:596\$000	6,89	2	0	0,00	0
Ouro e Prata	289\$000	0,05	1	413\$000	0,20	1	1:630\$000	0,75	1
Escravos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Mercadorias	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Dinheiro	76:781\$670	68,54	1	125:93\$448	5,95	2	4:000\$000	1,85	1
Ações	0	0,00	0	0	0,00	0	74:303\$000	34,29	2
Total	549:744\$155	100	1	211:716\$616	100	3	216:692\$500	100	3

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 38/46 e Cx: A-Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

O engenheiro Joaquim Ottílio Spínola Teixeira, também aplicou o dinheiro advindo da pecuária em atividades do capitalismo industrial e financeiro. Suas 1.300 cabeças de gado, avaliadas a Rs. 28:000\$000, principal bem na constituição do monte-mor (Rs. 60:768\$707), possibilitou que fossem investidos dinheiro em ações da Empresa Industrial Sertaneja (Rs.5:000\$0000) e em Cadernetas, sendo uma da Caixa Econômica Federal sob o número 56529, e a outra da Caixa Econômica Estadual sob o número 423 (Rs. 453\$700).<sup>275</sup> Seu pai, Francisco Teixeira de Araújo foi também um grande pecuarista, comercializando sua criação nos mercados baianos, em muitas delas, por intermédio de Deocleciano Pires Teixeira, como visto no capítulo anterior. Ressalta-se que a relação com Deocleciano e sua família não foi estritamente comercial, Joaquim Ottilio casou-se com Leovegilda Spinola Teixeira, filha do Coronel Antonio José Teixeira, irmão de Deocleciano. “ Os casamentos entre membros das famílias mais ricas da região, que favoreciam os negócios, ampliavam as fortunas e consolidavam alianças.”<sup>276</sup>

Semelhante a esses indivíduos, estiveram aqueles cuja riqueza amealhada ao longo da vida situava-se no Grupo 05, cujo valor do monte-mor compreendia de Rs. 20:000\$000 a Rs. 50:000\$000, possuíam terrenos diversos e uma criação extensiva de gado vacum. Contudo, entre esses indivíduos, a produção e comercialização agrícola, ao que tudo indica, estiveram mais presentes, em especial de algodão e mandioca, e a criação bovina ficou acima das 500 cabeças, não atingindo 1.000 cabeças, conforme observado para aqueles com patrimônio acima de Rs. 50:000\$000.

Comandante da Companhia da Comarca de Caetité em fins do século XIX e conselheiro municipal da Câmara de Monte Alto, nos anos iniciais do século XX, o Coronel Fernando Nogueira Tolentino, casado com D. Anna Ribeiro e Silva, filha de Nicolau Ribeiro e Silva, atuou em importantes ramos da economia e do comércio em Monte Alto, como pode ser notado na dívida com a Intendência Municipal descrita no inventário *post mortem*:

Divida com a Intendencia Municipal

Imposto predial de exercício de 1912: 14.786

Imposto de Engenho: 11.000

Idem Predial de 1913: 14.788

Idem de engenho “ : 11.000

Idem de Pastoral “ : 22.000

<sup>275</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Joaquim Ottilio Spinola Teixeira. Cx: J-1, 1913.Documentação não Catalogada.

<sup>276</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léguas Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.246.

Idem de consumo sobre 50 cargas de rapaduras vendidas nesta Villa no corrente ano: 22.000  
Soma: 95.576<sup>277</sup>

A propriedade de maior valor de Fernando Nogueira Tolentino, foi aquela em que se realizou o plantio da cana-de-açúcar e a produção da rapadura:

Sítio regadio, extremado, no lugar denominado Brejo do Boqueirão, d'este Termo, com cerca de madeira e arame, uma caza, engenho, tachos, carro, couxos e os demais utensílios e materiaes de lavoura, comprehendendo também terrenos seccos no referido sítio, como consta da escritura de compra feita a Joaquim Nogueira Tolentino e sua mulher D. Maria Pereira de Souza Tolentino.<sup>278</sup>

Ao longo da descrição do inventário não foi possível perceber se ele também produziu algodão, como Joaquim da Silva Neves que “é devedor a caza de Antonio Benedicto da Companhia, de quinze cargas de algodão, prontos, no valor de cinquenta mil reis por carga”.<sup>279</sup> Mas seja na produção da rapadura, seja na do algodão, contava-se com a mão-de-obra de distintos trabalhadores. Na propriedade de Fernando Nogueira Tolentino, camaradas estiveram presentes, utilizando “treis quartos anexos a mesma caza [de morada], que servem para camaradas e despejos”, provavelmente, também usados por agregados. E no trato com o gado, os vaqueiros foram figuras indispensáveis. Entretanto, conforme observa Paulo Henrique Duque Santos, além dos serviços nas fazendas esses indivíduos eram responsáveis por “conduzir, entregar e receber as boiadas; realizar entregas de encomendas, cumprir ordens de cobrança e recebimento de dinheiro, ”<sup>280</sup> sujeitos de confiança do fazendeiro.

A descrição de outro imóvel: “Caza no Arraial do Boqueirão do Parreira, com uma porta e quatro janellas de frente, o qual tem servido para hospedagem de viajantes”, indica que Fernando Nogueira Tolentino soube aproveitar do movimento de viajantes, que certamente iam realizar algum negócio em Minas Gerais e daqueles que vinham desse lugar para fazer alguma transação no alto sertão baiano ou em outras regiões da Bahia. Vale mencionar, que seu pai, Belchior Nogueira Tolentino, morava no Arraial de Lenções do Rio Verde, situado na Comarca de Boa Vista do Tremedal, Estado de Minas Gerais, onde tinha várias casas alugadas, em sua maioria com dependências para loja.

<sup>277</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Fernando Nogueira Tolentino. Documentação não catalogada. Cx: F-1, 1914.

<sup>278</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Fernando Nogueira Tolentino. Documentação não catalogada. Cx: F-1, 1914.

<sup>279</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Joaquim da Silva Neves. Mç:41, 1894.

<sup>280</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.252.

Na Tabela VIII, percebemos que os proprietários e negociantes com riqueza de Rs. 50:000\$000 a Rs. 20:000\$000, permaneceram com investimentos realizados em imóvel rural e gado vacum, pois se constituíam como rendosas atividades produtivas e comerciais. Em diálogo mais uma vez com a realidade socioeconômica observada em Xique-Xique, Elisangela Ferreira também identificou essa situação aos mais abastados:

O comércio era em Xique-Xique o lugar por excelência da acumulação de capitais e as maiores fortunas inventariadas pertenciam àqueles que carregavam uma dupla titulação – proprietários e negociantes. Às atividades ligadas à criação de gado, exercida por grande parte dessas famílias mais ricas, por vezes também estavam associados negócios comerciais e financeiros, onde os empréstimos a juros de 2% ao mês contribuía para o aumento das fortunas. Eram os comerciantes locais os grandes financiadores da produção rural e de outros negócios de pequeno giro, sendo muitos deles devedores em mercados maiores, principalmente Salvador.

Tamanho rentabilidade e acúmulo da fortuna podem ser observadas ainda através do número de inventariados dessa faixa e a contribuição no montante total da riqueza inventariada no decorrer do período analisado. Com apenas 9,5% do total de inventariados, segunda menor quantidade entre as faixas analisadas, o percentual da riqueza inventariada correspondeu a 24,9%, segunda maior contribuição. O peso maior foi advindo daqueles que tiveram riqueza amealhada acima de Rs. 50:000\$000. Com o número mais baixo de inventariados, 4,3%, sua participação representou quase a metade de toda riqueza arrolada, 45,79%.

TABELA VIII:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 05 – DE RS. 20:001\$000 A RS. 50:000\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 – 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários
Imóvel Rural	17:645\$204	21,62	2	56:253\$493	29,97	5	56:678\$295	15,7	8
G. Vacum	20:734\$000	25,4	2	55:700\$000	29,68	5	80:779\$000	22,38	7
G. Cavalari	2:745\$000	3,36	2	8:292\$500	4,41	5	12:682\$000	3,51	8
G. Miúdo	0	0,00	0	2:170\$000	1,15	2	488\$500	0,13	5
Imóvel Urbano	350\$000	0,42	1	3:770\$000	2,00	4	20:610\$000	5,71	5
Móveis	1:685\$600	2,06	2	14:083\$000	0,79	5	31:95\$000	0,88	8
Dívida Ativa	22:874\$460	28,02	1	13:941\$323	7,42	3	32:694\$970	9,05	5
Dívida Passiva	8:701\$160	10,66	2	18:834\$955	10,04	4	13:425\$476	3,71	2
Dote	5:800\$000	7,10	1	11:459\$400	6,10	2	116:000\$000	32,14	1
Ouro e Prata	397\$500	0,48	1	321\$000	0,17	2	201\$000	0,05	3
Escravos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Mercadorias	700\$000	0,85	1	15:459\$620	8,23	2	11:736\$397	3,25	2
Dinheiro	0	0,00	0	0	0,00	0	12:467\$000	3,45	4
Ações	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
<b>Total</b>	81:632\$924	100	2	187:685\$291	100	5	360:957\$638	100	8
	(72.931\$764)			(168.850\$336)			(347:532\$162)		

Fonte: Fórum Dr. Alcebiades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 38/46 e Cx: A-Z. Polo Documental de Caetitê e região. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetitê. Comarca Guanambi: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Ainda no que diz respeito à composição da riqueza dos indivíduos mais abastados, nota-se, com base na Tabela acima, que as dívidas ativas também tiveram uma significativa participação ao longo dos anos nas somas e investimentos por eles realizados. No entanto, só tiveram grande peso na composição da riqueza dos indivíduos que possuíam uma casa de negócio, ao contrário dos grandes proprietários e negociantes de riqueza acima de Rs. 50:000\$000, o que pode se relacionar a preferência desses indivíduos em investir o dinheiro angariado com a comercialização de gêneros agropastoris em mais um ramo lucrativo da atividade comercial: a comercialização de mercadorias estrangeiras e nacionais.

Nesses casos, a pecuária sofria uma redução significativa se comparada aos outros inventariados dessa faixa. Esse foi o caso de D. Maria Moreira da Veiga, casada com Honorino da Silva Porto, possuiu 192 cabeças de gado vacum, mas mesmo assim foi o segundo bem de destaque na riqueza constituída em Rs. 22:549\$907. Fazendas grossas, fazendas mineiras, miudezas, ferragens e louças foram avaliadas em Rs. 6:672\$007.<sup>281</sup> O crescimento do investimento em imóveis urbanos no decorrer das décadas se relaciona ao envolvimento com essa atividade, já que a instalação dos estabelecimentos comerciais se dava nas sedes das vilas e arraiais. Desse modo, a especialização em apenas um ramo de negócio não foi uma alternativa para os mais aquinhoados do termo de Monte Alto. Apesar da queda no número da criação bovina, ainda se apresentava em quantidade considerável, e permitia uma ativa participação nos mercados estaduais.

As duas faixas de riqueza nesse tópico analisadas, mantinham em comum o envolvimento com números expressivos de gado bovino, a posse de extensos terrenos, e ainda uma distinção a partir das patentes e cargos ocupados. Mesmo que para a primeira República as patentes não representavam a importância verificada em períodos anteriores, “traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo”.<sup>282</sup>

### **3.2 Entre os mais afortunados e os de vida mais modesta: médios proprietários e negociantes.**

Por um lado, sem fortunas comparáveis aos grandes proprietários e negociantes do termo de Monte Alto, mas com alguns desfrutando de patentes e cargos públicos, e por outro

---

<sup>281</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: D. Maria Moreira da Veiga. Cx: M, 1912. Documentação não catalogada.

<sup>282</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. In: Prefácio à segunda edição. LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Ed.7ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. n.p.

com uma diversificação maior de investimentos e posses do que aqueles de vida mais modesta, médios proprietários e negociantes, apesar de situações diversas por eles vividos, possuíam terrenos que possibilitavam tanto uma criação bovina de grande porte, cavalares e de gado miúdo, como de gêneros agrícolas, possuindo ainda negócios e residências tanto cidade como no campo.

D. Josephina Idalina de Castro Barreto, teve os bens arrolados em 1904, seu filho o Coronel José Antonio de Castro Tanajura, morador em Caetité, foi o inventariante dos bens. Tinha mais três filhas: D. Maria da Glória Barreto, viúva; D. Maria da Glória Fraga Barreto de Castro, casada com o Doutor Joaquim Venâncio de Castro e D. Anna Thereza Fraga Barreto, de 19 anos, cujo estado civil não foi identificado. Filho coronel e com filha casada com “Doutor”, percebemos que a família de D. Idalina de Castro Barreto possuía certo destaque naquela sociedade, mantendo relações próximas com indivíduos e famílias que se encontravam inseridos e à frente da política e economia local. Seu filho, José Antonio de Castro Tanajura, envolveu-se na política da cidade de Caetité e de Monte Alto, de acordo com Paulo Henrique Duque Santos, “entre os fazendeiros pecuaristas, foi um dos maiores exportadores de gado vacum do alto sertão da Bahia”, com pouco mais de 1.000 cabeças arroladas no seu inventário no ano de 1924.<sup>283</sup>

Talvez, diante da morte do marido de D. Josephina Idalina de Castro Barreto e da consequente divisão entre os herdeiros, a riqueza da família sofreu uma redução. Mas, mesmo com um valor de Rs. 16:710\$000, o envolvimento com as atividades agropastoris continuou em evidência.

Na Fazenda Pintada, termo de Monte Alto, onde residia a inventariada, foram descritas 06 cabeças de gado vacum (vacas, boi e novilhas) e uma mula defeituosa. Em Bom Jesus da Lapa, na Fazenda da Volta, concentrava a criação, foi arrolado um rebanho de 290 cabeças, havendo ainda a descrição de 56 animais cavalares (égua paridas/solteiras, poldros e cavalos). Nas especificações da dívida passiva no valor de Rs. 5:361\$000, devida ao filho José Antonio de Castro Tanajura e de negócios por ele realizados, está o trato e venda desses animais em lugares como Mundo Novo:

1897 Imp<sup>a</sup> do produto de gado e anim[s] neste: 1.395.000  
 1898 idem “ “ “ “ anno : 2.225.000  
 1900 idem “ “ “ “ : 3.900.000  
 “ idem de um cavallo: 100.000  
 1901 idem produto de gado e animaes: 1.870.000  
 1902 idem “ “ “ : 1.170.000

<sup>283</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas Tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.245.*



1903 idem “ “ “ : 700.000  
1903 Setembro 10 Imp<sup>a</sup> de 8 vaccas vendidas: 432r  
1904, julho 4 imp<sup>a</sup> de 22 rezes vendidas: 946 r  
17 idem de 16 poldros vendidos em Mundo Novo 577.700<sup>284</sup>

Por sua vez, João Pereira Lima, não parece ter desfrutado de relações pessoais com sujeitos de maior destaque econômico e político no termo de Monte Alto. A pecuária, também não alcançou os números de D. Josephina Idalina de Castro Barreto, no entanto, esteve ao lado do domínio de terrenos e da produção do algodão, como importantes investimentos na riqueza arrolada, assim como outros indivíduos da faixa de riqueza de Rs. 10:001\$000 a Rs. 20:000\$000, como pode ser observado na Tabela IX.

---

<sup>284</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariada: D. Josephina Idalina de Castro Barreto. Cx: J, 1904. Documentação não catalogada.

TABELA IX:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 04 – DE RS. 10:001\$000 A RS. 20:000\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 – 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários
Imóvel Rural	9:888\$815	24,53	3	45:369\$000	32,59	7	37:522\$412	37,47	6
G. Vacum	12:910\$000	32,03	3	28:570\$000	20,52	7	23:501\$000	23,47	7
G. Cavalari	2:235\$000	5,54	3	8:468\$000	6,08	7	5:872\$000	5,86	5
G. Miúdo	120\$000	0,30	1	506\$500	0,36	4	217\$500	0,21	2
Imóvel Urbano	1:350\$000	3,35	2	1:100\$000	0,79	1	3:320\$000	3,31	4
Móveis	365\$500	0,91	2	3:149\$100	2,26	6	1:507\$200	1,50	6
Dívida Ativa	11:234\$290	27,87	3	10:042\$334	7,21	5	3:002\$500	2,99	4
Dívida Passiva	0	0,00	0	29:895\$133	21,47	6	13:498\$500	13,48	6
Dote	90\$000	0,22	2	1:432\$500	1,02	2	1:085\$050	1,08	2
Ouro e Prata	50\$000	0,12	2	276\$000	0,19	4	151\$000	0,15	3
Escravos	0	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0
Mercadorias	2:063\$204	5,12	1	8:744\$000	6,28	2	7:463\$690	7,45	2
Dinheiro	0	0,00	0	1:675\$300	1,20	2	3:000\$000	2,99	1
Ações	0	0,00	0	0	0	0	0	0,00	0
Total	40:306\$809	100	3	139:227\$867	100	7	100:140\$852	100	7
				(109:332\$734)			(86:642\$352)		

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 38/46 e Cx: A-Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário

João Pereira Lima tinha apenas uma filha, Antonia de Lima Gonçalves, com 34 anos, casada com João Pereira de Azevedo, e morava numa “casa com treis portas e cinco janellas de frente com um curral de lascas de aroeira com frente” na Fazenda Sambahiba, próxima a Bella Flor, onde também possuía uma “ casa com quatro portas e treis janellas de frente”. A parte de terras da dita Fazenda possuída por João Pereira Lima, “com 5 milhoes 512 mil 412 metros quadrados”, foi avaliada em Rs. 5:512\$412, maior valor dentre as outras partes de terra localizadas na Fazenda das Vargens, termo de Riacho de Santana e na Fazenda Mija Fogo, em Monte Alto. Além de maior valor e extensão, era nela que situava a produção algodoeira, e também mangas para gado. A roça plantada dessa cultura foi avaliada em Rs. 1:000\$000.<sup>285</sup>

Em 1913, uma denúncia realizada por João Pereira de Lima, no Cartório em Monte Alto, documenta preocupações em relação a posse dessa propriedade:

Veio protestar João Pereira de Lima [...] contra a invazão com roças feita na fazenda Sambaiba, outra hora pertencente a do Pé da Serra, por Antonio Pereira de Azevedo na parte relativa a área evadida pela referida roça que ao Antonio Pereira de Azevedo não pode caber na partilha que ora requerer da mesma fazenda Sambaiba, prejudicando assim ao protestante na referida parte em que está fazendo a roça cuja área virá fazer parte do quinhão do protestante na aludida divizão, pelo que vinha salvar guarda de seus direitos e dificuldades na divizão futura da fazenda. 1913.<sup>286</sup>

O parentesco entre João Pereira Lima e Antonio Pereira de Azevedo não foi especificado. Mas de acordo com as informações acima, ambos tinham direitos na propriedade, e faziam uso dos terrenos, tendo Antonio Pereira de Azevedo feito roças na parte em que caberia ao protestante. Situações conflituosas em relação ao domínio de propriedades foram comuns nos registros do tabelionato. Martiniano Rodrigues Malheiros e sua mulher D. Stephania Maria Prates, Manoel Antonio da Veiga e sua mulher D. Tertulina de Araújo Malheiros, estabeleceram como seus procuradores o Cap<sup>o</sup> Henrique Garcia Leal, José Nogueira Cardozo, Ezequiel Pinto e Carlos Catão de Castro “para que possa defender o direito de propriedade delles outorgantes em uma acção de domínio [?], que contra os outorgantes movem Aprigio de Souza Amarantes e sua mulher Francisca da Silva Telles sobre o *dominio* posses dos outorgantes que elles pretendem esbulhar”.<sup>287</sup> Não foi possível identificar a razão do direito de propriedade mencionado pelos outorgantes: herança, compra ou doação... Mas, considerando

<sup>285</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: João Pereira de Lima. Cx: J-1, 1916. Documentação não catalogada.

<sup>286</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Livro de Registro de Escrituras Públicas, número 21. Documentação não catalogada.

<sup>287</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Livro de Registro de Escrituras Públicas, número 10, 1891-1897. Documentação não catalogada.

que havia uma concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, talvez tenha ocorrido uma ocupação de determinada parcela de terras: “alguns homens e mulheres se aventuravam com suas numerosas famílias a ocupar terrenos mais pobres”.<sup>288</sup>

Além de terras e gado, a Tabela IX também evidencia uma porcentagem significativa de dívidas ativas. Embora a prática da agiotagem fosse comum entre os sertanejos como forma de angariar dinheiro, conforme veremos adiante, as dívidas a receber dos donos das casas comerciais se relacionavam, num primeiro plano, com as vendas efetivadas no fiado. Essa situação se encontrava entre indivíduos presentes nas duas faixas de riquezas analisadas nesse tópico. A relevância das dívidas ativas entre os indivíduos que compõem a faixa de Rs. 5:001\$000 a Rs. 10:000\$000, pode ser verificada na Tabela abaixo.

---

<sup>288</sup> PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009, p.148.

TABELA X:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 03 – DE RS. 5:001\$000 A RS. 10:000\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 - 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários
Imóvel Rural	14:194\$162	17,96	8	1:240\$000	5,82	3	4:500\$000	42,66	1
G. Vacum	28:908\$000	36,58	8	6:240\$000	29,27	2	0	0,00	0
G. Cavalari	5:593\$000	7,07	9	2:880\$000	13,51	2	450\$000	4,26	1
G. Miúdo	60\$000	0,07	1	190\$000	0,89	2	400\$000	3,79	1
Imóvel Urbano	3:250\$000	4,11	4	890\$000	4,18	2	0	0,00	0
Móveis	1:319\$470	1,67	9	149\$140	0,70	3	247\$000	2,34	1
Dívida Ativa	4:354\$200	5,51	6	6:391\$746	29,98	3	1:041\$864	9,87	1
Dívida Passiva	4:631\$000	5,86	5	1:916\$600	8,99	2	3:848\$500	36,49	1
Dote	11:397\$000	14,32	5	0	0,00	0	600\$000	0,56	1
Ouro e Prata	824\$220	1,04	7	0	0,00	0	0	0,00	0
Escravos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Mercadorias	3:954\$410	5,00	1	579\$120	2,72	1	0	0,00	0
Dinheiro	540\$000	0,68	1	840\$000	3,94	1	0	0,00	0
Ações	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Total	79.025\$462	100	9	21:316\$606	100	3	10:547\$364	100	1
	(74:394\$462)			(20:000\$006)			(6:638\$864)		

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Maço: 38/46 e Cx: A-Z. Polo Documental de Caetitê e região. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetitê. Comarca Guanambi: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário

Pertencente ao Grupo 03, Orlinda Angélica Viveiras, casada com o Major Antonio Luiz de Figueiredo, possuía na “Rua do Senador Deocleciano Pires Teixeiraa”, a “morada de casa feita de adobes e coberta de telhas, com quatro portas e seis janellas na frente, [com] armação de loja”. Aí vendia variadas fazendas a sua clientela. A vista ou a prazo, podia adquirir peças de algodão, madrasto, inclusive “parisiense”, chales, entre outros. Esse ramo de negócio foi a especialidade da família, não possuíam cabeças de gado e nem imóveis rurais. As dívidas ativas eram a segunda maior contribuição na riqueza inventariada.<sup>289</sup>

Entretanto, é preciso destacar que foi comum os donos de casas comerciais possuírem imóveis rurais e realizarem a produção agrícola e criar cabeças de gado. Francisco Antonio Lopes, por exemplo, envolvido com o comércio de ferramentas e miudezas, tais como: bandejas de ferro com a marca C, vigas de aço, caixas de espoletas, fivelas, dúzias de botões para coletes e paletós, caixas de colchetes para vestido, latas de graxa e argolas de latão, mantinha uma significativa produção algodoeira. Sem herdeiros, foi feito pela justiça o processo de arrecadação dos bens e, em seguida, foi aberto o edital para a venda dos itens arrolados. Nesse processo, foram descritos roças e gastos realizados com o cultivo do algodão, constando também a produção do arroz:

Roça edificada no lugar denominado Veredinha, povoada de algodão  
Aguada roça, situada no lugar denominado Veredinha, povoada de algodão e  
mandioca.  
Outra terceira roça situada no mesmo lugar da Veredinha, também povoada  
de algodão e arroz.<sup>290</sup>

No arrolamento dos bens foi mencionado que as roças plantadas no sítio da Veredinha estavam em terrenos pertencentes a Manoel Pereira da Silva, no entanto, no auto de avaliação, não foi feita nenhuma menção a outro dono. Em terrenos próprios ou não, Francisco Antonio Lopes colheu 65 arrobas de algodão em caroço e 10 alqueires de arroz “de colheita deste ano.” Para tais colheitas foram despendidos gastos com alimentos, alguns utensílios e trabalhadores. Devia ao negociante José Pereira Zequinha, estabelecido no Arraial de Bela Flor, sendo: “900.000 de principal e mais despesas fornecidas pelo suplicante a camaradas para traquejos e desenvoltura das roças deixadas pelo falecido a quantia de 286.670”, como demonstra o documento:

Despesas com as roça[s]:  
Aluguel Garafão a 30% por mez a 2 mezes e 20 dias: 80.000  
José a 15% por mês: 40.000

<sup>289</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariada: Orlinda Angelica Viveiras. Mç:42, 1899.

<sup>290</sup>Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Francisco Antonio Lopes.Mç:45, 1900.

Para Capina a diversos camarada: 80.000  
 Para batida e panha de algodão : 86.700.<sup>291</sup>

Envolvidos com a comercialização de fazendas e miudezas, com a criação de animais (vacum, cavalari e miúdo), médios proprietários e negociantes mantiveram-se ativos na dinâmica socioeconômica de Monte Alto. Contando com trabalhadores para a lida dessas atividades, como tropeiros, vaqueiros, agregados e camaradas, puderam criar, produzir e angariar significativas quantias. A esses trabalhadores, por sua vez, diante das condições de vida mais modesta, puderam fornecer o sustento e renda a suas famílias.

### **3.3 Modestos lavradores na labuta cotidiana.**

Apesar de nem sempre conter de maneira explícita nos inventários *post mortem* a profissão do inventariado, na descrição dos bens e anexos encontrados nesta fonte, é possível perceber o principal meio que uma dada família extraia sua renda. Entre os mais afortunados encontrava-se, como visto, o envolvimento em diversas atividades produtivas, além da ocupação de cargos públicos. Já, a ampla maioria da população do termo de Monte Alto, arrolada na faixa de riqueza entre Rs. 1:001\$000 e Rs. 5:000\$000, dependia da lavoura e dedicava-se ao comércio local e regional vendendo gêneros cultivados, como o algodão, a farinha e a rapadura, além de algumas criações, como o gado vacum e gado miúdo, que propiciou um significativo aumento da renda. Sem luxo, esses sujeitos possuíam casa de morada construída de adobes e coberta com telhas, com mobília modesta, geralmente bancos, mesas e cadeiras de madeira, um ou outro possuía itens de ouro e prata. Em seus terrenos, onde em pelo menos um havia tanque ou riacho d'água, tocaram a produção e a criação com ajuda da família, e em alguns casos com camaradas e vaqueiros. Aqueles de riqueza até Rs. 1:000\$000, viveram em condições ainda mais modestas, contando apenas com o terreno ao redor da casa de morada, ou terreno alheio, para criar poucos animais e cultivar algum gênero agrícola.

A Tabela XI evidencia, ao longo dos anos, a importância dos imóveis rurais e do gado vacum, constituindo os principais investimentos na composição da riqueza dos sujeitos do Grupo 02. Apesar de não possuírem grandes extensões de terras, como daqueles que tiveram as maiores fortunas no termo de Monte Alto, a posse delas permitiu a produção agrícola e uma consequente participação no comércio local e regional.

---

<sup>291</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/BA. Inventariado: Francisco Antonio Lopes.Mç:45, 1900.

TABELA XI:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 02 – DE RS 1:001\$000 ATÉ 5:000\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 - 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários
Imóvel Rural	11:368\$397	17,84	18	10:693\$000	29,10	14	12:779\$650	27,62	21
G. Vacum	19:445\$000	30,52	17	8:501\$000	23,14	14	19:760\$000	42,71	20
G. Cavalari	7:809\$000	12,26	18	4:437\$000	12,08	14	6:582\$000	14,23	20
G. Miúdo	485\$000	0,76	4	677\$000	1,84	3	607\$500	1,31	6
Imóvel Urbano	2:695\$000	4,23	5	3:005\$000	8,18	7	150\$000	0,32	1
Móveis	762\$200	1,20	13	1:373\$000	3,74	12	1:162\$370	2,51	14
Dívida Ativa	1:190\$000	1,87	7	1:260\$142	3,43	2	306\$000	0,66	1
Dívida Passiva	12:801\$305	20,09	8	5:018\$580	13,66	8	1:571\$263	3,40	4
Dote	490\$000	0,77	2	340\$000	0,93	1	1:035\$000	2,24	2
Ouro e Prata	229\$400	0,36	5	287\$250	0,78	3	255\$000	0,55	3
Mercadorias	3:949\$740	6,20	4	10\$000	0,03	1	1:496\$266	3,23	3
Dinheiro	2:487\$240	3,90	2	1:142\$000	3,11	2	5:618\$86	1,21	3
Ações	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
Total	63:712\$282	100	20	36:743\$972	100	17	46:266\$935	100	21
	(50:910\$977)			(31:725\$392)			(44:695\$672)		

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 38/46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetitê e região. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetitê. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.



Nota-se que entre os anos de 1900-1909 houve uma redução na soma total do valor acumulado na riqueza arrolada se comparada ao período anterior. A maior queda no valor, dentre os bens arrolados, foi do gado vacum. Em 1890-1899 atingiu a soma de Rs. 19:445\$000, correspondendo a 30,5 % da riqueza, no período seguinte foi de Rs. 8:501\$000, que representou 23, 1% da soma inventariada. A esse fato pode se relacionar as dificuldades de manutenção da criação diante da situação climática. Em épocas de estiagens, a falta d'água e de pastos para os animais ocasionava sua mortandade. A pouca oscilação entre os cavalares e gado miúdo, provavelmente se relacionou a números mais modestos, se comparada ao gado vacum, sendo possível mantê-lo mesmo diante de poucos recursos disponíveis.

Entre 1910-1920, ocorreu uma recuperação do valor amealhado que foi acompanhado pelo aumento da criação bovina, certamente devido a melhores condições de lidar com a criação e as atividades produtivas. Ainda, a dívida passiva apresentou o menor valor ao longo dos períodos analisados, o que indica uma redução no comprometimento da riqueza arrolada.

Em tempos bons ou ruins, era da agricultura, criação, ou do envolvimento em ambas atividades, que os sujeitos de vida mais modesta puderam angariar quantias suficientes para o sustento e até incrementar a produção. No arrolamento dos bens de José Pereira Cabrinha, o cultivo do algodão ganhou destaque. Além da descrição de maquinários utilizados para seu beneficiamento, aparece descrita no auto de inventário uma “roça deste anno, povoada de algodão”. O “Carro velho, quebrado, no caminho da Lagoa dos Patts” e “bois manços para carro”, certamente havia servido para comercializar a produção das “arrobas de algodão em carosso” e “trez killos e meio de algodão descarçado em lâ”.<sup>292</sup>

Destinada ao mercado nacional e internacional, produções como essas eram vendidas, primeiramente, a negociantes da vila de Monte Alto, que posteriormente as remetiam para outros mercados, como as cargas de algodão compradas em mãos de José Pereira Cabrinha por Sebastião Cardozo de Souza, negociante também do ramo algodoeiro. Localmente, muitos lavradores também comercializaram seus produtos. Direcionados ao abastecimento das famílias do termo de Monte Alto, os mais variados gêneros alimentícios eram vendidos na feira livre. Talvez, além da própria subsistência da família de José Pereira Cabrinha, o “quintal com chácara, nesta villa, perto das cazas de morada com alguns pez de laranjeira e bananais, banhada pelo riacho desta villa”<sup>293</sup> foi uma possibilidade de aumento dos ganhos.

---

<sup>292</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: José Pereira Cabrinha.Mç:40, 1892.

<sup>293</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: José Pereira Cabrinha.Mç:40, 1892.

No caso de Angélica da Silva Cotrim, a criação do gado vacum forneceu o principal meio em que adquiria renda para a família. Entre vacas com crias e gado de toda sorte, compôs-se um rebanho de 130 cabeças, avaliado em Rs. 1:430\$000, número que esteve bem acima daquele possuído pela maioria dos sujeitos da faixa de riqueza analisada, que foi de 20 a 50 cabeças. Como a inventariada tinha apenas um filho, certamente contou com o serviço de vaqueiros para a lida do rebanho. Ainda no que se refere à criação de animais, o gado cavalari teve um espaço considerável entre os investimentos da família, éguas, potros, cavalos e burros constaram no arrolamento dos bens. Voltados não apenas para o pastoreio do gado bovino, alguns serviram ao tropeirismo: seis “burros arreados para tropeirar, velhos” foi o segundo bem de maior valor entre os descritos ao longo do seu inventário.<sup>294</sup>

Já Clemente da Silva Mucunam assegurou a subsistência e a renda da família com a produção na lavoura e na criação de gado vacum, miúdo e cavalari. Criando “de tudo um pouco”, podia ter e vender carne, toucinho, leite.... As 20 cabeças de gado vacum venderam na região mesmo, para o açougue ou matalotagem. Os oito cavalares podiam ajudar no trato do gado bovino, entretanto, os maiores lucros advinham de sua comercialização:

Disse existir em moeda corrente a quantia de quarenta e quatro mil reis, restante da importância de trezentos mil reis, por quanto se vendeu duas mullas novas.

Dos trezentos mil reis, importância dos dois burros vendidos, applicou cento setenta e um mil reis para o pagamento de dividas e funeral e cinco mil reis para luto e despesas da caza, tendo ficado justamente os quarenta e quatro mil reis que já deu a descrever.<sup>295</sup>

Originados do acasalamento com jumento e égua, os muares, apesar de estéreis, despertaram o interesse de todos aqueles envolvidos com a produção e comercialização de mercadorias, pois eram “fortes e resistentes, relativamente fáceis de amansar e próprios para tração e carga”.<sup>296</sup> Comparado aos equinos, o preço alcançado pelos muares foi mais alto. Clemente da Silva Mucunam, como observado acima, realizou a venda de “duas mulas novas” por Rs.300\$000, assim Rs.150\$000 cada uma. Já os equinos, foram avaliados a quantias bem inferiores:

---

<sup>294</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: Angélica da Silva Cotrim. Mç:39, 1890.

<sup>295</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Clemente da Silva Mucunam. Mç:41, 1894.

<sup>296</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p.249.

## QUADRO VIII:

## VALORES ATRIBUÍDOS A GADO CAVALARES - 1894

Quantidade	Descrição do animal	Valor total
01	Égua velha.	20\$000
01	Égua troncha, velha.	15\$000
02	Éguas de onze anos	60\$000
02	Poldros de dois anos	60\$000
01	Burro que vai para ano.	40\$000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Clemente da Silva Mucunam. Mç:41, 1894.

Embora o “burro que vai para ano”, conforme apresentado no Quadro VIII, recebesse um valor menor aos outros equinos, na maioria dos inventários *post mortem* os muares tiveram valor igual ou superior a eles. Além disso, por se tratar de um burro ainda muito novo, seu valor tendia a ser reduzido. Não apenas a idade, mas também características físicas e aptidão faziam com que o preço variasse. A “égua troncha, velha”, por exemplo, foi avaliada em Rs. 15\$000, já a “égua de onze anos” em Rs. 30\$000. Em relação aos muares, especificação como “novos arreados” tornava-os mais caros que os demais, chegando a quase Rs. 200\$000, o valor se explica por se tratar de animais aptos ao carregamento de mercadorias de pequena a longas distância.

Sobre a valorização dos muares no alto sertão da Bahia, observamos, a partir do estudo de Licurgo Santos Filho, que desde o início do século XIX eles estiveram à frente dos equinos:

Quanto aos burros e mulas, ou “bêstas muares”, foram negociados sempre por preços equivalentes ou superiores aos alcançados por cavalos. Com exceção de dois burros, recebidos em 1805 por 4\$000 e 5\$000, os muares vendidos no Campo Sêco sempre o foram por valor igual ou superior a 30\$000. Quando em 1808 a sêca lhe dizimou 300 cabeças de gado de criar, lamentou ainda Pinheiro Pinto a perda de dois burros “q me custão 106000rs”, ou 53\$ cada um.<sup>297</sup>

Se compararmos o valor dos muares vendidos por Pinheiro Pinto na fazenda Campo Seco com os vendidos por Clemente da Silva Mucunam em Monte Alto, percebemos uma significativa diferença, quase o triplo da quantia foi adquirida por Clemente em fins do XIX, que além de utilizada para quitar dívidas contraídas pela família e realizar o pagamento do funeral, serviu para despesas da casa, certamente na compra de mantimentos para o consumo, restando ainda Rs. 44\$000.

<sup>297</sup> SANTOS FILHO, Licurgo. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012, p. 259.

De menor porte, a criação do gado caprino e ovino constava na relação dos bens de lavradores como Clemente da Silva Mucunam. Criava-se uma quantidade modesta e os valores eram baixos se comparado a outros animais, por isso essa criação não representava um dos principais bens na composição da riqueza desses indivíduos, mas teve uma grande expressão no mercado interno e externo:

A criação do gado caprino e ovino alimentava o comércio nacional e internacional de peles, além de fornecer a carne verde para as feiras locais. Do gado ovino, aproveitava-se também a lã, mas parece que a comercialização desse produto no mercado interno da região ocorreu em diminuta quantidade.<sup>298</sup>

Conforme dados do censo de 1920, a Bahia foi no período de 1919/1920 o maior criador de caprinos (27, 9%); o segundo maior produtor de ovinos (12%); o terceiro produtor de asininos e muares (13, 4%); e quarto maior produtor de equinos (7, 2%) e suínos (4,8%). Os municípios do alto sertão tiveram uma significativa participação no alcance desses índices: com 17, 6% de caprinos e 16, 1 % de ovinos; 18, 2% de suínos; 21, 1% de equinos e 13% de asininos e muares.<sup>299</sup>

Em relação aos suínos, que assim como caprinos e ovinos foram denominados gado miúdo, ofereceram carne e toucinho nas feiras das vilas e cidades do alto sertão. Com baixa recorrência nos inventários *post mortem*, mas com uma quantidade considerável, foram avaliados em Rs. 2\$000, com exceção de oito “cabeças de gado suíno avaliados a cinco mil reis cada um” de Clemente da Silva Mucunam, talvez já estivessem prontos para o abate, sendo que havia outros seis que receberam o valor de Rs. 2\$000. O toucinho, “gordura ou banha de porco situada por baixo da pele compreendendo o couro”,<sup>300</sup> amplamente consumido pela população foi comercializado por Rs. 6\$000 a Rs. 7\$000 a arroba.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas por Clemente da Silva Mucunam, apesar de se deter mais à criação de animais que ao cultivo da lavoura, ela não esteve ausente do dia a dia da família. A roça de mandioca, que poderia dar 10 alqueires de farinha, foi arrolada como seu único bem de raiz. A diminuta produção do dito inventariado, pode estar relacionado ao domínio de poucos terrenos, talvez inférteis, era mais lucrativo direcioná-los à criação de porcos, gado vacum, gado cavalari e ovinos e caprinos.

---

<sup>298</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014.

<sup>299</sup> Cálculos realizados por Paulo Henrique Duque Santos (2014, p.238) com base em dados do recenseamento de 1920. IBGE. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 de setembro de 1920. Agricultura v. III (1ª parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.

<sup>300</sup> SANTOS, op. cit., p.264.

Poucos férteis ou não, a posse de mais de uma parte de terra, possibilitou que a criação de animais e a produção agrícola alcançassem quantidades suficientes para a comercialização no mercado local e regional. Tal importância, justifica as notificações nos livros de registros de escrituras públicas sobre querelas relacionadas a posse desse bem, como feita por José Caetano Vieira Lima, que:

atribuía como seus procuradores na Vila de Monte Alto, os senhores Adolpho Pereira Castro e Herculano da Silva Leão, especialmente para que defendam os direitos deles no caso em juízo que lhes pretendem mover Exuperio Barbosa Braga e sua mulher D. Josepha Moreira da Silva, e a quem se intervir na mesma acção, relativamente a terras e açude no Rio da Mandiroba, e Fazenda do mesmo nome, da qual são os outorgantes condôminos proprietários, com direitos adquiridos por seos antepassados há mais de trinta anos, podendo seus procuradores acompanhar a acção, interpor quaisquer recursos [...].<sup>301</sup>

Deodato Rodrigues Pinto e sua mulher D. Maria Francisca dos Santos, também registraram queixas no que se refere a posse da terra:

Constituíram, nesta vila, como seos procuradores “ Joaquim Moreira de Castro, C. Lucio de Souza A.[?], Jason de Castro Lellis, Joaquim Apollo de Castro, especialmente “para que possam passar a Manoel Pereira Bezerra, a competente acção civil ou criminal, ou ambas ou justamente afim de serem os outorgantes restituídos, ou reimpossados de uma aguada com tapagem cercada no lugar denominada Picadas, na Fazenda Pé da Serra, deste termo, e bem assim dos mattos adjacentes e posses **já a muito ocupada pelos outorgantes, e seus filhos, genros e agregados** se servião das aguas do referido Tanque para saptisfazerem as necessidades *ordinárias*, quando for a mesma aguadas *intupida* e destruídos que o guardam por Manoel Pereira bezerra e sua mulher, que maliciozam[e] e os destruirão, maliciosa [e], além disso fizerão uma roçada no referido lugar compreendendo este até os termos das cazas de seos filhos e genros, [...], causando aos outorgantes graves danos prejuízos; podendo os procuradores lhe passar a competente acção e acompanha-la até os altos tribunais, utilizando todos os recursos em direito permitido.<sup>302</sup>

Pelas queixas apresentadas pelos outorgantes, presume-se que Manoel Pereira Bezerra utilizou da destruição de tanque e da realização de roças, para que a família deixasse o terreno. Devemos considerar, que apesar de muitos possuírem um pedaço de terra, havia, como verificado anteriormente, uma concentração desse bem nas mãos de uma parcela pequena dos moradores do termo de Monte Alto, desse modo, a ocupação de terrenos, com extensão “ a perder de vista”, por famílias com menores recursos parece ter sido algo recorrente. Anos se passavam sem haver uma contestação por parte dos prováveis proprietários. Conforme

<sup>301</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, número 17, 18 de junho de 1898. Documentação não catalogada.

<sup>302</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, número 10, 10 de março de 1896. Documentação não catalogada. Grifos nossos.

denúncia de Deodato e sua mulher, a família vivia no lugar denominado Picadas há muito tempo, havendo a presença, inclusive de agregados.

Para aqueles que tiveram riqueza inventariada até a quantia de Rs. 1:000\$000, viver em terrenos ocupados, de um familiar ou desconhecido, certamente foi mais recorrente do que em outras faixas. D. Elvira Maria da Conceição, que teve um monte-mor de Rs. 440\$000, possuía uma “caza coberta de palha com uma porta de frente, edificada em terreno de seu sogro Prudenciano Manoel dos Santos”, tendo aí uma rocinha plantada de algodão.<sup>303</sup> Mas, para aqueles que não podiam contar com a ajuda de familiares, uma alternativa encontrada foi prestar serviços a terceiros na condição de agregado.

Digo em abaixo assignado que alem dos mais que bem que possuo livres e desembargados, sou senhor e possuidor de duas partes de terras nas posses da VerÊda e Tanque Novo onde residem os meos agregados Pedro, Mariano e Simplicio, [...]tambem o agregado Geraldo, aos quais meo finado pai para ali morarem, dando conserto para curral e viverem de lavoura naqueles terrenos.<sup>304</sup>

Eduardo Magalhães Ribeiro destaca que a condição de agregado não era algo estritamente econômico, com uma subordinação do indivíduo à casa, à terra e à família do fazendeiro, “era uma relação parcial de trabalho, mediada por muitas trocas regulares entre sujeitos desiguais”.<sup>305</sup> Ainda, conforme esse autor, a agregação podia ter origens diversas, algumas delas se assemelham a situações descritas acima: partilha da herança, quando uma família possuía um terreno pequeno demais para dividir entre os herdeiros, agregava-se junto aquele que ficou com o bem ou partia para fazenda de terceiros; mobilidade, emigração de sítiantes diante das dificuldades de sobrevivência ocasionada pela seca, esgotamento da fertilidade do solo, etc; incorporação de posses, ocorria quando um fazendeiro expandia seu domínio para área ocupada por posseiro e impunha seu mando sobre a terra, podendo enfrentá-lo ou agregar-se.<sup>306</sup>

Aos que possuíam terrenos próprios, tratava-se de apenas uma pequena parte de terra, geralmente próximo ou onde esteve situada a casa de morada. Mesmo com tamanho e avaliação modesta, representou o investimento de maior valor entre os poucos bens possuídos, como pode ser verificado na Tabela abaixo.

<sup>303</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: D. Elvira Maria da Conceição. Cx: E, 1917. Documentação não catalogada.

<sup>304</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Angelo Pereira D’Assumpção. Cx: A, 1901. Documentação não catalogada.

<sup>305</sup> RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no Nordeste de Minas Gerais. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, V.18, n. 2, 2010, p.339.

<sup>306</sup> Ibidem, p.400/401.

TABELA XII:

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS POR FAIXA E DÉCADA, 1890-1920: GRUPO 01 – ATÉ RS. 1:000\$000

Bens em mil réis	1890 – 1899			1900 – 1909			1910 – 1920		
	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários	Mil réis	%	Número de inventários
Rural	914\$000	14,12	08	2:831\$480	41,13	11	2:157\$000	36,51	12
G. Vacum	2:607\$000	40,28	07	1:010\$000	14,67	4	1:400\$000	23,70	10
G. Cavalari	1:448\$000	22,37	07	1:400\$000	20,34	7	960\$000	16,25	9
G. Miúdo	32\$000	0,49	01	106\$000	1,54	2	175\$500	2,97	2
Urbano	1:090\$000	16,84	03	400\$000	5,81	2	660\$000	11,17	4
Móveis	216\$500	3,34	04	117\$000	1,70	4	270\$000	4,57	6
Dívida Ativa	60\$000	0,93	01	14\$000	0,20	1	-	0,00	-
Dívida Passiva	-	0,00	-	1:005\$000	14,60	6	-	0,00	-
Dote	-	0,00	-	-	0,00	-	205\$000	3,47	2
Ouro e Prata	105\$000	1,62	02	-	0,00	-	-	0,00	-
Mercadorias	-	0,00	-	-	0,00	-	80\$000	1,35	1
Dinheiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-
Ações	-	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-
Total	6:472\$500	100	09	6:883\$480	100	12	5:907\$500	100	16
				(6:504\$980)			(5:827\$500)		

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 38/46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Apesar do imóvel rural constituir o principal bem, ao lado da criação de cabeças do gado *vacum*, observamos, se comparado aos lavradores que detinham riqueza entre Rs. 1:001\$000 e Rs. 5:000\$000, que o valor alcançado em cada década apresentado na Tabela XII, mesmo considerando o número de inventariados, foi bastante inferior, o que se associa tanto à quantidade do gado, à extensão de terrenos, como aos benefícios existentes. Na descrição das casas, que nem sempre vieram acompanhadas de parte de terrenos anexo, nota-se a simplicidade da construção: “casa coberta de telhas com uma porta e duas janelas de frente”, “morada de casa feita de paredes de taipa, com uma porta e duas janellas de frente, com manga começada e curral velho em ruína”.

Nos terrenos, nem todos havia aguadas, mas poderia-se ali ser cultivadas pequenas plantações de milho, mandioca, cana e algodão. O parcelamento advindo da herança, permitiu a posse desse bem, como a parte de terras pertencente a Lupercio Francisco da Silva “em commum na Barra do Riacho, havida por herança de seu finado pai”, e “terras [que] provem de uzo, havidas por heranças de nosso pay e sogro, no lugar do Agrestinho, contigua a esta villa, no curralinho do Leão e no lugar de Santa Maria, na margem do Rio das Rãs, na Fazenda das Urtigas [...]”.<sup>307</sup>

Sobre a criação do gado *vacum*, de acordo dados da Tabela XII, a partir de 1900 houve uma queda no valor alcançado. Certamente, a seca de 1890, a conhecida “noventinha”, e as sucessivas estiagens, abalaram a criação desses pequenos criadores, que com poucos recursos não tiveram condições de recuperar ou aumentar o rebanho que foi constituído por uma média de 10 cabeças de gado. Semelhante situação foi observada por Paulo Henrique Duque Santos:

Lavradores situados nas faixas de montes –mores até cinco contos de réis costumavam criar uma maior quantidade de cabeças de gado *vacum*, ao menos até a década de 1890. Talvez por força “noventinha”, de outras secas e estiagens prolongadas, que atingiram sem piedade as pastagens em pequenas mangas e oneravam os gastos com alimentação dos animais *vacum*, lavradores dessas faixas de montes-mors restringiram a criação de animais aos que eram utilizados no trabalho da lavoura e no transporte.<sup>308</sup>

As dificuldades de sobrevivência, acentuadas pela seca, estiveram entre as razões para que muitos indivíduos partissem para outras regiões e estados nesse período. De modo permanente ou temporário, se aventuravam em busca de trabalho. Procurações

<sup>307</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Lupércio Francisco da Silva. Mç: 39,1891.

<sup>308</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.288.*



constantes nos livros de registros de escrituras públicas documentam alguns destinos desses sujeitos para o Estado de São Paulo. Em 1917, Maria Alves dos Santos, constituiu como seu procurador o senhor Henrique Pereira Marques, lavrador e residente no município de Jabuticabal, “para que ele fosse receber do Coronel João Sabino de Camargo, residente na mesma Vila de Guaribas, da comarca de Jabuticabal a importância de dinheiro e bens deixados por morte de seu irmão Joaquim Alves dos Santos”, em poder do mesmo Coronel.<sup>309</sup> Por ocasião da morte do pai na comarca de Barretos no Estado de São Paulo, sendo única herdeira, Maria Francisca de Jesus estabeleceu por seu procurador “Floriano Rodrigues Mont’alvão, casado, maior, artista, residente nesta cidade, para que possa representar em juízo na comarca de Barrêtos, ou em qualquer outra comarca do mesmo estado, para suceder-lhe na herança dos bens deixados por falecido pai”.<sup>310</sup> Como procurador de Pedro Elias dos Santos, devia Manoel L. Costa, subdelegado de polícia, “dispor pelo preço maior que alcançar de uma caça que existe no mesmo lugar ‘Serrinha’ deixada pelo seu falecido irmão Saturnino Elias dos Santos, para cujo fim lhe da plenos poderes”, além de fazer pagamentos das dívidas ali existentes.<sup>311</sup> Ainda, O lavrador Martinho da Costa Santos, constituiu por seu procurador na Cidade de Matão, o filho Laurentino da Costa Santos, também lavrador, “para que possa requerer e assistir o inventário ou arrolamento dos bens deixados por seu falecido filho Leocadio da Costa Santos, falecido naquele termo”.<sup>312</sup> Também, Manoel Lázaro Rodrigues Sabará passou procuração ao senhor Theodomiro Rodrigues Porto, na cidade de Jardinópolis, “para arrecadar todos os bens de espólio deixado por seu irmão Alexandre Roiz. Sabará, assassinado em 25 de mar. do corrente anno no lugar denominado Guivera”.<sup>313</sup>

Vila de Pitangueiras, Mato Grosso dos Batataes e Taquaratinga, termo de Araraquara, foram outros destinos em que trabalharam e residiram os montealtenses. Em alguns casos, antes da partida, realizava-se escrituras públicas de locação de serviços, como efetivado entre contratante locatário Possidônio de Souza Pinto, lavrador, residente no termo de Monte Alto e o contratado locador, Mario de Pereira Trancoso, também

---

<sup>309</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas. Documentação não catalogada.

<sup>310</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, 02 de março de 1920. Documentação não catalogada.

<sup>311</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, 07 de julho de 1920. Documentação não catalogada

<sup>312</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, 21 de outubro de 1920. Documentação não catalogada

<sup>313</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, número 19, 03 de maio de 1909. Documentação não catalogada

natural e residente em Monte Alto. Abaixo verifica-se as condições dessa contratação, sendo:

[...] pelo preço e quantia de setenta e cinco mil reis por seis mezes, para prestar-lhe no Estado de São Paulo os serviços de lavoura que pelo mesmo locatario me for distribuido ou ordenado [...], o semestre de que se trata será contado do dia da partida do contractante locador deste Estado para o de São Paulo, as despezas relativas a viagem serão feitas pelo contractante locatario, os pagamentos dos respectivos salários será feitos em proporção ao tempo de serviços prestados a vontade do contratante locador, já tendo recebido até ao passo desta a quantia de trinta e oito mil e quinhentos reis, no caso de moléstia serão descontados o dia que o locador não prestar serviços, sendo as despezas, com o tratamento feito por conta do locatario, digo, locador, e no caso de faltar-lhes meios serão adiantados pelo contractante locatario, com obrigação do contractante locador indenisa-lo, [...] ficão sujeitas a disposição da lei em vigor relativas a *matéria* deste contractado sem que possa qualquer dos contractantes a seo favor evocar qualquer Ocupação. E pelo contrante locatario faz aceito o presente contracto com as causas nelle contidas.<sup>314</sup>

No alto sertão ou em outros estados as condições de vida enfrentadas não foram fáceis para sujeitos de vida mais modesta. Porém, não impediram que se envolvessem em negócios e produção de pequeno porte, em terrenos próprios ou alheios, na condição de camarada, vaqueiro, diaristas ou agregados. Mesmo que as somas alcançadas estivessem longe daquelas conseguidas por proprietários e lavradores mais abastados, elas foram importantes não apenas para a sobrevivência, mas também para o abastecimento do comércio local e regional. Se a seca, e os poucos recursos impediam o aumento da produção e dificultavam a sobrevivência, esses sujeitos conseguiram lidar com momentos difíceis, sendo as relações construídas cotidianamente uma importante alternativa em tempos ruins.

### **3.2 “Continuo a pedi-vo e se tiver arranjado”: relações de crédito no termo de Monte Alto**

Estimamos ter suas boas noticias e da família, conforme sua carta do corrente, pelo Pio. Fica ciscente haver cumprido a ordem de um conto em favor do Major Benicio Gomes a dias de ordem ao Major Jm Ourives de 500 r, que também fez o obsequio de cumprir. Esta importância foi para mim, que, c Felismente vendi todo o meu algodão, de maneira que hoje posso, sem diferença, mandar lhe incluir os 500r do referido saque [...].<sup>315</sup>

<sup>314</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeiras – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Registros de Escrituras Públicas, 29 de julho de 1891. Documentação não catalogada.

<sup>315</sup> Correspondência remetida da vila de Monte Alto por Francisco Teixeira a Deocleciano Pires Teixeira em Caetité. Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: FDPT. Serie: Correspondências –remetentes fixos. Data –limite: A-1. Cx:01. Mç: E-1, 08 de setembro de 1905.

Empréstimos, adiantamentos, troca de produtos, ou extensões de prazos, na ausência de dinheiro, em papel ou moeda, para se efetivar alguma transação comercial, ou mesmo para as necessidades básicas, “bater na porta” de um vizinho, compadre ou um simples conhecido que pudesse realizar alguns desses atos, foram constantes na vida de muitos sujeitos. Francisco Teixeira, conforme documentado na correspondência acima, foi um dentre tantos outros sertanejos que buscou essa alternativa. Sem dinheiro, talvez momentaneamente, só pôde realizar o pagamento da quantia de Rs. 500, tomada de empréstimo em mãos do também negociante Deocleciano Pires Teixeira, com a venda da produção algodoeira.

De maneira mais informal, ou devidamente documentada, a prática do crédito foi amplamente utilizada desde o período colonial brasileiro. Nesse período, independente do objetivo, a escassez de moedas, ou sua restrita circulação levou tanto os mais afortunados como aqueles de vida mais modesta a utilizarem o crédito: “desde o senhor de engenho com montemor de duzentos contos para investir nos meios de produção, ou na manifestação de seus bens ou ainda em objetos suntuários, até o pequeno barbeiro com montemor de cento e quarenta mil réis, para comprar um tecido de cetim e ter uma roupa para aparentar honra”.<sup>316</sup>

Diante dessa escassez e, em especial, do pouco e distante sistema creditício oficial, os empréstimos pessoais tornaram-se recorrentes ao longo do século XIX e início do século XX. No estudo sobre as transformações processadas na economia paulista nesse período, Zélia Maria Cardoso de Mello observa:

[...] a alta percentagem das dívidas ativas na riqueza nos leva a relacioná-la ao incipiente sistema creditício e financeiro da época. Na sua ausência, ou dado seu pequeno desenvolvimento, algumas pessoas deveriam funcionar como emprestadores particulares de quantias significativas, possibilitando o giro de dinheiro necessário numa economia em mudança, com constantes inovações. Entretanto, não somente no nível dos médios e grandes empréstimos, explica-se a presença deste ativo. Parece possível supor que houvesse um grande número de transações comerciais estabelecidas à base das “contas” ou do “fiado”.<sup>317</sup>

Semelhante situação pode ser verificada nos inventários *post mortem* dos moradores do termo de Monte Alto. O empréstimo concedido ou solicitado em mãos de

---

<sup>316</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador – 1760/1808. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998, p.186.

<sup>317</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso. Metamorfose da riqueza: São Paulo – 1845/1895. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990, p.92.

terceiros foi comum no alto sertão da Bahia. Registrado, ou num simples pedido informal, em que se dispensava o uso do papel, recorria-se ao crédito nas mais diversas situações a um conhecido ou familiar:

Saude a todos da fam[ilia], aqui todos bens; menos eu, q cada vez pior.

Ao Celso, do q passou aqui, pedi p<sup>a</sup> lhe fallar q me arranjasse ahy – 2:000...q eu daria saque p<sup>a</sup> nas [sic] Salles me dar outras na B<sup>a</sup>. Continuo a pedi-vo e se tiver arranjado, peço-lhe p abater o q lhe deve Vidinha da c/ do collegio e do Mario – 400.000 – q elle pegou honte do cel J. ourives p mim, conf 2 bilhetes q elle lhe mostrará; mandando o resto pelo Rogaciano, q[do] ahy passar, ou [sic] q puder, p[r] q aqui não tem dinheiro p<sup>a</sup> feira. Como sabe; contratei o gado de Vidinha com o C[el] A C[sic] a 90r no M. Novo, p entregar de jan<sup>o</sup> p<sup>a</sup> Fever<sup>o</sup>; preciso p[r] tanto, dar começo a junta já e já então tenho dinr<sup>o</sup> [...].<sup>318</sup>

Tratando-se de um pedido entre irmãos, remeter dinheiro ou saldar dívidas efetuadas por Antonio e sua família foi uma prática rotineira realizada por Deocleciano. Certamente, por ser uma figura de grande contato com negociantes da capital do estado, além de ser um influente político e proprietário, fazer tais adiantamentos eram mais propícios a Deocleciano que a Antonio, já que morando na Fazenda Três Irmãos, em Monte Alto, ficava dependente da venda do gado *vacum* e de algum funcionário para que se pudesse remeter quantias devidas. Mesmo se tratando de famílias mais aquinhoadas, observamos que o pedido de dinheiro podia se relacionar as necessidades básicas: “p[r] aqui não tem dinheiro p<sup>a</sup> feira.”

Nesse caso, provavelmente não houve acréscimos de juros ou prazos definidos nas concessões feitas por Deocleciano ao irmão, entretanto, nem sempre o crédito foi passado como simples ato de generosidade. Na maioria das dívidas ativas documentadas nos inventários *post mortem* foram estabelecidos prazos e juros com o correr dos dias, meses ou anos.

---

<sup>318</sup> Correspondência remetida da Fazenda Três Irmãos, Monte Alto por A? a Deocleciano Pires Teixeira, em Caetité. Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: FDPT. Serie: Correspondências –remetentes fixos. Data –limite: A-1. Cx:01. Mç: remetentes fixos para Deocleciano da letra. A/D, 19 de outubro de 1920.

## FIGURA VII:

## NOTA PASSADA EM RAZÃO DO PEDIDO DE EMPRÉSTIMO - 1892

Fica em meu poder pertencente ao Sr. Manoel  
Gonçalves de Paixão Barros a quantia de cinco  
mil reis (que lhe tomei em moeda legal paga  
do - lhe o premio de dois por cento da corrente de  
hoje em diante até seu real reembolso. Monte  
Alto, 23 de Abril de 1892.  
José Pereira Cabrinha  
#194  
#194  
Foi devolvida a obra por falta de estampilha. E mais  
o alto de f.º de 1892. e José Pereira Cabrinha  
Recusado para que firme a que Pe.  
José Cabrinha; e dan f.º. Monte

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: José Pereira Cabrinha, 1892.

Anexadas ao processo de inventário, dívidas a serem quitadas como a de José Pereira Cabrinha, demonstrada na Figura I, e o registro do seu pagamento eram certos antes de ser feito o auto da partilha. Nesse momento, devedores e credores deviam ter suas contas acertadas, conforme destacou Maria José Rapassi Mascarenhas:

Pode-se considerar que o processo de inventario e partilha post-mortem era muito importante, [...], esse momento era aguardado como um tempo de pagamento, de saldar dívidas e de prestar contas. Os inventariantes devedores pagavam tudo ou parte dos débitos, e os inventariantes credores recebiam. As pessoas que deviam à família do inventariado, viam-se obrigadas a saldar a dívida, para compor o monte mor da partilha, e assim poder dividir entre os herdeiros.<sup>319</sup>

No entanto, nem sempre todas as dívidas eram quitadas. Apesar do comprometimento do devedor em saldá-la, alguns credores ficaram no prejuízo ou tiveram seus lucros reduzidos diante da falta de pagamento, em sua maioria foram justificadas pela ausência de informação do local de moradia, por não terem condições de saldar a dívida ou devido a falta de comprovação:

Declarou o inventariante que existem algumas dividas mais de rol, mas são completamente perdidas porque alguns devedores morrerão e

<sup>319</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador – 1760/1808. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998, P.204.

outros estão de todo impossibilitados de pagarem por isso deixou de dar a descrever no presente inventario, [...].<sup>320</sup>

Diz Olavo Emilio de Castro, que sendo descripto no inventario de seu falecido pai algumas dividas na importancia de 436.274, e que são consideradas perdidas, não só porque os respectivos devedores, uns estão em lugares não sabidos e outros em condições de não poder satisfazer-os; como também os documentos que a ellas se referem estão sem sellos e fora do praso de revalidação.<sup>321</sup>

Em outros casos, credores recorreram à justiça para que o débito fosse quitado. O negociante Sebastião Cardozo de Souza, residente na vila de Monte Alto, apresentou em cartório “[...] um protesto para ser tomado por termo na qual protesta haver por Cyro Francisco de Moraes a importancia de 593.790; e os juros da lei que lhe é devedor”. Contraída por conta de rol, o credor e protestante Sebastião Cardozo de Souza, alegou que durante o ato de inventário do casal do referido Cyro Francisco de Moraes, foi impugnado o pagamento da conta, além de outros débitos por letra, assim:

tendo o supp<sup>o</sup> tentado fazer uma cobrança no correr do inventario do casal do referido Cyro acontecês que o devedor impugnou o pagamento da conta de rol, apresentando protestos [sic] sem o mesmo fundamento que possa convencer ao suppl[e] desde que se acha convencido de que o suplicante é realmente devedor da quantia e os juros da lei a que tem direito.<sup>322</sup>

Para não correr o risco de não ter a dívida saldada, em especial de quantias elevadas, muitos credores fizeram uso da hipoteca. Imóvel rural e urbano foram os principais bens hipotecados por devedores. Registrada no tabelionato, a escritura pública de obrigação de hipoteca assegurava os direitos do credor. Diante do empréstimo da quantia de Rs. 3:000\$000, “visto que de maior quantia que lhe havia emprestado”, o Major e negociante Policarpo Ribeiro e Silva optou por exigir dos devedores Antonio Ribeiro Cardozo e sua mulher Erothildes Laudelina Ribeiro Cardozo, a hipoteca de algum bem, “em garantia dessa sua divida, capital e juros de seis por cento ao anno”, sendo:

Todas as terras que os mesmos outorgantes possuem na referida fazenda [do Spirito Santo] uma caza, feita de adobes coberta com telhas, com cinco janellas e uma porta de frente p<sup>a</sup> o Rio São Francisco, duas pequenas mangas, ambas cercadas de aroeira, dois curraes de caiçara, tudo no mesmo lugar do Spirito Santo, assim como mais sessenta cabeças de gado vaccum de toda sorte, trez cavallos de campo, dois bois

<sup>320</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Domingos Nunes Dourado. Maço: 36, 1891.

<sup>321</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Bernardino José de Castro, 1902. Documentação não catalogada.

<sup>322</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Notas: 1916 – 1917. Número: 21, 16 de dezembro de 1916. Documentação não catalogada.

carreiros e cinco egoas aportada na mesma fazenda [...] ficando hipotecado pelo prazo de 15 mezes.<sup>323</sup>

Não foi possível identificar se a dívida de Antonio Ribeiro Cardozo e sua mulher Erothildes Laudelina Ribeiro foi quitada a tempo, ou se tiveram que desfazer da propriedade em razão do débito, o certo é que muitos foram os que recorreram a empréstimo e hipotecaram bens, em especial em mãos de negociantes. Faustino Pereira Donato e sua mulher D. Belarmina Pereira de Jesus, estiveram entre aqueles que só conseguiram saldar a dívida com a concessão de algum bem. Sendo devedores da firma Rodrigues Lima & Araujo, o acerto de contas só se deu com a venda aos credores de uma parte de terras da Fazenda Carnaúbas de Dentro, contendo, entre outras coisas, uma casa de morada, depósito de algodão e farinha, manga, tanque e riacho d'água, maquinário para beneficiar algodão, oficina de fazer farinha, “cujos bens vendem pelo preço ajustado de 1.500.000 [...] para o qual os outorgados convencionarão aceitar para o pagamento da quantia de 2.591.350, e juros vencidos que os outorgantes devem aos outorgados”.<sup>324</sup>

De pequenas a grandes quantias, com bens hipotecados ou não, os sertanejos de distintas condições socioeconômicas recorreram ao crédito como forma de prosseguir com algum negócio, quitar compras efetuadas e até mesmo realizar o pagamento de algum funcionário e adquirir mantimentos necessários à sobrevivência. Como pode ser observado na tabela abaixo, em praticamente todas as faixas de riquezas estabelecidas houve um considerável número de inventariados que apresentaram dívidas ativas e passivas.

---

<sup>323</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Notas: 1916 – 1917. Número: 11, 30 de outubro de 1911. Documentação não catalogada.

<sup>324</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Livro de Notas: 1916 – 1917. Número: 11, 13 de julho de 1912. Documentação não catalogada.

TABELA XIII:

## DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS INVENTARIADAS POR FAIXA DE RIQUEZA -1890-1920

Grupo	Faixa Monte Mor	Número de Inventariados	Dívidas Passivas		Dívidas Ativas		Dívidas ativas e passivas		Não possuem nenhuma	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	Até 1:000\$000	37	6	16,2	01	2,7	0	0,0	30	81,0
2	1:001\$000 a 5:000\$0000	58	14	24,1	03	5,2	06	16,2	35	60,3
3	5:001\$000 a 10:000\$000	13	0	0,0	03	23,1	07	53,8	03	23,1
4	10:001\$000 a 20:000\$000	17	05	29,4	05	29,4	07	38,9	0	0,0
5	20:001\$000 a 50:000\$000	15	05	33,3	06	40,0	03	20,0	01	6,7
6	Acima de 50:001\$000	07	0	0,0	05	71,4	01	14,3	01	14,3

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto/ Ba. Maço 31/46 e Cx: A -Z. Polo Documental de Caetité e região. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Arquivo Público Municipal de Caetité. Comarca Guanambi. Grupo Funcional: Cartório de Registro Civil. Subgrupo Funcional: Inventário.

Vale destacar que os maiores valores de dívidas ativas foram encontrados em mãos de sujeitos envolvidos em transações comerciais no alto sertão baiano e para além dele, a saber: o valor de Rs. 33:612\$100 arroladas no inventário do Coronel Belchior Nogueira Tolentino, possuidor de vários imóveis com armações para lojas em Boa Vista do Tremedal, Estado de Minas Gerais, além de outras propriedades no termo de Monte Alto e de pouco mais de 400 cabeças de gado vacum;<sup>325</sup> e a quantia de Rs. 27:774\$536 presente no arrolamento dos bens do Capitão Antonio Rodrigues Malheiros, fortemente envolvido com a atividade pecuarista.<sup>326</sup>

Para aqueles de vida mais modesta, houve um valor pequeno na concessão e no pedido de crédito, como verificado nos inventários *post mortem* dos sujeitos com riqueza arrolada até a quantia de Rs. 1:000\$000, mostrado na Tabela XIII. Os poucos devedores do Grupo 01 tiveram suas quantias amealhadas significativamente reduzidas pelas dívidas passivas. Mônica Dantas, alerta, que apesar da ausência ou pouca representatividade serem um traço comum à população mais pobre, “isso não quer dizer, necessariamente, que tais pessoas desfrutassem de uma vida tranquila e, menos, ainda que não recorressem

<sup>325</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Belchior Nogueira Tolentino. Cx: B, 1916. Documentação não catalogada.

<sup>326</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Capitão Antonio Rodrigues Malheiros. Cx: A, 1908. Documentação não catalogada.



a auxílios de terceiros, mas que talvez a lógica de suas trocas escapasse aos olhos, atentos ou não, das autoridades responsáveis pelo processo”.<sup>327</sup>

Envolvidos um pouco mais nas práticas comerciais locais, e com um cabedal maior do que os apresentados anteriormente, aqueles que possuíram riqueza entre Rs. 1:001\$000 e Rs. 5:000\$0000 recorreram ao crédito com certa frequência. Apesar de algumas dívidas não conterem especificações, o que impossibilita o conhecimento da razão para o pedido de empréstimo de determinada quantia, na maioria dos casos se referiam a gastos com utensílios, mantimentos, medicamentos e funeral. Como exemplo temos as dívidas contraídas por Bibiana Roza de Moura e sua família. No arrolamento dos bens, constaram valores que somaram Rs. 250\$810, sendo Rs.8\$000 a D. Roza, Rs. 6\$000 ao camarada Antonio, Rs. 173\$670 ao seu companheiro e Rs. 63\$140 ao filho José Raymundo, que efetuou compras para a inventariada Bibiana Roza de Moura, a saber: rapaduras, carnes, açúcar, café, garrafa de vinho, requeijão, milho, chá da índia, bolacha, arroz, sebo, sal, peças de madraço, vela de cera e sulfato, e gastos com o funeral e também a pagamentos realizados por Cycero Martins a Dona Emiliania e a Dona Janoaria, certamente por algum serviço prestado<sup>328</sup>.

A recorrência à dívida ativa foi similar à passiva. Com empréstimos concedidos a sujeitos diversos ou a familiares, as informações documentadas nos autos de inventário demonstram variadas quantias solicitadas pelos indivíduos, chegando ao modesto valor de Rs. 4\$000, mas que mesmo assim não se dispensava a cobrança de juros. A esse respeito, conforme notou Maria José Rapassi Mascarenhas para o período colonial na Bahia:

O crédito além de ser considerado como moeda invisível, ou um recurso para investimentos, desde a compra de terras até a compra de algumas “varas” de tecidos, ou alguma quantia de alimento, era também uma fonte de rendimento através da cobrança de juros das dívidas e empréstimos. A prática de usura atingiu uma boa, senão maior parcela dos colonos, como demonstram os inventários”.<sup>329</sup>

Por letra, conta de rol ou simplesmente a crédito, os sujeitos que amealharam pecúlio ao longo da vida entre Rs. 5:001\$000 e Rs.10:000\$000, se por um lado tiveram um pouco do seu patrimônio reduzido diante do pedido de empréstimo, por outro tornou-

<sup>327</sup> DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX - a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007, p.82.

<sup>328</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Bibiana Roza de Moura. Mç: 39, 1891.

<sup>329</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador – 1760/1808*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998, p.204.

se rentável àqueles que os concediam. Tanto no que diz respeito à passivas, como ativas, na maioria dos casos houve uma especificação de juros, prazo, ou a maneira em que se concedia. Delmira de Souza Leão contraiu sua única dívida passiva com José [sic] Vieira Lima a juros de 1% ao ano no valor de Rs. 600\$000.<sup>330</sup> Do lado oposto, para Joaquim Dias Guimarães, o endividamento alheio rendeu-lhe certa rentabilidade. A concessão de crédito representou uma considerável importância na composição de sua riqueza. Com empréstimos a juros de 1, 5% e 2% ao mês, cedidos a sujeitos diversos, a quantia a ele devida fez um total de Rs. 1:302\$500.<sup>331</sup> Vale notar, que foi comum os inventariados serem credores e devedores. Nesses casos, em geral, a concessão de crédito esteve associada a uma prática de agiotagem, como mencionado, com juros, quantia e prazos definidos. A dívida passiva, por sua vez, esteve ligada à compra de alguma carga de algodão ou gado ainda não quitada, pagamento a camaradas, vaqueiros e cozinheiras, e também à compra de mercadorias em mãos de negociantes da capital ou da região.

Sobre tais negociações, efetivadas entre distintos sujeitos dentro e fora do alto sertão baiano, sabemos que nem sempre foram permeadas por práticas restritas à lógica de mercado. Entre a recorrência de dívidas passivas solicitadas junto a terceiros e a negociantes cedidas a prazos e juros devidamente acertados com as partes interessadas, houve aquelas em que não havia essa preocupação: “uma letra firmada por José Hermano de Moura, em doiz de Fevereiro de 1892, sem prazo da quantia de um conto de reis”.<sup>332</sup> Ainda, um contato mais próximo possibilitava concessões na forma de pagamento:

Monte Alto, 11 de novembro de 1904

[...] hontem recebido e o segundo recebido hoje por mão do nosso amigo sem cel. Lima Júnior este com a quantia de dois contos de reis por conta da ordem dos seis contos deventes e dez mil do sen Moraes [...] a esta agencia. Sciente que só tem entrado para agenciar [...] recolhimento e por isso mesmo **fico agradecido a Ve por me ir tirando de maiores dificuldades no recebimento da referida quantia, [...] por parcelar. Continuo sempre com a maior estima [...].41**

José Dias Laranjeira<sup>333</sup>

Sobre essa relação, destaca Carrara:

<sup>330</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Delmira de Souza Leão. Mç: 43, 1896.

<sup>331</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Joaquim Dias Guimarães. Mç: 39, 1890.

<sup>332</sup> Fórum Dr. Alcebíades Laranjeira – Palmas de Monte Alto – Ba. Inventariados: Nicolau José Ribeiro e Silva e Maria Clara Guedes Ribeiro. Ano: 1897. Documentação não catalogada

<sup>333</sup>APMC. Fundo Acervo Particular da Família de Drº Deocleciano Pires Teixeira. Grupo Cartas de Deocleciano, Série Correspondências (1896 – 1930), Caixa 01. Grifos nossos.

A dependência financeira momentânea, por um lado, poderia significar uma estratégia pela qual o credor amplia seus laços sociais. Poderia significar, ainda, uma forma através da qual uma pessoa de posses pudesse aumentar seu patrimônio, mantendo sua posição na hierarquia social.<sup>334</sup>

Com uma relação mais estreita, ou de pouco vínculo, a maioria das dívidas passivas, arroladas junto aos que constituíram um monte-mor entre Rs. 10:001\$00 e Rs. 20:000\$000, foram solicitadas a sujeitos diversos como, por exemplo, a proprietários de algum estabelecimento comercial. As dívidas contraídas por D. Maria Francisca dos Santos estiveram associadas a aquisição de produtos. Em mãos do negociante Severino Vieira da Silva Nunes, adquiriu, dentre outras coisas: “14 covados cretone francez”, “12 covados cretone para uma criada”, “5 metros americano”, “3 peças ligas para veste”, “1 caixa de mercúrio”, “2 lenços”, “2 covados de chita p<sup>a</sup> menino”, “pente allizar p<sup>a</sup> um rapazinho”, que somaram o valor de Rs. 151\$200. Na “Pharmacia Oliveira”, do proprietário Helvecio Rufino de Oliveira Martins, contraiu de medicamentos uma dívida de Rs. 476\$000. Os produtos para o seu funeral, foram comprados na Loja Araújo, cujo valor foi de Rs.128\$000<sup>335</sup>. De negociante para negociante, as dívidas passivas também se firmaram. A inventariada Delfina Moreira de Carvalho, casada com José Antonio de Carvalho, teve uma dívida passiva que somou Rs. 4:820\$400, devido a compra de mercadorias, fazendas e miudezas, nas casas comerciais Rodolpho Martins&Cia, Antonio Seixas Salles &Filhos e Moraes &Comp<sup>a</sup>.<sup>336</sup> Se a maioria dos inventariados arrolados com bens entre Rs.10:001\$000 e Rs. 20:000\$000, contraíram dívidas com sujeitos envolvidos com o comércio, com as dívidas ativas não foi diferente. Ainda, sobre o inventário de Delfina Moreira de Carvalho, nele foram arrolados uma diversidade de sujeitos e valores que a ela deviam.

Por se tratar de donos de estabelecimentos comerciais, as dívidas ativas, em muitos casos, correspondiam à compra de mercadorias. O “fiado” foi uma prática comum em variadas negociações realizadas entre os sertanejos. Com uma ampla freguesia o negociante Domingos Nunes Dourado teve, em seu inventário, diversas dívidas ativas arroladas, em que especificações sempre acompanhavam o nome do devedor: “Tiburtina de Manoel Joaquim do Joazeiro”, “Manoel filho de Duzinha”, “Eduardo filho de

<sup>334</sup> CARRARA, Ângelo Alves (org.). À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p.75.

<sup>335</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: D. Maria Francisca dos Santos. Cx: M, 1918. Documentação não catalogada.

<sup>336</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariada: Delfina Moreira de Carvalho. Cx: D, 1917. Documentação não catalogada.

Theodora do Sertão”, “Anna de Xico Barboza”, “Manoel do Lamerão de Cima”.<sup>337</sup> Tais especificações, filiação, “local de moradia, local de trabalho, nome de família ou apelido era a maneira mais segura de cobrança do crédito concedido”.<sup>338</sup>

Com relação aos empréstimos e a cobrança de juros e prazos estabelecidos por negociantes e proprietários, notamos que se tornou foi uma prática lucrativa, pois, em 07 dos 16 inventariados, as dívidas arroladas posicionaram-se entre os três primeiros bens de maior participação na composição da riqueza. Ainda no cálculo das quantias passadas por letra pelo negociante Domingos Nunes Dourado, observamos o rendimento obtido pela cobrança dos juros:

QUADRO IX:

DÍVIDAS E JUROS - 1891

<b>Devedor</b>	<b>Principal</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Total</b>
José Hipólito	70\$000	11 meses e 02 dias	16\$412	86\$412
Vicente Dias Guimarães	400\$000	28 dias	5\$600	405\$600
Alfredo	146\$000	08 meses	23\$360	169\$360
Felismino Pereira Damaceno	200\$000	06 meses	18\$000	218\$000

Fonte: Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Domingos Nunes Dourado. Mç: 39, 1891.

Mas, além de ser uma prática rentável, outros interesses, que não deixam de se configurar em ganhos ao credor, também poderiam nortear a concessão do crédito: “Em certos casos, um credor sabia que ao dar crédito a uma pessoa, ele poderia estar garantindo uma atitude idêntica do indivíduo que, naquele momento, lhe era devedor, e do restante das pessoas que faziam parte da sua rede de sociabilidade”.<sup>339</sup> Entretanto, como a maioria dos empréstimos concedidos foram direcionados a diversos sujeitos com condições socioeconômicas também diversas, inclusive naqueles que tiveram riqueza entre Rs. 20:001\$000 e Rs. 50:000\$000, talvez nem sempre se pretendia um ato similar, mas uma garantia da gratidão desses indivíduos, que podiam ser cobrados de distintas maneiras, como pela fidelidade eleitoral e prestação de serviços.

<sup>337</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Domingos Nunes Dourado. Mç: 39, 1891.

<sup>338</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léngua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité, 1890-1930. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014, p.84.

<sup>339</sup> CARRARA, Ângelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p.82.

As dívidas passivas arroladas nos inventários dos que se encontravam na citada faixa, em grande medida, se vincularam a algum negócio realizado, como: mercadorias compradas em mãos de negociantes da capital do estado, venda e compra de madeiras, cargas de algodão e gado vacum, além de gastos vinculados a compras de mantimentos necessários no dia a dia dos sertanejos. Já entre os detentores das maiores riquezas inventariadas, houve apenas um caso de dívida passiva, constando no auto da partilha um valor de Rs. 2:335\$040, que diante do valor do monte-mor de Rs. 59:496\$990, não comprometeu a riqueza arrolada.<sup>340</sup> Sobre as ativas, elevadas quantias foram emprestadas, inclusive para indivíduos que residiam em outros locais. A esse respeito, temos a expressiva quantia passada pelo Capitão Belchior Nogueira Tolentino ao negociante, residente na capital do estado, Antonio de Seixas Salles. Em 15 de maio de 1911, foi concedido a juros de 6% ao ano a quantia de Rs. 15:000\$000, valor que voltou a ser concedido em 19 de maio de 1913.<sup>341</sup>

Observamos, assim, que a prática do crédito se configurou em mais um ramo em que muitos proprietários e donos de estabelecimentos comerciais se debruçaram. Manter aquecidos os laços de solidariedade e reciprocidade foi uma forma de driblar possíveis prejuízos diante de dificuldades econômicas enfrentadas, seja no sertão, uma região marcada por inconstâncias climáticas e crises econômicas decorrentes dos longos períodos de estiagem, seja, como visto, com sujeitos, especialmente negociantes, residentes em outras partes do estado. De quantias elevadas à venda de alguns produtos no “fiado”, conceder e possuir crédito foi uma importante prática que permeou tanto as relações pessoais como as econômicas. Por amizade, confiança, parentesco, solidariedade, reciprocidade e por aumento da renda e da lucratividade, através das dívidas ativas e passivas foi possível realizar e prosseguir com negociações e atividades dentro e fora do alto sertão da Bahia.

É preciso considerar que em uma região marcada por uma alta concentração de renda e uma conseqüente desigualdade socioeconômica, em que poder econômico esteve atrelado ao poder político e social, as relações de crédito foi um dos ambientes permeados por interesses e relações pessoais. Vimos que terra e gado foram sinônimos de poder em diferentes esferas da sociedade. A medida em que a presença desses bens ia perdendo

---

<sup>340</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto. Inventariado: Lucio de Souza Pinto e D. Virginia Montalvão Pinto. Mç:45, 1900.

<sup>341</sup> Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira – Palmas de Monte Alto/Ba. Inventariado: Belchior Nogueira Tolentino. Cx: B, 1916. Documentação não catalogada.

espaço na composição do patrimônio dos indivíduos, reduzia a riqueza amealhada e o destaque e prestígio naquela sociedade. Mas, apesar de não contar com a orbita de poder e influência dos mais aquinhoados do termo de Monte Alto, os sujeitos de vida mais modesta teceram também as suas relações, tocaram seus negócios, superaram eventuais dificuldades e estiveram envolvidos em importantes atividades aí desenvolvidas entre os anos de 1890-1920.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Envolvidos de diferentes maneiras nas atividades econômicas do termo de Monte Alto, entre os anos de 1890-1920, proprietários, negociantes, lavradores, vaqueiros, tropeiros, apanhadores, agregados e camaradas, deram vitalidade aos negócios efetivados no alto sertão da Bahia. Uma intensa dinâmica de gente, de negócios, de relações pessoais, de mercadorias e de dinheiro firmou-se entre os variados lugares da região, estado, país e até mesmo do exterior. No embalo das transformações econômicas, processadas no cenário nacional e internacional, os investimentos e a produção no alto sertão da Bahia seguiram pulsantes. Nas rotas do mercado interno, o fornecimento de alimentos, em especial do gado, rapadura e farinha de mandioca, movimentou o comércio local, regional e estadual. Já nas rotas do mercado nacional e internacional, fez-se notória a comercialização do algodão, e, em menor escala, de couros e peles, e do leite da maniçoba.

Lavradores e proprietários do termo de Monte Alto, em suas áreas de terras, extensas ou de tamanho modesto, estiveram atentos às possibilidades de aumento da riqueza que tais produtos podiam fornecê-los. Mantendo-se bem informados e articulados, incrementavam a produção e a atividade criatória, com ou sem estímulos do governo, estiveram a par das oscilações do mercado, concederam e conseguiram empréstimos, prazos para pagamento, entre outras benesses pessoais, através do contato mantido com importantes negociantes da capital do Estado.

Apesar de eventos como as estiagens, que recorrentemente batiam à porta do sertanejo, e do fim da escravidão, que retirou escravos/as como bem de riqueza, a dinâmica econômica do termo de Monte Alto foi mantida entre os anos de 1890-1920. O envolvimento em distintos negócios, a posse de variados terrenos, relações construídas dentro e fora do sertão, a permanência de muitos egressos do cativo na região, foram

fatores que permitiram o andamento e desenvolvimento da dinâmica econômica no termo de Monte Alto.

É certo, no entanto, que diante de uma forte concentração de riqueza, em que uma pequena parcela da população detinha poder econômico, político e social, nem todos puderam arcar com os prejuízos ocasionados em tempos ruins. Àqueles de vida mais modesta, fazia-se necessário recorrer a ajuda de familiares e de terceiros, ou ainda a procura por melhores condições de sobrevivência em outros lugares. Mas, nas distintas formas de relações de trabalho estabelecida com outros proprietários e negociantes, esses sujeitos foram indispensáveis para que muitos negócios fossem concretizados. Na lida das roças, nas atividades desempenhadas na sede das fazendas, no trato com o gado, nas andanças por conhecidos e desconhecidos caminhos, na compra e entrega de mercadorias...agregados, camaradas, vaqueiros e tropeiros, conectaram o sertão com variados lugares, graças àqueles que estiveram sob o lombo de burros, bestas, cavalos e mulas.

Em direção aos mercados de Mundo Novo, Salvador e do Recôncavo baiano, as boiadas frequentemente eram por eles transportadas, assim como gêneros agrícolas. No retorno, voltava-se não apenas com a lucratividade angariada com a comercialização, mas também com produtos manufaturados encomendados por seus patrões, e, nessa medida, dinamizava-se o comércio na vila, seja nos estabelecimentos comerciais, seja na feira livre. Ao ar livre esses sujeitos comercializavam seus produtos, adquiriam aqueles que não produziam, ou apenas jogavam conversa fora com compadres e amigos. De feira em feira, além de manterem-se ativos na dinâmica do termo de Monte Alto, mantiveram aquecidos laços de solidariedade e reciprocidade.

Pelas vias do sertão alcançava-se o mundo e o mundo alcançava o sertão. Com o envolvimento dos mais abastados em distintas frentes de negócio, estabeleceu-se um intenso fluxo de transações entre casas comerciais instaladas na capital do Estado e no Recôncavo Baiano. Elas movimentavam a circulação de mercadorias para dentro e para fora do país, exportando para o mercado interno e para o mercado externo. Assim, sujeitos envolvidos com a produção e comercialização de gêneros agropastoris os remetiam aos donos de tais estabelecimentos, que posteriormente eram escoados para distintas partes do mundo e, em uma outra via, adquiriam mercadorias nacionais e estrangeiras para serem comercializadas no termo de Monte Alto. Nessa vinculação ao mercado nacional e internacional, houve ainda aqueles caminhos que ligavam a produção sertaneja a estados do Sudeste do país, e daí ganhavam também o mercado externo. Cargas de algodão foram

ativamente enviadas para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, e contribuíram para abastecer o setor têxtil do país.

Dessa forma, nos limites do Estado ou para além dele, as vias sertanejas conduziam aos mais variados destinos a produção realizada dos modestos lavradores aos grandes proprietários. O caráter subsidiário atribuído a regiões como o alto sertão da Bahia, não encontra espaço em meio ao trânsito de negócios estabelecidos a partir do termo de Monte Alto. As fontes consultadas neste estudo documentaram uma realidade que apesar das dificuldades cotidianas enfrentadas pela população, demonstram que ela fora heterogênea, dinâmica e articulada.

Ao chegar nas palavras finais desse texto, registro o desejo para que outros tantos caminhos sejam percorridos e descortinados, tanto sobre essa região, como sobre os sertões da Bahia.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

#### a) Arquivo Público do Estado da Bahia

- Relatório sobre o estudo da expansão econômica da Bahia da Secretaria do Interior e Justiça - Cx: 3450; mç. 92, 1924.
- Declaração de Registro de Firmas da Secretária do Interior e Justiça: Cx: 4261, Mç 13, 1893-1926; Cx: 4269, Mç 25, 1906 – 1956; Cx: 4269, Mç 25, 1906 – 1956; Cx 4272, Mç 30, 1891-1898; Cx: 4275, Mç 33, 1901- 1903; Cx 4276, Mç 34, 1904-1906; Cx: 4278, Mç 36, 1912 – 1915.
- Relatórios da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio - Cx: 2386; Mç: 178, 1920 e Cx: 2382. Mç:166, 1899.
- Correspondência da Presidência da Província. Série: Governo – Seca. Mç:1608, 1861-1889.
- Correspondências da Presidência da Província para a Câmara de Monte Alto. Mç: 1361, 1882.

#### b) Arquivo Público Municipal de Caetité

- Correspondências do acervo particular da família do Drº Deocleciano Pires Teixeira - Cx:01, 1896-1930; Cx: 02, 1906-1919.
- Livro de Registros Contábeis (receitas/despesas) – Mç: 02, 1857/1930.
- Jornal A pena – 1921.

#### c) Biblioteca do IBGE

- Censos econômicos de 1920 e demográficos de 1872, 1900 e 1920.

#### d) Biblioteca Nacional

- Almanaque comercial e literário do Estado da Bahia – 1889.

#### e) Fórum Dr. Alcebíades Dias Laranjeira

- Inventários *post mortem* – Maço 31 ao 46; 1880 a 1920.
- Inventários *post mortem* - 1880 a 1920 – Documentação não catalogada.
- Livros de Escrituras Públicas –Século XIX. Documentação não catalogada.

## f) Fórum Dr. Eduardo Daltro de Castro

- Inventários *post mortem* – Cx: 139 a 140, 1889 – 1912.

### Obras históricas

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra – MEC, 1979.

COTRIM, Dário Teixeira. *Breves Notas sobre a origem do Município de Guanambi*. Plurarts – Belo Horizonte (MG), 2001.

NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal, Estado de Minas Gerais*, 1906. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2015.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina*: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S Cruz. São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Ed 3ª, vol.2. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1976.

### Livros, teses e artigos

AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité – 1885–1924). Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus, Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2011.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. Revista do Desenvolvimento Econômico (RDE). Salvador, Ano XI, n.19, jan.2009.

AMADO, Janaina. *Região, Sertão, Nação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARAÚJO, Jonas Cardoso. *Algumas considerações acerca do município de Palmas de Monte Alto*. In: SILVA, Joaquim Perfeito (org.). Territórios e Ambientes da Serra de Monte Alto. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2012.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia*: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARREIRO, José Carlos. *E. P. Thompson, e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções*. Projeto História, nº 12, São Paulo, 1995.

CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX - a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

ESTRELA, Ely Souza. *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Fapesp: Educ, 2003.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008.

FRAGOSO, João Luís. *O Império escravista e República dos plantadores: economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In. LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Editora Campus. Ed. 9ª, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Ed. 19ª, 1984.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas da Bahia no século XIX: sociedade e política*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000, p.125.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: edições UESB, 2012.

LAPA, José Roberto Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. Brasiliense, 1982.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Ed.7ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEANDRO, José Augusto. *A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, n.54, 2007.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia, 1935-1936*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2007.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador – 1760/1808*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998.

MATA, Iacy Maia. *Os treze de maio: Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais*. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 5-1: 66 – 90, 2011.

MATTOSO, Kátia. M de Queirós. *Bahia Século XIX: Uma Província no Império*. Editora: Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. São Paulo: editora brasiliense. Ed. 3ª, 1984.

MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfose da riqueza: São Paulo – 1845/1895*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estado e política agrícola no Brasil (1909-1930)*. 1998.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. O horizonte da liberdade e a força da escravidão: últimas décadas do século XIX. In. CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra; SAMPAIO, Gabriela dos Reis (orgs.). *Barganhas de querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: Edufba, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. *Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite*. Belo Horizonte: Varia História, vol.29, nº 51, p.863-887, set/dez, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Uma Comunidade Sertaneja da Sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Feira de Santana: UEFS, 2008.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NOVAES, Idelma Aparecida. *Produção e Comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840 -1888)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização*. São Paulo, 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2005.

PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes Pires. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão – 1830/1888*. São Paulo: Annablume, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. Ed. 38ª, 1990.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 10, 1998.

\_\_\_\_\_. *Agregados e fazendas no Nordeste de Minas Gerais*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, V.18, n. 2, 2010

RODRIGUES DOS SANTOS, Hamilton. *Vidas nas fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antônio de Jesus – 1948/1971*. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus – Bahia: UNEB, 2007.

SANTANA NETO, José Pereira. *A alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2014.

SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009.

SILVA, Elizabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Joaquim Perfeito (org.). *Territórios e Ambientes da Serra de Monte Alto*. Edições UESB, Vitória da Conquista, 2012.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: Fausto, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano, estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985.

SINOPSE DO RECENSEAMENTO: 31 DE DEZEMBRO DE 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: Um Breve Histórico*. Salvador: SEI, 2001.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1979.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática. Ed. 7ª, 1981.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço. Ed. 2ª, 2012.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1996.